



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS**

Marilua Áurea Damasceno Barbosa

**PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS NO
CONTEXTO DE IFES: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS
SOBRE A ELABORAÇÃO DE PLS À LUZ DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL CRÍTICA.**

Orientador: Dr. Leonardo Evangelista Moraes

Coorientadora: Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto.

PORTO SEGURO - BA
JULHO – 2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS**

Marilua Áurea Damasceno Barbosa

**PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS NO
CONTEXTO DE IFES: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS
SOBRE A ELABORAÇÃO DE PLS À LUZ DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL CRÍTICA.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais para obtenção do Título de Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientador: Dr. Leonardo Evangelista Moraes

Coorientadora: Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto.

PORTO SEGURO - BA
JULHO – 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

B238p Barbosa, Marilua Áurea Damascena, 1989 -
 Planos de gestão logística sustentável PLS no contexto de IFES: um estudo
 de casos múltiplos sobre a elaboração de PLS à luz da educação ambiental
 crítica. / Marilua Áurea Damascena Barbosa. – Porto Seguro, 2022.
 102 f.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Evangelista Moraes

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de
Formação em Ciências Ambientais. Programa de Pós-Graduação em Ciências e
Tecnologias Ambientais. Campus Sosígenes Costa.

1. Diálogo. 2. Sustentabilidade. 3. Participação. 4. Planejamento. 5.
Administração Pública. I. Moraes, Leonardo Evangelista. II. Título.

CDD – 363.7

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS**

**PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS NO
CONTEXTO DE IFES: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS
SOBRE A ELABORAÇÃO DE PLS À LUZ DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL CRÍTICA.**

Comissão Julgadora

Profa. Dra. Maria do Carmo Rebouças
UFSB/Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)

Prof. Dr. Marcos Bernardes
UFSB/ PPGCTA

Prof. Dr. Marcos Sorrentino
(OCA)/ESALQ/USP

Aprovada em: 08 de Julho de 2022 (08/07/2022)
Local da Defesa: Plataforma Google Meet
Link: <https://meet.google.com/peb-znhb-ghf>

Dedico este trabalho ao meu filho Miguel (in memoriam) minha maior lição de amor e a minha esposa Tatiana Botelho pelo amor, apoio, força e incentivo diário de persistir na utopia de um mundo mais equânime. Meus sinceros agradecimentos ao meu Orientador Prof. Dr. Leonardo Evangelista Moraes e Coorientadora Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto pelas trocas, conversas, aprendizados que certamente me conduziram e conduzem a novas compreensões do mundo, vocês fazem parte de uma descoberta significativa de quem sou e para onde pretendo direcionar as minhas energias e forças daqui por diante. Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - NUPEEA/UFSB, em especial aos amigos que fiz para toda a vida Gabriela Albuquerque e Leandro Santos por tudo que desbravamos juntos nessa caminhada.

“A educação é o ponto em que decidimos
se amamos o mundo o bastante para
assumirmos a responsabilidade por ele.”

Hannah Arendt (1906-1975)

PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS NO CONTEXTO DE IFES: UM ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS SOBRE A ELABORAÇÃO DE PLS À LUZ DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.

RESUMO

As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES são, por excelência, os espaços de reflexão sobre os desafios da sociedade, de produção de conhecimento e de desenvolvimento de soluções para fazer frente a estes desafios. Adicionalmente, os postos decisórios no âmbito de políticas públicas, bem como em ambientes da iniciativa privada, via de regra, são ocupados por pessoas formadas pelas Instituições de Ensino Superior - IES. Neste sentido, as experiências produzidas pelas IES desempenham importante papel na orientação das escolhas feitas pela sociedade. Todavia, promover a sustentabilidade na administração pública é um grande desafio. Pensando nisto, o Governo Federal brasileiro publicou o decreto nº 7.746/12, estabelecendo critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, cabendo à administração pública federal direta, autárquica e fundacional e às empresas estatais dependentes a elaboração e a implementação de Planos de Gestão de Logística Sustentável-PLS. Em essência, o PLS é um instrumento de planejamento que orienta as ações da administração pública para atender aspectos da sustentabilidade. Embora os critérios mínimos definidos pelos documentos que normatizam a construção do PLS, sejam voltados para aspectos de consumo e de logística, há espaço para reflexão e planejamento de ações que ampliem os interesses dos grupos sociais. O estudo aqui apresentado trata-se de uma pesquisa com metodologia mista quali-quantitativa, na qual a priori foi realizado um estudo de caso múltiplo, com intuito de compreender um panorama geral de como ocorre o processo de construção de PLSs em IFES no Brasil, buscando traços da Educação Ambiental nos PLSs já elaborados. Em outro momento o foco da pesquisa teve a construção do PLS da UFSB, buscando identificar os caminhos da sustentabilidade, os entraves durante o processo de elaboração e as potencialidades. O mapeamento de traços da Educação Ambiental na construção dos PLSs em IFES, trouxe alguns subsídios específicos para analisar a elaboração de PLS, tendo em vista o caso específico da UFSB. As análises no caso da UFSB partem do compromisso inegociável que a universidade trás em seus documentos fundantes e a escolha da Educação Ambiental como um grupo de trabalho para a elaboração do plano. Um dos resultados importantes desta pesquisa está na observação de um padrão na construção de PLS em IFES, a maioria aparece traços das várias vertentes da educação ambiental classificadas por Silva (2008) como conservadora, pragmática e crítica, cabe destacar, que a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA não é citada nos documentos que orientam a elaboração dos planos como iniciativa a ser observada. No caso específico da UFSB observar os princípios básicos da política pública de educação ambiental como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas ajuda a compreender as diferentes concepções que permeiam a elaboração do plano e traz uma importante reflexão a respeito de contribuições de objetivos desta política pública como o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, no equilíbrio do meio ambiente como uma possibilidade para o fortalecimento do diálogo institucional na construção de PLS.

Palavras-chave: Diálogo, Sustentabilidade, Participação, Planejamento, Administração Pública.

SUSTAINABLE LOGISTICS MANAGEMENT PLANS - PLS IN THE CONTEXT OF IFES: A MULTIPLE CASE STUDY ON THE PREPARATION OF PLS IN THE LIGHT OF CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION.

ABSTRACT

The Federal Institutions of Higher Education - IFES are, par excellence, spaces for reflection on the challenges of society, for the production of knowledge and the development of solutions to face these challenges. Additionally, decision-making positions within the scope of public policies, as well as in environments of the private sector, are, as a rule, occupied by people trained by Higher Education Institutions - IES. In this sense, the experiences produced by the HEIs play an important role in guiding the choices made by society. However, promoting sustainability in public administration is a major challenge. With this in mind, the Brazilian Federal Government published Decree No. 7,746/12, establishing criteria and practices for the promotion of sustainable national development. of Sustainable Logistics Management-PLS. In essence, the PLS is a planning instrument that guides public administration actions to meet sustainability aspects. Although the minimum criteria defined by the documents that regulate the construction of the PLS are focused on aspects of consumption and logistics, there is room for reflection and planning of actions that expand the interests of social groups. The study presented here is a research with mixed quali-quantitative methodology, in which a priori a multiple case study was carried out, in order to understand an overview of how the process of building PLSs in IFES in Brazil occurs, looking for traces of Environmental Education in the PLSs already prepared. At another time, the focus of the research was the construction of the UFSB PLS, seeking to identify the paths to sustainability, the obstacles during the elaboration process and the potential. The mapping of features of Environmental Education in the construction of PLSs in IFES, brought some specific subsidies to analyze the elaboration of PLS, in view of the specific case of UFSB. The analysis in the case of UFSB starts from the non-negotiable commitment that the university brings in its founding documents and the choice of Environmental Education as a working group for the elaboration of the plan. One of the important results of this research is in the observation of a pattern in the construction of PLS in IFES, most of which appear traces of the various aspects of environmental education classified by Silva (2008) as conservative, pragmatic and critical, it is worth noting that the National Environmental Education Policy Environmental Education – PNEA is not mentioned in the documents that guide the preparation of plans as an initiative to be observed. In the specific case of UFSB, observing the basic principles of public policy on environmental education, such as the pluralism of ideas and pedagogical concepts, helps to understand the different concepts that permeate the elaboration of the plan and brings an important reflection on the contributions of objectives of this public policy as the encouragement of individual and collective, permanent and responsible participation in the balance of the environment as a possibility for strengthening institutional dialogue in the construction of PLS.

Keywords: Dialogue, Sustainability, Participation, Planning, Public Administration.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE GRÁFICOS.....	12
LISTA DE QUADROS	13
CAPÍTULO I: MEMORIAL	8
CAPÍTULO II: INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO III - PARADOXO, POLISSEMIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE EM CONECTAR O DISCURSO COM A PRÁTICA.....	19
CAPÍTULO IV – RACIONAL, OBJETIVOS DO ESTUDO, CONTEXTUALIZAÇÃO, METODOLOGIA E OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA.	31
CAPÍTULO V - ACHADOS DA PESQUISA	45
CAPÍTULO VI: REFLEXÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
MATERIAL SUPLEMENTAR	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação dos GTs do PLS da UFSB.	13
Figura 2 - Comparação entre os modelos propostos por Foladori (2002) e Costa-Pinto (2019).	28
Figura 3- Mapa de localização da UFSB no território sul da Bahia.....	38
Figura 4 -Linha do tempo no contexto de criação da UFSB.	61
Figura 5 - Facilitação gráfica da consulta pública.	79
Figura 6 - Facilitação gráfica dentro da consulta pública na SNCT.....	80
Figura 7 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Pública de Educação Ambiental.	81
Figura 8 - UFSB Sustentável.....	82
Figura 9 - Organograma ASSUS.....	83
Figura 10 - Ambientalização Universitária para a Construção de Sociedades Sustentáveis: Pensando o PLS da UFSB.	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação na construção de Planos de Gestão de Logística Sustentável....	48
Tabela 2- Lista de principais fatores indicados como responsáveis por dificuldades na elaboração e implementação dos Planos de Gestão de Logística Sustentável das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.	48
Tabela 3 - Lista de principais fatores indicados como responsáveis pelo sucesso do processo de construção dos Planos de Gestão de Logística Sustentável das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Unidades de gestão indicadas como sendo responsáveis pelo processo de construção de PLS em IFES (*) As pró-reitorias indicadas foram relacionadas às áreas de administração, infraestrutura e planejamento.....	46
Gráfico 2 - Importância dos principais instrumentos utilizados para a construção dos Planos de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras.....	47
Gráfico 3 - Como você acha que o PLS (Plano de Gestão de Logística Sustentável) contribui para a sustentabilidade da instituição?	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de eventos realizados no Território do Sul da Bahia para construção e negociação da implantação da UFSB	57
Quadro 2 - Dificuldades de aplicação e construção da Política de Sustentabilidade e seus instrumentos na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).	63
Quadro 3 - Categoria palavras-chave	65
Quadro 4 - Apontamento dos aspectos positivos e negativos sobre o processo de elaboração do PLS.	68
Quadro 5 - Cronograma em que cada tema deverá ser tratado nas reuniões ordinárias da CPS realizadas no ano de 2019.....	70
Quadro 6 - Dimensões de Sustentabilidade.....	76

CAPÍTULO I: MEMORIAL

Lugar de fala, da cultura popular às ciências ambientais.

*“O artista popular,
Nesse país de misérias,
Tem histórias para contar,
De rios sofridos,
Com destino a lamentar,
De político ignorante,
Que traz o inferno para cá...”
(Socorro Damasceno)*

Nasci em pleno São João, do amor entre dois palhaços, no contexto da “cia de teatro Mahatma Gandhi” no interior do Rio Grande do Norte. Com o divórcio dos meus pais, a dificuldade da seca que castigava a região do Seridó, minha família materna que vivia da agricultura familiar se mudou para o Estado do Pará. Chegando no início dos anos 90, a região da transamazônica.

Meu avô na época adquiriu um lote de terra com uma pequena plantação de cacau no município de Uruará-Pa, a terra sempre foi em nossa família o lugar de fortalecimento de laços e contação de histórias. Lembro de muitos momentos com meus tios, primos debulhando milho, quebrando cacau e ouvindo os casos de vaquejadas, repentis e sobre a chegada dos nossos antepassados no Brasil. A minha avó professora aposentada ficou no papel de alfabetizar e cuidar dos netos embalados em um contexto de arte educação, uma forte herança da minha bisavó Francisca Áurea.

Minha mãe nessa chegada se encantou com a região onde encontrou terreno fértil para a cultura popular, foi coordenadora de cultura do município e logo reuniu sua trupe. Em 1992, a cia de teatro amador Tocaia¹ o nome remete a uma emboscada cultural em um cenário de integração da Amazônia ao resto do Brasil, regando o sonho desenvolvimentista que prometia desenvolver a selva amazônica e aproximar do território nacional.

¹ Nome inspirado no conceito de emboscada, realidade da região da transamazônica em um contexto de conflitos de terra, era comum os pistoleiros, grileiros, posseiros. Tocaia é substantivo feminino Emboscada; ação em que alguém se esconde para esperar o inimigo.

Foi dentro dessa Tocaia que a minha mãe encontrou uma grande companheira de luta e a cada ano construíram a família que me deu suporte e amor para trilhar o meu caminho. Inicialmente junto ao movimento social, convivendo com grandes personalidades do movimento ambientalista que resistia na região da transamazônica e Xingu, como o sindicalista Ademir Federicci, o Dema, a Irmã Dorothy Stang, o bispo da prelazia do Xingu Erwin Kräutler e a ativista Antônia Melo da Silva. Questões como distribuição de renda e preservação sempre foram pontos sensíveis na região, no entanto foi na música, no teatro de rua ou de mamulengos que eu vi a minha família resistir e existir.

Na cultura popular aprendi sobre educação ambiental e vivenciei literalmente a arte da resistência de encantar e não nos calar diante do mundo. Desde meus 3 anos de idade comecei a me apresentar como palhaça, eu era a “pingo” de “pingo de gente” mesmo! Subir ao palco e contracenar com a minha mãe era uma deliciosa brincadeira. Aos 6 anos comecei a fazer aula de música, primeiro na flauta doce até me encontrar na percussão, bateria e depois brincar com o violão a música é companhia na minha vida desde sempre.

Em 2003, aos 14 anos, tive minha formação marcada com o curso de Educação Ambiental e Manejo promovido pelo IBAMA, nesse momento comecei a buscar formações na área de meio ambiente e formação de lideranças. O movimento da música na região da Transamazônica no contexto do Programa de Cultura Viva e dos Coletivos Educadores Sustentáveis me trouxe a oportunidade de viver uma Educação Ambiental regada pela cultura popular no programa Maravaia² da Fundação Tocaia, antiga Cia de teatro amador Tocaia.

Com o debate para a consolidação do Programa Maravaia de Cultura e Educação Ambiental e Popular, a partir de 2005, num diálogo com o Programa de Formação Continuada de Educadores Ambientais, através das Salas Verdes e Coletivos Educadores do MMA, e o Programa Cultura Viva do Minc, a Maravaia traça seu projeto político pedagógico tendo o Coletivo Educador Tem Jeito Sim como animador e a Cia PapoShow como equipe multidisciplinar, responsável por animar a gestão participativa e compartilhada e a intervenção integrada desse Coletivo. Esse Coletivo tem papel na construção de uma identidade e de um projeto em comum, almejando a formação continuada de uma rede de artistas e educadores que possam difundir e disseminar a cultura e a educação ambiental e popular, além de propor políticas públicas nessa área. (FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.), 2013:383)

² Maravalha segundo o dicionário da língua portuguesa é um substantivo feminino que significa pedacinho de madeira usado para atear ou acender fogo, graveto, garrancho, acendalha, apara ou lascas de madeira, que sozinhos quebram facilmente, mas que se reunidos se tornam difíceis de quebrar. Maravaia, pronúncia nordestina, tem o sentido do provérbio popular “a união faz a força”

A minha trajetória como educadora ambiental popular foi se firmando a cada ano através de participação nos Coletivos de Bandas e Fanfarras, Coletivo Educador Tem Jeito Sim e Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Estado do Pará. Minha formação acadêmica iniciou com uma graduação em biologia, que teve como trabalho de conclusão de curso um estudo de caso em uma escola da rede pública no município de Santa Isabel do Pará, onde busquei compreender através de observação participante, como a educação ambiental era abordada no contexto escolar, buscando apontar metodologias voltadas para arte educação popular na formação do sujeito ecológico³.

Em 2012, após concluir a graduação tive a oportunidade de trabalhar no projeto “Rodas de Direito”, realizado pela Universidade Federal do Pará - UFPA e Fundação Tocaia com o apoio do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfretamento à violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro e Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. O trabalho foi uma oportunidade de mergulhar na arte educação, através de oficina de contação de histórias e música e educação ambiental em uma experiência de troca com crianças em situação de vulnerabilidade social.

Ainda em 2012 recebi o Prêmio Agente Jovem de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais, através de edital do Ministério da Cultura-MinC em reconhecimento ao trabalho que desenvolvi em 2003 na comunidade ribeirinha de Vila Nova no Município de Senador José Porfírio - Pa. Na época articulei e elaborei uma oficina de música para as crianças da comunidade, buscando através da arte um meio de aproximação para o diálogo sobre o olhar infanto-juvenil sobre problemas socioambientais que atravessavam o cotidiano da comunidade.

Em março de 2013 fui contratada pela Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo em Altamira -SEMAT, onde atuei durante 5 anos, no contexto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Inicialmente fui contratada como educadora ambiental e a partir do segundo ano assumi a coordenação do setor de Educação Ambiental e Projetos. A experiência na secretaria me trouxe a oportunidade de trabalhar pela primeira vez na perspectiva da administração pública, uma vez que até o momento eu só conhecia a educação ambiental vivenciada a partir do movimento social.

As experiências vividas na SEMAT, foram fundamentais na construção de muitos questionamentos que inclusive me fizeram retomar os estudos. As insatisfações de uma jovem recém-formada, com 22 anos de idade, cheia dos sonhos confiante em uma

³ Conceito extraído do livro Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico (CARVALHO,2004)

mudança paradigmática possível e necessária, carregou as frustrações em deparar-se com o desafio da gestão ambiental no território da Transamazônica e Xingu.

Durante esse período acompanhei pautas importantes como o programa de educação ambiental do Plano Básico Ambiental- PBA de Belo Monte, o Programa Municípios Verdes em parceria com a SEMA-Pa, que tinha como principal objetivo reduzir o desmatamento nos município do Estado, atuei como conselheira suplente na APA Triunfo do Xingu nos Municípios de São Félix do Xingu e Altamira (biênio 2013/2015), fui membro suplente no conselho municipal de meio ambiente de Altamira (biênio 2015/2017) entre outras atividades como a elaboração e execução de campanhas socioambientais, elaborei e aprovei junto a equipe da SEMAT projetos para apoio das ações de educação ambiental e Cadastro Ambiental Rural - CAR dentro do município no contexto do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRSX, além de palestras, oficinas e outras atribuições.

Em 2016, com o assassinato do Secretário Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Altamira, decidi buscar novos horizontes, fui tomada pela angústia, ansiedade e o medo de conflitos que se agravavam na região, estar em tantas discussões e me perder algumas vezes, sem saber que caminho seguir me trouxeram a necessidade de retomar os estudos. Me senti vencida, talvez tenha sido uma fuga pedir exoneração, contudo a necessidade de buscar novos caminhos era fundamental para minha saúde mental para conseguir contribuir de forma mais consciente. No mesmo ano, a chegada do meu filho me fez rumar para a minha construção enquanto mulher e mãe, esse processo mudou as minhas lentes de como enxergar o mundo, durante o desafio da maternidade fui aprovada em uma seleção de especialização em Políticas Educacionais e Saberes Docentes na UFPA que infelizmente não pude concluir diante da oportunidade de mudança para o Estado da Bahia.

Minha esposa, servidora da FUNAI, fez o concurso de remoção interna após sofrer inúmeras agressões e ameaças que foram nos afastando do território. Para além das nossas angústias profissionais, nosso filho necessitava de acompanhamentos especiais, que no interior do Estado do Pará não haviam, foi então que começamos a buscar uma mudança possível. Encontrei o Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais onde me encantei com a proposta de uma universidade jovem e propostas desafiadoras e revolucionarias, com um olhar diferenciado a respeito da sustentabilidade, motivos não faltavam para seguirmos rumo ao Sul da Bahia, em abril de 2018.

Ao chegar em Porto Seguro busquei uma aproximação com a Universidade Federal do Sul da Bahia, onde fui afetuosamente acolhida pela Prof. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto, que fez a minha aproximação com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - NUPEEA, esse contato me possibilitou ampliar meus horizontes e trabalhar algumas das minhas inquietações. Foi a primeira vez que tive contato com algo que fosse além da ideia de Desenvolvimento Sustentável, o que fez total sentido diante da construção do percurso que me trouxe até aqui, desde então tenho me debruçado para compreender processos voltados à construção de Sociedades Sustentáveis.

Em 2019, nosso filho aos 6 anos nos deixou, o luto, o vazio foi preenchido com uma reconexão comigo, através de questionamentos que trouxeram reflexões sobre os meus propósitos existenciais, buscando encontrar um caminho que fizesse o meu coração permanecer pulsando. A oportunidade de estagiar no NUPEEA reacendeu um novo momento em minha vida, primeiro estive como monitora em uma oficina organizada pelo ICMBIO, UFSB/NUPEEA, UNB voltada a formação de professores nas comunidades do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil e posteriormente acompanhei as reuniões da Comissão de Política de Sustentabilidade-CPS no contexto de elaboração do Plano de Logística Sustentável da Universidade Federal do Sul da Bahia, onde nasceu esse projeto de pesquisa que hoje dá voz a minha dissertação.

Quando penso nos caminhos que me trouxeram até aqui, vários filmes passam na minha cabeça e hoje aos 33 anos, muita coisa eu tenho para contar, é certo que durante a minha caminhada eu tive que me resignificar muitas vezes, quem eu sou? E os caminhos por onde dou meus passos diariamente me refazendo e curiosamente eu gosto dessa construção/desconstrução. O mestrado me abriu os olhos para novas perspectivas, às vezes sou um pouco pessimista, outrora mais otimista, por vezes me sinto sem forças e depois estou mais potente, feliz com as ações e acreditando nas utopias que me movem.

Talvez a lição mais importante que floresceu durante a minha pesquisa é sobre o tempo, porque eu sempre tive muita pressa, sempre quis ver a mudança acontecer, todavia mergulhar no processo de construção do PLS da UFSB, me trouxe a necessidade de entender qual o tempo institucional, qual o tempo da administração pública, qual o tempo dos servidores, qual o tempo dos docentes e discentes? Qual é o meu tempo? Obviamente um mestrado não será suficiente para compreender tantas concepções de mundo que envolvem a construção de um plano voltado a sustentabilidade, aqui é um novo começo dentro da minha trajetória, onde tenho a expectativa de aprender a refletir, agir e refletir, em um território que me acolheu e com o qual eu quero contribuir.

Um ponto que não poderia deixar de ser destacado, está diretamente relacionado com o papel da cultura popular, que aparece hora ou outra refletida em durante a pesquisa, aqui encarei como um ensaio para em estudos futuros e aprimoramento metodológico da Pesquisa Educacional Baseada em Arte (PEBA) na qual é apontada como um modo de vincular arte e pesquisa no campo da Educação (CARVALHO; IMMIAOVSKY, 2017). De modo geral, a PEBA foi uma nova referência durante o processo de investigação e a utilização de procedimentos e/ou produtos artísticos no processo investigativo ou no registro deste, trouxe as artes, como ferramenta de expansão e percepção sobre eventos educacionais que me permitiram novas reflexões dentro da pesquisa (CARVALHO;IMMIAOVSKY,2017:226).

O processo artístico dentro da pesquisa me permitiu respirar as angústias ao longo do processo no qual seguramente estimularam a imaginação, a invenção, preenchendo espaços vazios pelas tramas vivenciadas entre o meu eu pesquisadora na maneira de me relacionar e me expressar na relação com colaboradores durante a pesquisa (CARVALHO; IMMIAOVSKY, 2017:226). A seguir a figura 01 apresenta alguns desenhos que buscam representar o GTs do PLS da UFSB, com objetivo de facilitação gráfica para os trabalhos do GT de AE.

Figura 1- Representação dos GTs do PLS da UFSB.



Fonte: Lua Damasceno/GT de Educação Ambiental PLS/UFSB.

O processo de construção desde o projeto de pesquisa até a finalização da dissertação além de produções de ilustrações, trouxe a reflexão que culminou na escrita de um cordel em texto e áudio visual sobre a sustentabilidade na Universidade Federal do Sul da Bahia no intuito de recepcionar os calouros em 2021. Adiante apresentamos a letra do cordel e o link para acessar o vídeo.

https://drive.google.com/file/d/17DdWC8_poMUwgaDccvHoZv1CaWGDe0aV/view?usp=sharing

UFSB e a Sustentabilidade⁴

(Lua Damasceno)

Alô Você que é estudante e está
chegando na universidade, aqui no sul da
Bahia UFSB é nossa realidade.

Mas, não se avexe não!

Peço a sua atenção!

Para muitas novidades...

Em poucos minutos traremos um assunto
importante e pedimos uma ajuda para
você que é estudante.

Essa universidade, mesmo ainda criança,
carrega um tanto de sonhos e é cheia de
esperança.

Estamos dentro de um mundo que
queremos transformar, pensamos de
forma grande e é disso que vamos tratar.
Da tal sustentabilidade, aqui enraizada
com arte pensando em te conquistar.

Essa conquista é luta, traçada de tempo
em tempo, se fez foi na primavera em um
grito de silêncio.

O silêncio que virou grito!

Esse grito tava escrito,

Lançado em 1962, no livro de Rachel
Carson, documentando os efeitos dos
pesticidas usados espalhados no
ambiente sem o mínimo cuidado,
causando destruição, por onde era
lançado.

Foi então que vimos nascer uma nova
educação, na força de um movimento
clamando por atenção!

O povo de protagonista se tornou
ambientalista, ganhando nova visão.

Essa luta revolucionaria, emancipa e
fortalece talvez você já a conhece...

Seu nome vou aqui comentar educação
ambiental venha se apropriar.

Um movimento crescente se expandiu
por todo o mundo de forma irreverente
em correntes e vertentes, com gente que
não questiona, vive um pouco

⁴ Cordel resultado da experiência de pesquisa sobre sustentabilidade na universidade em uma estratégia de aproximação dos calouros de 2021.

indiferente, outros são bem zeladores,
querem o mundo conservar,
e alguns acreditam que aqui não é o seu
lugar, buscam tecnologia, acho muita
utopia!

Mas, é preciso respeitar...

Mas, tem gente criticando, formando
opinião, dizendo que o valor está no que
brota do chão, questionando quem tem
grana, sem amor no coração.

Mas, pera aí seu locutor, onde você quer
chegar?

Eu tô com tempo marcado e já quero
estudar, estou muito ansiosa para o
mundo pesquisar.

Não se avexe, a história é bem
curtinha...

Porque a sustentabilidade não cabe em
uma caixinha, aqui é só o início dessa
nossa conversinha.

Aqui na UFSB queremos problematizar:
O que é sustentabilidade, para nos
apropriar.

Por isso estamos pensando nas nossas
potencialidades, espera que temos planos
e muita capacidade...

Aqui tem uma assessoria para tratar
dessa questão, sustentabilidade é assunto
que está em discussão, junto com a
educação ambiental, aquela que já
falamos, traçamos nossos valores e aqui
nos apoiamos, baseados em um tratado

de cunho internacional para sociedades
sustentáveis e responsabilidade global.

O tratado logo diz sobre a
educação como direito de todos, sem
muita proclamação.

No processo de educar aprendemos sem
parar isso, eu posso confirmar!

Em processos coletivos ou mesmo
individuais, a vida, a solidariedade, a
igualdade e o respeito servem para
facilitar os processos de decisão, em
todas as etapas e níveis de construção.

Depois de muito debate chegou a grande
questão com um tal de Rockström, dando
limites ao mundão, explicando que o
planeta não é infinito não!

Mas, vejam que curioso estamos na
faculdade, aqui se fala de tudo, até de
vaidade!

Todos são protagonistas da sua
realidade.

Por isso meus caros alunos, alunas e
também alunes, chamo a vossa atenção!

Mergulhe nesse universo sem medo ou
distração, aqui formamos um mundo
cheio de novidades e acreditamos
justamente em sociedades sustentáveis.

Se tem interesse busque por mais
informação!

Deixamos no fim o contato para
participação.

CAPÍTULO II: INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apontar oportunidades e caminhos, visando o fortalecimento de ferramentas da gestão ambiental que contribuam para o enfrentamento da crise socioambiental de grandes proporções que se estabeleceu desde o pós-guerra. Segundo Ferreira e Rosa-Silva (2017), a história da degradação ambiental acompanha o desenvolvimento e a expansão das populações humanas e suas relações com o entorno. Aqui, trataremos esta crise como reflexo do modelo de desenvolvimento adotado a partir da revolução industrial, resultando no aumento do potencial de exploração do planeta. Esta exploração gerou problemas de várias ordens sociais e ambientais, como o acesso precário a uma alimentação de qualidade, moradia, direito à terra, desmatamento, extinção da fauna e da flora (FERREIRA, ROSA-SILVA, 2017: 05). Estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas-IPCC (2020) apontam que os próximos anos serão marcados pelas mudanças no clima, impactando diretamente o equilíbrio ecossistêmico do planeta. Durante as últimas décadas, assistimos emergir por todos os continentes do globo graves problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento que alicerça a sociedade humana.

Setores da sociedade, impactados pela degradação do planeta, se mobilizaram trazendo a reflexão sobre a maneira como nos relacionamos com a vida no planeta. O livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1962) foi um importante marco nessa luta, na qual denunciou os impactos causados pelo uso de pesticidas nos Estados Unidos da América. A partir da década de 60, os movimentos ambientalistas internacionais formaram no mundo um grande debate das questões ambientais (MCCORMICK, 1992). Tais espaços de discussão culminaram em reuniões como a da Comissão Mundial de Desenvolvimento - UNCED (FOLADORI, 2002).

As reuniões acima mencionadas trouxeram um novo conceito em 1987. O termo Desenvolvimento Sustentável ganhou espaço com o discurso que oportunizou o nascimento de um modelo que prometia ser capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender as futuras gerações (ONU, 1987). No Brasil, nos anos 70 e 80, emergiram movimentos sociais e correntes de pensamento que trouxeram o tema meio ambiente para as pautas políticas. Desde então, a política ambiental vem ganhando espaço em todo território nacional.

Algumas críticas ao modelo de Desenvolvimento Sustentável partem do pressuposto de que não é possível conciliar a necessidade de crescimento econômico com a conservação ambiental (LIMA, 1997: 212). Problematicar o modelo de desenvolvimento, norteará essa pesquisa no

intuito de compreender as concepções que surgem no contexto que se insere o estudo, refletindo sobre os desafios de promover a sustentabilidade na administração pública. Neste sentido, é fundamental um olhar atencioso para o decreto nº 7.746 de 2012, o qual estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, servindo de instrumento norteador da gestão pública, aspirando internalizar a sustentabilidade no cotidiano da administração pública.

Para a compreensão dos mecanismos legais que inserem a sustentabilidade no debate da gestão pública, este estudo priorizou metodologias qualitativas no decorrer das etapas de investigação do tema. Esta pesquisa consiste em um estudo de caso a partir da análise da elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável-PLS da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB, na perspectiva da educação ambiental crítica, ambicionando contribuir com o debate sobre a construção de Sociedades Sustentáveis.

Os métodos de coleta de dados têm a pesquisa participante e traz “a práxis como conceito dialético permite recontextualizar as contradições de subjetividade-objetividade, do sujeito-objeto, de teoria e prática, avaliando sua complexidade irreduzível” (BRANDÃO, 2006:99), o que possibilita um campo plural de significados no campo da pesquisa. Portanto, é primordial identificar quem são os membros dos Grupos de Trabalho-GT, no intuito de averiguar quais as percepções e as concepções destes membros sobre o processo de elaboração do PLS. Destacamos esta etapa como fundamental para a discussão sobre a diversidade de concepções de uma IFES, que apresenta uma infinidade de entendimentos que emergem com relação a sustentabilidade, a educação ambiental e o meio ambiente. Por fim, as discussões que se apresentam demonstram influência direta dessas concepções no diálogo necessário para a elaboração de planos de gestão de logística sustentável.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental na construção das indagações sobre as concepções de sustentabilidade, subsidiando um aprofundamento e compreensão que se apresenta no debate da sustentabilidade no contexto nacional e internacional. As análises documentais em sites do governo federal e de IFES, contribuíram nas investigações sobre as legislações e documentos pertinentes ao tema da sustentabilidade na administração pública e de planos de gestão de logística sustentável. A utilização de formulários eletrônicos e entrevista semi-estruturada ajudaram no reconhecimento e coleta de dados para as análises. Todavia, antes de olhar para o caso específico da UFSB, olhamos para contexto de construção de PLS em outras Instituições Federais de Ensino Superior-IFES, o que nos levou ao desenvolvimento de um trabalho pioneiro sobre a construção de PLS no universo das universidades públicas ligadas à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior-ANDIFES.

Após identificar algumas características na construção de PLS em IFES para mergulhar no processo de elaboração do PLS da UFSB, foi necessário olhar para a trajetória institucional de uma universidade jovem, que traz a sustentabilidade como um dos pilares fundamentais presentes nos documentos de sua criação. Essas investigações foram fundamentais para traçar um perfil institucional e contextualizar o processo de construção do PLS da UFSB. Esta pesquisa está vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - NUPEEA/UFSB, através do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais-PPGCTA, segue a linha de pesquisa em Gestão, Política e Manejo Ambiental, onde as análises aqui apresentadas pretendem contribuir com ferramentas relevantes para que a sociedade civil, o poder público e gestores consigam tomar decisões baseadas em sustentabilidades.

Como resultado da pesquisa, este estudo considera a importância da inclusão da Política Nacional de Educação Ambiental como uma iniciativa a ser observada na construção de planos de gestão de logística sustentável. A partir desta pesquisa, intencionamos contribuir com processos que busquem a construção de novos caminhos, abrir um referencial para outras sustentabilidades estejam elas inseridas no contexto da gestão pública ou em outros setores que anseiam um novo fazer. Por fim, este estudo é um dos diversos olhares que atravessam os caminhos de iniciativas que busquem refletir para além do modelo posto, fortalecendo um arcabouço teórico que ancora os novos rumos diante da utopia de construir Sociedades Sustentáveis.

CAPÍTULO III - PARADOXO, POLISSEMIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE EM CONECTAR O DISCURSO COM A PRÁTICA

Para começo de conversa

Ao mergulhar neste estudo, vesti várias lentes, concordando com a afirmação de que “conceitos são assim como lentes em nossa visão da realidade” (CARVALHO, ISABEL 2004: 33). Durante os componentes curriculares que integram a grade curricular do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais - PPGCTA, tive a oportunidade de enxergar por diversas lentes. Foi nesse delineamento, no processo de construção do conhecimento, que iniciei o meu caminho orientado metodologicamente para uma reflexão-ação-reflexão, pela práxis de Paulo Freire.

É comum nas ciências ambientais debatermos a crise ambiental. Entretanto, como iniciei essa conversa trazendo as lentes, reforço que muitos são os olhares dentro das ciências ambientais, que buscam assegurar a vida no planeta. A crise ambiental está dentro do nosso tempo presente, na contemporaneidade que se refere ao tempo de curta duração, ou seja, o tempo histórico recente (CARVALHO, ISABEL 2004: 91). Portanto, “o fenômeno ambiental enquanto problemática social é um acontecimento contemporâneo” (CARVALHO, ISABEL 2004:92). Sobre a perspectiva social, buscamos compreender as relações entre a sociedade e o meio ambiente, vestindo as lentes da Educação Ambiental em um movimento socioambiental.

A EA surge em um terreno marcado por uma tradição naturalista. Superar essa marca, mediante a afirmação de uma visão socioambiental, exige um esforço de superação da dicotomia entre natureza e sociedade, para poder ver as relações de inserção permanente entre a vida humana social e biológica da natureza [...] A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente [...]. (CARVALHO, ISABEL 2004: 37)

Falar de sociedade e mundo contemporâneo traz as tecnologias para o centro da discussão. É inegável o conforto que veículos, celulares e computadores trazem à vida moderna. Entretanto, a emergência do capitalismo industrial inaugurou na sociedade, mais que qualquer acontecimento, concepções e visões contemporâneas sobre a natureza (SMITH, NEIL,1988:27). A revolução industrial foi uma revolução tecnológica que levou a grandes transformações com consequências na economia, na sociedade, na política e no meio ambiente local e global (OLIVEIRA,2012:494). As nossas necessidades são cada vez maiores e seguimos um ritmo de progresso, de dominação da natureza e exploração insustentáveis. Para agravamento da situação, via de regra, a crise ambiental gerada por este processo de degradação da natureza não ocorre como resultado da produção de riquezas para o combate às crises sociais geradas, por exemplo, pela fome e falta de ocupação e renda. Ao contrário, a crise ambiental termina por ser um produto do processo de hipervalorização de um sistema econômico concentrador de riquezas mediante o aprofundamento das desigualdades sociais (DOWBOR, 2017).

A dominação da natureza é uma realidade aceita por todos, quer ela seja vista com espanto, como medida do progresso humano, ou com temor, com o trágico prenúncio de um desastre iminente. Enquanto alguns antecipam “que um total controle da natureza é possível”, outros lamentam que a sociedade humana está se tornando mais que uma “maciça confusão na natureza”. Para todos eles, todavia, a realidade da dominação social sobre a natureza é incontestável, ainda que a magnitude do processo seja objeto de debate e que sua moralidade seja objeto de acirradas polêmicas. (SMITH, NEIL,1988:27)

O modelo de desenvolvimento é consequência da relação contemporânea com a natureza, obtém o seu caráter a partir das relações sociais assumidas dentro do sistema capitalista (SMITH, NEIL,1988:86). Nessa perspectiva, impactamos os ecossistemas do planeta, causamos o desequilíbrio e extinção de espécies, nos mais variados biomas do globo. O livro *Silent Spring*, de Rachel Carson (1962), fez uma alerta acerca dos efeitos danosos de ações humanas sobre o ambiente. Naquele momento, o referido livro teve grande repercussão e desempenhou um papel importante acerca das reflexões sobre a relação da sociedade com o planeta. As preocupações, desencadeadas a partir de então, resultaram no início do movimento ambientalista, provocando mudanças significativas nos valores humanos daquela época (MCCORMICK,1992:16).

O movimento ambientalista é apontado como um movimento histórico que traz quatro grandes categorias interconexas de discussão e reflexão, descritas por Carlos Loureiro (2003), tidas como fundamentais para a sociedade contemporânea:

O primeiro eixo refere-se a crítica à tradição religiosa judaico-cristã e seu processo de dominação e expansão (expansionismo religioso). Afirma a espécie humana como subjugadora das demais e a parte da natureza, carrega a hierarquia do monoteísmo que se expressa no Gênesis bíblico, quando destaca que cabe ao homem, imagem e semelhança de Deus-Criador, subjugar/dominar os demais seres vivos/natureza;

O segundo eixo relaciona-se à Revolução Científica, bem como à consolidação do paradigma cartesiano, que molda os valores culturais modernos e o projeto positivista de ciência e tecnologia. A ênfase na ciência analítica cartesiana conduz a fragmentação ilimitada do objeto, perdendo-se a noção do todo, e ao entendimento do processo causa-efeito sem historicidade, ou seja, o nosso desligamento do ambiente;

O terceiro eixo diz sobre a orientação individualista-antropocêntrica, contrária ao humanismo e às concepções ecocêntricas. A sensação de poder, seja de origem divina ou derivada do domínio científico potencializado pelo capitalismo, fundamenta não só a noção de que a humanidade pode ir além dos limites biológicos, mas em uma ação eminentemente individualista descolada dos determinantes sociais;

O quarto eixo faz a crítica à sociedade industrial e ao uso tecnológico como meio de dominação e exploração. Nunca foi vista tamanha velocidade nas transformações do ambiente com consequências pouco previsíveis.

Os movimentos ambientalistas internacionais formaram um grande debate no mundo (MCCORMICK, 1992). Aqui, faremos uma breve construção cronológica, buscando compreender eventos que ocorreram por todo o globo e que fortaleceram a discussão sobre a relação sociedade/natureza. A primeira Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo (1972), trouxe especialistas conceituados, que mostraram por meio de técnicas de modelagem, as questões que nortearam a crise ambiental (Oliveira 2012:496). O documento ficou mundialmente conhecido como “Relatório do Clube de Roma” ou “Os Limites do Crescimento” ou ainda “Relatório Meadows”. O estudo demonstrou que o aumento da população e o uso de recursos naturais estariam acima da capacidade do planeta de manutenção da vida (OLIVEIRA,2012:496).

Em 1977, a conferência de Tbilisi teve um papel importante no cenário internacional provocando uma mudança significativa de perspectiva, trazendo uma visão crítica da realidade, apontando que a origem da atual crise ambiental tem relação com a sociedade industrial (LAYRARGUES, 1999:01). Contudo, em 1987, a Comissão Brundtland trouxe um novo conceito ao publicar o relatório “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável, que

foi rapidamente incorporado ao discurso público. O conceito buscou romper definitivamente com o impasse entre proteção ambiental, desenvolvimento econômico e inclusão social, bem como evidenciou a necessidade da sociedade assumir um compromisso ético e transgeracional ao pautar o tema da sustentabilidade (OLIVEIRA,2012:493).

Adiante, a Rio-92 trouxe muitos documentos importantes e leis internacionais apoiados por quase todos os países, traçando planos de um conjunto de normas internacionais que poderiam resolver muitos dos problemas ambientais globais e locais, além da criação da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), com intuito de acompanhar as decisões da Rio-92. A conferência popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas governamentais, empresariais, projetos e discursos políticos, reverberando a ideia de sustentabilidade (OLIVEIRA,2012:497). No próximo tópico serão apresentadas algumas das lentes que colocamos para olhar a proposta de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento em contraste com a sustentabilidade

Este tópico tem o intuito de fazer uma curta análise sobre o que vem a ser desenvolvimento e seguidamente sustentabilidade. Seriam termos antagônicos? ou se complementam? Não é nossa pretensão fazer uma longa jornada de discussão epistemológica sobre a origem dos termos na sociedade, todavia buscamos encontrar justificativas para a ligação dessas palavras ou a sua discordância.

A etimologia é uma maneira de compreender que as palavras nascem e evoluem com o passar dos tempos. Conhecer a evolução do significado da palavra desenvolvimento, desde sua origem nos fará conhecê-la de forma mais completa (SANTOS, E.;BRAGA, V.;SANTOS, R.;BRAGA, A., 2012:45).

A origem do conceito surge na biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas. Com Darwin, a palavra desenvolvimento passou a ter uma concepção de transformação, vista como um movimento na direção da forma mais apropriada. Um organismo se desenvolve à medida que progride em direção à sua maturidade biológica. A transferência da biologia para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVII e tomou corpo com o darwinismo social. Com ela, verificou-se que o progresso, a expansão e o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais. Essas sociedades obtiveram o status de desenvolvidas, o que faz entender que elas eram capazes de produzir os seus próprios movimentos para o alcance do seu bem estar (SANTOS, E.;BRAGA, V.;SANTOS, R.;BRAGA, A., 2012:46).

O desenvolvimento é tido como força que eleva uma sociedade do atraso à uma sociedade avançada. O Desenvolver incentiva o acúmulo de capital para uma posterior distribuição, o que

torna essa visão mais propagada com o surgimento da abordagem neoclássica da economia (SANTOS, E.; BRAGA, V.; SANTOS, R.; BRAGA, A., 2012:48). No entanto, no decorrer da história isso não aconteceu, o que houve foi o crescimento na distância entre países ricos e países pobres.

Se o cerne do desenvolvimento está ligado ao acúmulo de capital que torna uma sociedade avançada ou não, fica fácil definir que esse avanço da sociedade está diretamente relacionado com bens de consumo, visto que as sociedades tidas como desenvolvidas são as com maior poder de consumo.

Uma sociedade desenvolvida é aquela capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda. Nessa perspectiva, a meta do desenvolvimento é uma sociedade industrial urbana, cujo moderno é medido de acordo com o nível de industrialização e urbanização da sociedade. A sociedade industrial e/ou desenvolvida passa a ser então um modelo ideal propagado pelo mundo ocidental e transmitido como uma possibilidade para regiões menos avançadas como África, Ásia e América Latina (SANTOS, E.; BRAGA, V.; SANTOS, R.; BRAGA, A., 2012:51).

Nessa mesma perspectiva, de encontrar um significado para a palavra sustentabilidade, algumas referências trazem a palavra “sustentável” proveniente do latim *sustentare* que significa sustentar, defender, favorecer, apoiar, conservar e cuidar. A emergência do discurso da sustentabilidade é contemporânea, a expressão tornou-se dominante no debate, quando envolve questões de meio ambiente e de desenvolvimento social (LIMA: 1997).

A sustentabilidade é usada de forma generalizada, gerando uma falsa ideia de que há um consenso nos discursos que se constroem, a alta polissemia em torno da discussão do que vem a ser sustentabilidade, tem forte relação na disputa de interesses e projetos políticos (CARVALHO, 2008: 48). No entanto, para os que questionam os discursos da sustentabilidade, concentram as críticas sobre a frágil viabilidade da proposta, em uma sociedade capitalista orientada pelo mercado, o que sustenta a impossibilidade de sua concretização nesses moldes (LIMA:1997).

A partir daqui conseguimos compreender, que as palavras desenvolvimento e sustentabilidade formando um único conceito é no mínimo contraditório. O desenvolvimento corresponde a um movimento de expansão, crescente em ritmo de transformação do orgânico para o sintético, estimulando a transformação de ecossistemas em recursos naturais. Já a sustentabilidade seria uma maneira de buscar um equilíbrio que favoreça a manutenção da vida no planeta.

Segundo Gudynas (2019), originalmente, o conceito de sustentabilidade era restrito à dimensão ambiental, sendo introduzido por biólogos na década de 1970, com foco na

capacidade de carga ou de sustentação de ecossistemas ou populações. Porém, com o decorrer do tempo, este foi tomando uma grande proporção na sociedade, se transformando em um conceito plural, construído por diversas correntes, desde as que viabilizam perspectivas antropocêntricas de sociedade até as que fomentam ideias biocêntricas. Essas visões se diferenciam uma vez que às suas alternativas para solucionar a crise socioambiental, apresentam distintas profundidades e perspectivas éticas, sendo organizadas em função dos distanciamentos e das críticas às estratégias desenvolvimentistas (Carvalho 2008, Gudynas 2019).

Obviamente, o conceito de desenvolvimento sustentável trouxe avanços significativos, mas o momento pede reflexões mais profundas, que questionam inclusive o modelo hegemônico de pensar a sustentabilidade. Como iniciamos a construção deste tópico, a ideia aqui não é apenas apontar falhas, mas questionar o que temos como óbvio, avistando novas perspectivas.

No mundo contemporâneo, estamos vivenciando um período de emergência, onde as mudanças climáticas que nos pressionam diariamente e nos tiram a expectativa de um “futuro comum”, os reflexos do fracasso emergiram, o que nos leva ao olho da crise socioambiental, com a falta de alimento para todos, secas, pandemias, refugiados do clima e de guerras, típicos de um sistema em colapso. Recentemente, o relatório da ONU para mudanças climáticas classificou como “irreversível” o processo que elevará o aquecimento global a 1,5°C (IPCC, 2021), essa condição do planeta é definida nas palavras de Henrique Rattner como fracassado na maneira como as sociedades conduzem o progresso.

O argumento central é o fracasso de levar progresso, racionalidade e harmonia ao convívio humano, entre e dentre as sociedades. Fracassou também a pretensão de formular “leis” a partir das quais seria possível alcançar certeza e previsibilidade das ocorrências na natureza e na sociedade. No limiar do século, constatamos que “tudo é nevoeiro; tudo o que é sólido se desmancha no ar”, enquanto se expande a esfera de incerteza e insegurança quanto ao futuro (RATTER, 2012:281).

Ao colocar desenvolvimento e sustentabilidade dentro do mesmo conceito, podemos ter aberto a possibilidade de seguir com o progresso, sustentando ainda mais os anseios de produção capitalista. A exploração ganhou uma nova roupagem, agora fortalecida através do discurso de que podemos alcançar o progresso se usarmos as tecnologias corretas, cientes de que as atitudes que temos hoje influenciam diretamente na vida das futuras gerações. Chegamos em um ponto em que é preciso questionar o lugar onde estão as tecnologias e entender que não são uma panaceia, dadas as limitações do planeta. Considerando que a matriz energética mundial é uma das principais geradoras de gases de efeito estufa, mesmo a tecnologia mais

eficiente, tende a contribuir com cenários de agravamentos climáticos, o que nos coloca no sentido contrário da ideia de desenvolvimento sustentável que busca satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as futuras gerações. Ou seja, até mesmo alternativas ditas mais sustentáveis têm um preço, o qual podem agravar as crises atuais se não manejadas corretamente, sendo consideradas as suas limitações. Não se trata de um impasse, mas de que é necessário compreender que as janelas de oportunidade são estreitas.

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (ONU, 1987).

Apesar das reuniões constituírem um avanço em termos de visibilidade da “espiral de autodestruição”, problematizar o triplo desafio - ambiental, social e financeiro, é avaliar que não houve compromissos efetivamente vinculantes e as relações de força tendem a predominar (DOWBOR, 2017:30). Essas discussões ganharam corpo ao redor do mundo, com críticas de que a reorientação da ideia de desenvolvimento aconteceu no contexto de crise do próprio capitalismo, através da consolidação de uma hegemonia do pensamento e de políticas neoliberais (LIMA, 2002:04).

A sociedade capitalista e o estado moderno são vistos como os maiores responsáveis pela degradação dos recursos naturais. Isto se deve ao fato de ambos terem o crescimento e a acumulação de capital privado como princípios. Desta forma, verifica-se que a relação homem-natureza na sociedade moderna/industrial é fortemente moldada pela racionalidade instrumental do sujeito-homem sobre o objeto-natureza. A natureza é vista apenas como um mero recurso produtivo do sistema capitalista e o homem como um ser superior à própria natureza. Porém, com a crise do modelo desenvolvimentista dos anos 70 e 80, outras visões sobre a relação homem-natureza começaram a ganhar espaço nos debates internacionais. (SANTOS, E.; BRAGA, V.; SANTOS, R.; BRAGA, A., 2012:56).

Nomeamos tudo pela lógica do capital, transformando a natureza em recursos, o que se coaduna com a uma ideia de sociedade globalizada, que segue uma única lógica, a da hegemonia guiada pelo modelo político neoliberal, capitalista e eurocêntrico. Ao observar o processo de globalização é tangível atestar o aumento da concentração de renda, os inúmeros conflitos e o fortalecimento de movimentos racistas e étnicos (LOUREIRO, C., 2003:83).

É preciso descolonizar o pensamento e as estruturas, ressignificar as relações socioambientais para encontrar caminhos possíveis. No livro “Idéias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak (2019) descreve o Rio Doce como seu avô, trazendo a ancestralidade e

a cosmovisão do povo Krenak para explicar as relações de um povo com a natureza, traz o termo sustentabilidade como “o mito da sustentabilidade”, no qual o autor afirma que o termo é uma invenção das grandes corporações.

Estar com aquela turma me fez refletir sobre o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza. Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, A. ,2019:09 e 10).

Explorar outras formas de compreensão do mundo e das bases que algumas sociedades construíram é um caminho relevante no debate da sustentabilidade, no próximo tópico intitulado “*Um modelo antagonista e as novas perspectivas*”, temos a intenção de percorrer o caminho da contracultura, corroborando com o movimento ambientalista, no qual considera que a preparação para as mudanças necessárias no enfrentamento da crise ambiental depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica e dos desafios do mundo contemporâneo que ameaçam o futuro do planeta (ONU,1992). Navegaremos a seguir em um movimento ritmado no verbo esperar, que, para Paulo Freire, significa “levantar, ir atrás, construir e não desistir, juntar-se aos outros para fazer de outro modo”.

Um modelo antagonista e as novas perspectivas da Educação Ambiental

No contexto internacional e as influências que o movimento ambientalista teve no campo político global com a realização de alguns eventos e grandes conferências, contribuindo para a criação de decretos, leis e outros, pautaram uma agenda pública e trouxeram o debate da sustentabilidade para o centro do debate político das diversas nações do globo, inclusive o Brasil (MCCORMICK,1992). As recomendações internacionais eram no sentido de institucionalizar o tema meio ambiente nas agendas políticas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2012).

Nesse contexto no Brasil, a pauta ambiental antecedeu a Rio-92, trazendo para o debate político a publicação de legislações e criação de autarquias como, por exemplo, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), que foi criada em 1973 no âmbito do Ministério do Interior. No início da década de 80, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) foi

instituída partindo do princípio que o meio ambiente é um patrimônio público que necessariamente deve ser assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo (BRASIL,1981). A Constituição Federal, reforçou a PNMA entendendo que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL,1988).

Nas décadas de 70 e 80, a Educação Ambiental no Brasil se constituiu como um campo de conhecimento e de atividade pedagógica e política (LIMA, 2009:147), trazendo um início carregado de um campo plural e diferenciado, que reúne contribuições de diversas disciplinas científicas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas de atores e movimentos sociais. O Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA reitera um entendimento, historicamente construído, dos desafios no processo dialético de transformação social e cultural (SORRENTINO, 2005). Em 1994, a primeira versão do programa assume a função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Rio-92 (MMA,2018). A Educação Ambiental tomou forma de política pública em 1999, através da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999).

Aqui, assumimos uma postura teórica talvez muito utópica para alguns. Apesar disso, a utopia aqui defendida não é tratada apenas como um sonho ou um “não-lugar” (senso estrito da palavra), mas como um protesto de todas as pessoas que não se conformam com as injustiças e desigualdades, aceitando que se trata de uma convocação da luta por justiça social, democracia participativa, pelos direitos humanos e por um ambiente protegido e preservado (RATTNER, 2012).

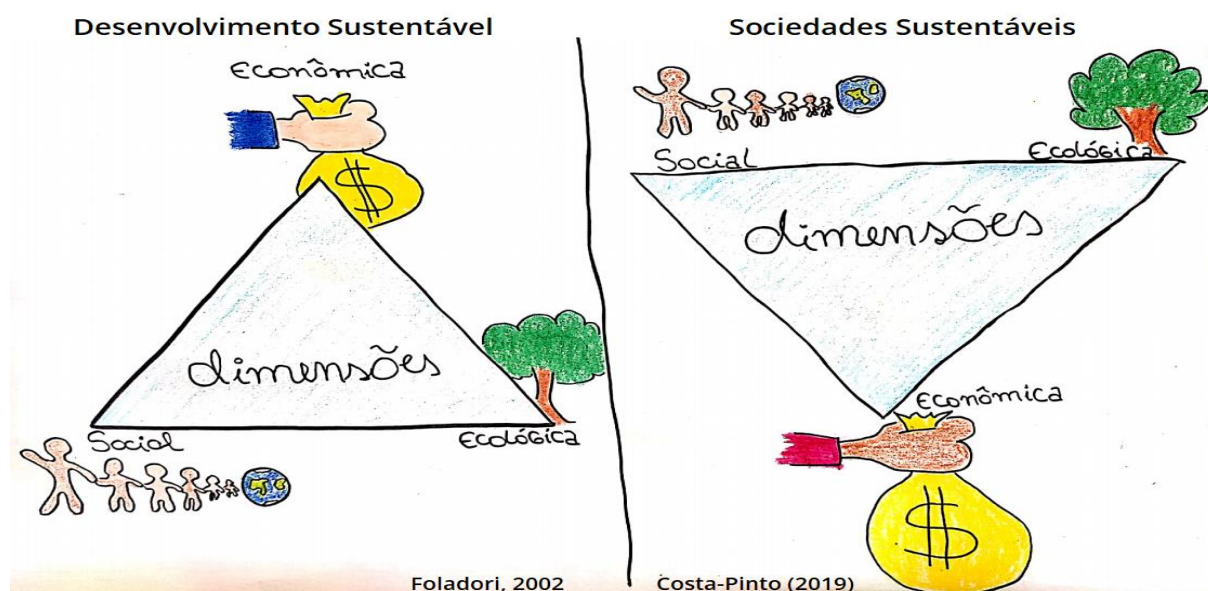
Essa utopia moveu e move os movimentos ambientalistas no mundo e a Educação Ambiental carrega essa característica na história da sua construção teórico-metodológica, fortalecida no fórum paralelo das Organizações Não Governamentais - ONG's, realizado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. A tenda número 6 foi o local da realização de uma jornada de Educação Ambiental, anfitriã de 1 dos 36 tratados das organizações não-governamentais e Sociedade Civil. Porém, não foi a primeira vez que se falou de Educação Ambiental em nível internacional (VIEZZER; OVALLES,1995:26).

Entre as questões debatidas no fórum, alguns questionamentos foram direcionados ao termo educação ambiental. Por que não denominar uma educação para o Desenvolvimento Sustentável? Tal debate contribuiu para o consenso de que o desenvolvimento nunca será sustentável, ressaltando que não se pode impor um modelo hegemônico a outro modelo hegemônico. O superconsumo e a superprodução também foram apontadas como causas raízes da crise ambiental, sendo a pobreza uma de suas consequências. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global resultou dos temas

debatidos no fórum paralelo das ONG's, em 1992, e foi entregue às autoridades das Nações Unidas (VIEZZER; OVALLES,1995:27).

O tratado traz a ideia de Sociedades Sustentáveis como uma alternativa que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento sustentável. Foladori (2002) exemplifica através de uma pirâmide, demonstrando que o modelo do desenvolvimento sustentável fortalece o *status quo* de uma cultura voltada para consumo e produção de bens, em uma lógica de exploração, onde objetivos ecológicos e sociais são a base de suporte dos objetivos econômicos (crescimento econômico, aumento do PIB, acumulação de capital). A ilustração a seguir mostra a comparação do modelo de desenvolvimento sustentável descrito por Foladori (2002) e de sociedades sustentáveis defendido por Costa-Pinto (2019).

Figura 2 - Comparação entre os modelos propostos por Foladori (2002) e Costa-Pinto (2019).



Fonte: Ilustrado pela autora.

Ao descrever sociedades sustentáveis que são antagônicas ao desenvolvimento sustentável, Costa-Pinto (2019) expõe que, no modelo de sociedades sustentáveis, os objetivos sociais e ecológicos possuem o mesmo peso, pois são imprescindíveis e indissociáveis e devem ser sustentados pelos objetivos econômicos. O pensamento defendido pela autora está fundamentado no tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Os argumentos apresentados acima demonstram que não existe apenas um único modo de entender a sustentabilidade, demonstrando a polissemia por trás deste debate. No Brasil, a sustentabilidade foi sendo cada vez mais incorporada no debate político, amparado em acordos e convenções internacionais que estão alinhadas com o modelo de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, o ambiente de transformação dos debates em políticas públicas, quase sempre foi acrítico ou tecnocrata. Neste sentido, a efetiva incorporação da sustentabilidade na pauta da administração pública tem sido um caminho cheio de desafios, que vão desde às divergências de conceito até as dificuldades inatas de gerir uma rede complexa de interações e a sobrecarga de trabalho.

Na busca pela incorporação da sustentabilidade na administração pública, a portaria nº 217 de 2008, vem com a perspectiva de reforçar critérios socioambientais na gestão dos serviços públicos e destaca a administração pública como grande consumidora e usuária de recursos naturais. Assim, em 2012 a administração pública, assume no Brasil o modelo de sustentabilidade, que pautado no modelo de sustentabilidade, que por sua vez, promove o Desenvolvimento Sustentável em todo o território nacional, através da elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável, um instrumento que promete o planejamento sustentável das ações da administração pública federal.

Plano de Gestão de Logística Sustentável uma Ferramenta para Pensar e Repensar a Gestão Pública

O Plano de Gestão de Logística Sustentável é um instrumento da administração pública que surge com o objetivo de promover o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. O decreto presidencial nº 7.746/2012 coloca a responsabilidade nos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS de mitigar impactos das compras públicas no meio ambiente, promover gradualmente as mudanças no mercado de bens e serviços e ao mesmo tempo estimular que as empresas incorporarem ações de sustentabilidade (Brasil, 2014:03).

Com intuito de orientar a elaboração de PLS foi expedida, ainda em 2012, a Instrução Normativa nº 10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, estabelecendo as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável. O entendimento da IN é que os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas na qual permite aos órgãos e/ou entidades estabelecerem as práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na administração pública (BRASIL, 2012).

No decreto e na IN repetem-se os conteúdos mínimos: atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição, práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano e ações de divulgação, conscientização e capacitação. Entretanto, são acrescentados na IN nº10 de 2012, “práticas de

sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços”, nos quais deverão abranger, no mínimo, os temas descritos abaixo:

I – Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II – Energia elétrica;

III – Água e esgoto;

IV – Coleta seletiva;

V – Qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI – Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;

VII – Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes;

Com intuito de reforçar os critérios de sustentabilidade, a IN também aponta para a observação de seis iniciativas na elaboração dos PLS: 1. Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG, 2. Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, 3. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, 4. Coleta Seletiva Solidária, 5. Projeto Esplanada Sustentável - PES e 6. Contratações Públicas Sustentáveis - CPS. Cabe destacar que as instituições têm autonomia para idealizar a elaboração de acordo com as suas especificidades, respeitando os conteúdos mínimos, mas sem limitar a sua elaboração.

CAPÍTULO IV – RACIONAL, OBJETIVOS DO ESTUDO, CONTEXTUALIZAÇÃO, METODOLOGIA E OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Objetivos

Racional da investigação e Objetivo Geral

Promover a sustentabilidade nos diversos segmentos da sociedade é um grande desafio. Entretanto, instrumentos que visam incorporar fundamentos do discurso da sustentabilidade nas práticas estão sendo construídos. No âmbito da administração pública, um destes instrumentos é o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), criado pelo decreto nº 7.746/12, o qual, em síntese, consiste em um planejamento que orienta as ações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e às empresas estatais para atender aspectos da sustentabilidade. Neste contexto, o presente estudo tem o objetivo de, em um primeiro momento, caracterizar e analisar os PLSs das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (IFES), e, em um momento posterior, aprofundar a análise do processo de construção do PLS da Universidade Federal do Sul da Bahia (PLS-UFSB). O recorte voltado para as IFES se justifica pelo papel destas instituições na reflexão sobre os desafios da sociedade, na produção de conhecimento e no desenvolvimento de soluções para fazer frente a estes desafios. Adicionalmente, os postos decisórios no âmbito de políticas públicas, bem como em ambientes da iniciativa privada, via de regra, são ocupados por pessoas formadas pelas Instituições de Ensino Superior - IES. Neste sentido, as experiências produzidas pelas IES desempenham importante papel na orientação das escolhas feitas pela sociedade. A escolha da UFSB se justifica pelo fato de ser uma instituição jovem, em fase de implantação dos seus processos internos, e por ser uma instituição que declara a sustentabilidade como um compromisso e dos seus pilares fundacionais. Por fim, a partir dos diagnósticos realizados com os PLSs da IFES, em particular o da UFSB, o presente estudo tem o objetivo de analisar como os princípios da Política Nacional de Educação Ambiental vêm sendo incorporadas na construção destes documentos, bem como propor estratégias para que a Educação Ambiental oriente esta construção, de modo que o PLS e outros

instrumentos voltados para o discurso pragmático do desenvolvimento sustentável façam a transição para o debate em torno de Sociedades Sustentáveis.

Objetivos Específicos

- Caracterizar e analisar a estratégia de construção dos Planos de Gestão de Logística Sustentável em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, buscando identificar traços da Educação Ambiental nesses documentos;
- Contextualizar a origem da Universidade Federal do Sul da Bahia com foco nos documentos fundantes e sua relação com a sustentabilidade;
- Levantar as concepções de Sustentabilidade que permeiam o processo de elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável/UFSB;
- Investigar as percepções de pessoas que atuaram na elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da /UFSB.

Caminhos Metodológicos

O estudo desenvolvido nesta dissertação nasceu dentro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (NUPEEA) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Esse processo deu início a fase exploratória que, segundo Minayo (1994:26), é quando indagamos sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais do trabalho de campo, ressaltando que o foco desta fase é construção do projeto de pesquisa.

No período de maio a setembro de 2019, o despertar sobre o tema iniciou através do acompanhamento de reuniões da Comissão de Política de Sustentabilidade (CPS), responsável pela organização e orientação do processo de construção do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFSB (PLS-UFSB). Mesmo que de modo não estruturado, tem-se aí o início da coleta de dados para a elaboração do projeto de pesquisa e fortalecendo o desdobramento de futuras análises. Paralelamente, assumindo a postura metodológica da práxis, cunhada por Paulo Freire que traz a reflexão - ação - reflexão, colaborou-se dentro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - NUPEEA com a construção da proposta do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do PLS, do qual sou membro desde o início.

A pesquisa bibliográfica foi iniciada desde o período de construção do projeto de pesquisa, se estabelecendo durante todo o período de escrita da dissertação, permitindo um maior

aprofundamento para a fundamentação da pesquisa, trazendo concepções, olhares e conceitos relevantes para o estudo. As palavras-chave utilizadas na pesquisa bibliográfica são: Educação Ambiental, Sustentabilidade, Metodologias Qualitativas de Pesquisa, Sociedades Sustentáveis, Desenvolvimento Sustentável, Bem Viver, Ambientalização Universitária, Desenvolvimento, IFES e PLS.

Durante a elaboração do projeto de pesquisa definimos a pesquisa qualitativa como uma referência para o desenvolvimento do estudo, essa escolha se justificada para corroborar com a definição de que métodos qualitativos fornecem uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, dando maior relevância ao aspecto subjetivo da ação social face às configurações das estruturas sociais (LAZARSFELF, 1969:169 *apud* HAGUETTE, 1999:64). Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa é a forma de pesquisa mais crítica e potencialmente emancipatória, nos permitindo a compreensão de como as pessoas concebem seu mundo, de como o representam e de quais sentidos atribuem às suas experiências e de que forma completam o seu raciocínio ao acessar a compreensão do real, apontando possíveis caminhos para se trabalhar mudanças de atitudes e valores dentro da sociedade (LONGO; NARITA, 2014:44).

Adicionalmente, a metodologia utilizada nesta pesquisa traz o estudo de caso descrito por Yin (2001), como uma estratégia pertinente ao tema da pesquisa em administração pública, principalmente quando se trata de um estudo que envolve o planejamento de instituições junto ao desejo de compreender fenômenos sociais complexos. O PLS é um instrumento de planejamento que vislumbra uma rotina administrativa, que incorpore a promoção do desenvolvimento sustentável. O decreto nº 7746/2012 e a Instrução Normativa nº 10 que orientam a elaboração de PLS são direcionados para uma concepção mais hegemônica de sustentabilidade, ou seja, consideram o desenvolvimento sustentável a referência para planejar a sustentabilidade. Neste sentido, a partir do conjunto de estratégias utilizadas e que serão descritas a seguir, buscou-se identificar como os conteúdos mínimos apresentados nesses documentos foram construídos e apresentados, bem como identificar se outras direções possíveis foram tomadas, dado que o decreto e a IN supracitados não impossibilitam ou inibem o surgimento de concepções de sustentabilidades diversas do conceito de desenvolvimento sustentável.

O olhar para a construção do PLS em outras IFES

Embora a semente desta pesquisa tenha sido o PLS-UFSB, desde o início, sempre houve a necessidade de conhecer outras experiências no âmbito de outras Instituições de Ensino Superior – IES. Esta necessidade ficou patente inclusive no processo de construção do PLS-UFSB, dado que a investigação de experiências permite identificar boas práticas e aperfeiçoar o planejamento. Foi a partir daí que trouxemos para o estudo a necessidade de olhar para outras Instituições Federais de Ensino Superior - IFES distribuídas no território Brasileiro.

O objetivo dessa investigação foi construir o estado da arte do PLS das instituições ligadas à ANDIFES (Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Esta Associação é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal e segmentos das comunidades universitárias e sociedade em geral, reunindo 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 69 universidades federais – localizadas em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. Adicionalmente, cabe destacar o percurso da ANDIFES em defesa do ensino público superior e pelo acúmulo de conhecimento que as IFES têm em pesquisa, ensino e extensão.

Nesta investigação, buscamos identificar quais instituições elaboraram o PLS, as que estão em processo de elaboração e quais não iniciaram este processo. Na sequência, passamos a investigar as estratégias utilizadas na elaboração do PLS, com especial atenção para identificar as instituições que foram além do que está definido como conteúdo mínimo no decreto nº 7.746/2012 e da Instrução Normativa 10 de 2012, bem como para identificar as instituições que utilizaram a Educação Ambiental como referência do processo de construção do PLS. Para concluir esta fase do estudo, foram analisadas as concepções que aparecem de Educação Ambiental no PLS das IFES pesquisadas. A descrição mais detalhada da pesquisa consta no capítulo V da presente dissertação.

Inicialmente, foi realizada uma busca por documentos no sítio eletrônico da ANDIFES, no intuito de formular uma lista de todas as IFES afiliadas à associação. Posteriormente, criou-se um banco de dados em plataforma eletrônica, organizando as informações por categorias de interesse para as futuras análises, a exemplo da categoria “Unidade da Federação” e macrorregiões do país: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Na sequência, a partir das informações recolhidas no sítio eletrônico da ANDIFES e das instituições identificadas, passou-se a buscar informações sobre as seguintes perguntas: quais dessas instituições têm o PLS

elaborado? Quais estão em fase de elaboração? Quais ainda não iniciaram a elaboração e, portanto, não tem PLS?

Após a organização desse banco de dados com as informações, foi realizada a validação das informações a partir de consulta direta às instituições, mediante o envio de questionário eletrônico elaborado na plataforma *Google Forms* (ANEXO I). O uso de questionários colabora como ferramenta útil na pesquisa social, sendo ferramentas práticas com alta padronização (FLICK, 2013; GIL, 2019), porém reduzem e eliminam algumas compreensões possíveis dos participantes (LUDKE; ANDRÉ, 1986). No contexto de isolamento social devido a Pandemia de Covid-19 em que boa parte desta pesquisa se desenrolou, optamos pela utilização de questionários eletrônicos que foram fundamentais, pois facilitam a distribuição da pesquisa aos entrevistados e proporcionam uma maior organização e análise dos dados coletados (OLIVEIRA, JACINSKI, 2017:09).

A pesquisa contou com a aplicação de questionário eletrônico, no intuito de compreender como se deu a construção de PLS em Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil. Para tanto, inicialmente, encaminhamos o endereço virtual deste questionário para o correio eletrônico da Ouvidoria das instituições. Entretanto, após poucas devolutivas com este protocolo, tivemos a indicação de que a solicitação de resposta do questionário fosse protocolada através da plataforma FALA.BR do governo Federal, na aba de acesso à informação. O questionário ficou aberto para respostas durante 3 meses, ao final deste tempo, obtivemos uma devolutiva de 58 instituições das 67 filiadas à ANDIFES.

Uma das questões apresentadas no *Google Forms* pedia para as IFES com PLS elaborado que disponibilizassem um link de acesso, essa foi uma questão chave nas análises, pois, podemos dimensionar como a educação ambiental é abordada nesses planos. Após baixar e salvar os PLS das IFES (em formato *PDF*), foi realizada uma nova busca em todos os PLSs utilizando o atalho *Ctrl+f* com a palavra-chave Educação Ambiental. Ao identificar a palavra Educação Ambiental no texto, os trechos foram copiados e inseridos em uma planilha no *Google Planilhas*, para analisar como se apresentam as concepções de Educação Ambiental nos planos, apresentadas nos próximos tópicos.

Dentre as questões apresentadas, também buscamos compreender o nível de participação de servidores docentes, servidores técnico-administrativos, corpo discente e servidores terceirizados na participação no processo de elaboração de PLS de IFES. A pergunta sobre o processo de participação trouxe a questão em modelo de escala de Likert de 1 a 10, onde 1 representava o valor mínimo e 10 o valor máximo ou se por acaso não soubessem responder a pergunta, eram orientados a marcar o número 0 (zero).

Para compreender a educação ambiental inserida nos PLS, utilizamos a demarcação em três categorias definidas no trabalho de Rosana Silva (2007) que utilizou: Educação Ambiental Conservadora; Educação Ambiental Pragmática e Educação Ambiental Crítica. As três categorias são descritas pela autora resumidamente, de maneira que: 1) a EA conservadora se pauta em concepções que remontam da origem das práticas ambientalistas no contexto internacional, carregando uma visão romântica da relação homem-natureza; 2) a EA pragmática apresenta o foco na ação, na busca de soluções para os problemas ambientais e na proposição de normas a serem seguidas; e 3) a Crítica encontra suporte na perspectiva da educação crítica e no ambientalismo ideológico (SILVA,2007:02). Utilizamos os quadros descritos por Silva (2007): 1. Categorização da dimensão da relação ser humano - meio ambiente; 2. Categorização da dimensão de ciência e tecnologia; 3. Categorização da dimensão dos valores éticos e 4. Categorização da dimensão política. Os quadros ajudaram a classificar a educação ambiental que aparece nos planos analisados. Adicionalmente, mapeamos algumas palavras-chave que remetem a construção da educação ambiental como política pública: campanhas, sensibilização, cultura, atitudes, sustentabilidade, programas, formação, conscientização e postura.

Investigando os desafios e as oportunidades da construção da Sustentabilidade em uma jovem Universidade Brasileira

Ao descrever metodologias de estudo de caso, Marli André (2013:98) salienta a importância de ter em mente uma pergunta chave. “Qual é o caso? ” Além da reflexão: “por que é importante estudá-lo? ” Deve-se levar em consideração a realização da pesquisa e o seu contexto e a multiplicidade de elementos que a compõem. A reflexão sobre a escolha da UFSB como palco dessa pesquisa se justifica pelo fato da instituição ser jovem (menos de 10 anos de existência) e por apresentar a sustentabilidade como um de seus pilares inegociáveis. Diante do exposto, espera-se que olhar para o processo construção da política de Sustentabilidade e de elaboração do PLS da UFSB possa indicar novas perspectivas e oportunidades para a gestão pública, especialmente dentro do ambiente formativo das IES brasileiras.

Ao perceber o cenário múltiplo de concepções do que vem a ser sustentabilidade no contexto da elaboração do PLS da UFSB, partimos da compreensão que o caso desta pesquisa tem caráter instrumental, onde não se tem uma situação concreta (STAKE, 1995 *apud* ANDRÉ, 2013:98), como por exemplo o PLS finalizado, uma vez que nosso objetivo não é analisar o documento em si e sim investigar o processo de elaboração que envolve o PLS da UFSB. Neste ponto, torna-se primordial “focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas

múltiplas dimensões” (ANDRÉ, 2013:97). Em um estudo de caso, carregamos características holísticas e significativas de eventos da vida real que podem ser apresentados em processos organizacionais e administrativos (YIN, 2001:21). Em síntese ao analisar a elaboração do PLS da UFSB, buscou-se a valorização do aspecto unitário, salientando a necessidade de uma análise situada e em profundidade (ANDRÉ, 2013:97).

Ao focalizar a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, não temos a pretensão de esgotar o assunto ou fazer um relato minucioso a respeito da criação da universidade, também não é nosso objetivo avaliar a gestão da UFSB em qualquer período. A seguir, detalhamos o processo metodológico utilizado para análise deste estudo de caso.

Caracterização do território de atuação da UFSB

O Sul da Bahia é conhecida como o “berço do território nacional”, sendo uma das áreas de ocupação mais antigas do Brasil. Apesar da importância histórica do território para o país, é apenas na metade do século XX que ocorreu um significativo desenvolvimento econômico e a expansão demográfica da região (AMORIM, e OLIVEIRA, 2006:02). Apesar da ocupação em direção ao interior ter se dado de maneira bastante lenta, o que se vê nos dias atuais é uma ocupação mais acelerada da região, alterando a paisagem natural e acentuando a fragilidade ambiental do território. Como consequência disso, há uma intensificação das enchentes, crescimento do desmatamento e a consequente redução da biodiversidade que alteram a dinâmica climática (AMORIM, e OLIVEIRA, 2006). Os bolsões de pobreza também são marcantes na região, especialmente aqueles gerados a partir do declínio da lavoura cacaueira.

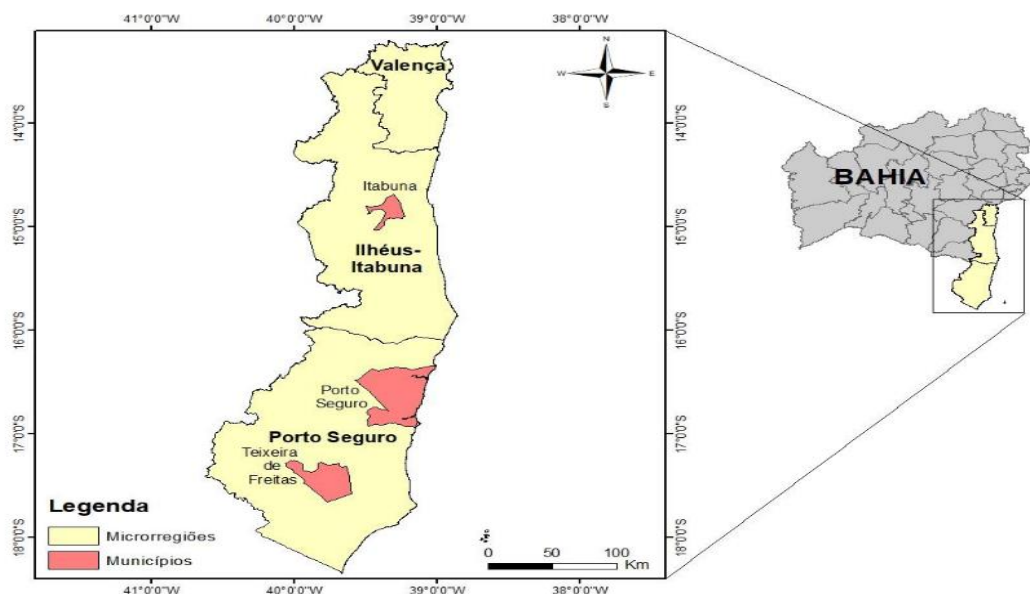
A partir da segunda metade do século XX, a região Extremo Sul é inserida na dinâmica econômica do Estado da Bahia, desta forma, sofrendo grandes transformações na produção econômica e na divisão territorial municipal, tendo como consequência um crescimento demográfico acelerado, proveniente principalmente de fluxos migratórios. O desmatamento altera a dinâmica do uso da terra, mas também interfere nos processos morfogênicos do modelado, desta forma acentuando a fragilidade ambiental da região (AMORIM, R; OLIVEIRA, R, 2006:02).

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) está localizada na região nordeste do Brasil, abrangendo territórios do sul e extremo sul da Bahia. Os três *campi* da UFSB estão localizados nos municípios de Itabuna (Campus Jorge Amado - CJA), onde também está localizada a Reitoria, Porto Seguro (Campus Sosígenes Costa - CSC) e Teixeira de Freitas (Campus Paulo Freire - CPF), os quais possuem uma população com cerca de 214,1 mil, 150,6 mil e 162,4 mil

habitantes, respectivamente. Adicionalmente, o modelo de capilaridade da instituição por meio da Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (Rede CUNI) permite a inserção desta instituição em outros 7 municípios do território, a saber: Coaraci, Eunápolis, Ibicaraí, Ilhéus, Itamaraju, Posto da Mata e Santa Cruz Cabrália, os quais, em conjunto, abrigam uma população de cerca de 427,5 mil habitantes (FELIPE,2019:03; IBGE 2021).

A Universidade Federal do Sul da Bahia localiza-se na região sul do Estado da Bahia e seus campus estão instalados em Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, compreendendo três territórios de identidade. O território do Litoral Sul tem como principal vetor econômico a cultura do cacau, o setor de serviços e o turismo, tendo como principais municípios Itabuna e Ilhéus. O território da Costa do Descobrimento tem sua atividade econômica fortemente ligada à indústria da celulose e ao turismo, especialmente o município de Porto Seguro. Por fim, o território do Extremo Sul tem sua economia mobilizada pela indústria de celulose e a atividade pecuária, figurando entre os municípios principais Teixeira de Freitas e Itamaraju (UFSB, 2017:20).

Figura 3- Mapa de localização da UFSB no território sul da Bahia.



Fonte: https://ufsb.edu.br/images/Documentos/Relat%C3%B3rios_de_Gest%C3%A3o/Relatorio_Gest%C3%A3o_2017_6.pdf

O território de inserção da UFSB é composto de uma diversidade sociocultural importante, abrigando comunidades tradicionais diversas entre pescadores, marisqueiras, indígenas e quilombolas (Adams 2000, Marchioro et al. 2005). Adicionalmente, a região está inserida dentro do Bioma Mata Atlântica, o qual se caracteriza por uma elevada biodiversidade terrestre e aquática, e abriga um grande e diverso mosaico de ecossistemas, muitos dos quais, listados como Áreas Prioritárias para a Conservação pelo Ministério do Meio Ambiente, a exemplo dos

recifes do Banco dos Abrolhos que possuem uma elevada riqueza de espécies, muitas delas endêmicas do Brasil (MMA 2002, Moura et al. 2003). Como desdobramento desta diversidade sociocultural e biológica, o Sul da Bahia também abriga 14 Unidades de Conservação Federais, sendo 11 de proteção integral e 3 de Uso Sustentável, além de diversas RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Devido às belezas cênicas e contexto histórico da região, a exemplo da chegada dos portugueses no Brasil, o turismo se destaca como uma importante atividade econômica do Sul da Bahia. Entretanto, o comércio, a agricultura, a pecuária, a silvicultura e a pesca também têm destaque na balança comercial da região. No que se refere à agricultura, destaca-se a cabruca, um sistema agroflorestal que promove o cultivo do cacau sob o dossel da floresta nativa. Além de ser um dos pilares econômicos do Sul da Bahia, especialmente nas décadas de 70 e 80, quando a região se tornou principal área produtora do Estado e do país, a lavoura cacaueira desenvolvida no sistema cabruca é uma das principais atividades responsáveis pela manutenção de fragmentos importantes de Mata Atlântica na região. Tanto assim que, com a decadência dessa lavoura no início da década de 90 que foi provocada, principalmente, pela doença conhecida como vassoura-de-bruxa em função da contaminação dos cacauais pelo fungo *Crinipellis perniciosa*, muitas áreas de cabruca deram espaço para outras atividades econômicas a exemplo da pecuária (ROCHA, 2008). Dentre as várias pressões antrópicas existentes na região, o desmatamento, a especulação imobiliária, a ocupação desordenada do território, a disputa por terra e a poluição de mananciais de água por esgoto *in natura* e defensivos agrícolas têm destaque e têm os ecossistemas sensíveis que compõem a Mata Atlântica como palco dos conflitos. Mais recentemente, tendo como justificativa a necessidade de expansão de modais viários do país, o município de Ilhéus pretende abrigar o Complexo Logístico Intermodal Porto Sul, um projeto de infraestrutura que deverá abrigar um aeroporto internacional, ferrovia, centro industrial, porto, retroporto e um gasoduto.

É neste contexto de elevada diversidade biológica, cultural e social, bem como de importantes desigualdades e bolsões de pobreza que foi lançado o desafio de construir uma universidade do zero, o que gerou a responsabilidade não apenas de construção da UFSB, mas a possibilidade de contribuir com um território visivelmente sensível do ponto de vista econômico, ambiental, cultural e social. A UFSB vem representando um investimento federal importante na educação superior atuando diretamente no fortalecimento e na qualificação de recursos humanos dentro do território Sul da Bahia.

Diante do exposto é inegável o papel da Universidade no fortalecimento do território, principalmente com a possibilidade de vislumbrar espaços que sejam laboratórios vivos para a

construção de debates e ações voltadas às sustentabilidades, em um movimento de aprendizado junto ao território em que está inserida. Um dos maiores desafios para afirmar o papel da universidade no território está no fortalecimento do diálogo para enfrentamento dos desafios que envolvem as etapas necessárias para a concretização dessas ideias.

Coleta, tratamento e análise de Dados.

Esta etapa combinou entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, observando que o material recolhido no campo deve ser tratado através de ordenação, classificação e análise (MINAYO, 1992:43). A investigação-ação está caracterizada pela presença da pesquisadora desde 2019, no processo de elaboração do PLS/UFSB, como bem esclarece Brandão (2006).

O propósito da investigação-ação não é o de buscar explicações casuais ou funcionais da vida social, é, na verdade, o de aprofundar o nosso conhecimento e compreensão sobre a realidade. O objetivo é o de revelar o significado das formas particulares da vida social mediante a articulação sistemática das estruturas de significado subjetivo que regem as formas de agir das pessoas (BRANDÃO, 2006:251).

As análises documentais sobre os relatórios de gestão da UFSB, nos auxiliaram a enxergar como a sustentabilidade tem se construído dentro dos espaços da universidade, de que forma a estrutura de gestão vem sendo desenhada no decorrer desses 9 anos e quais os caminhos que a sustentabilidade vem trilhando dentro da universidade. Conduzimos o nosso olhar atento, na expectativa de enxergar as demandas relacionadas à sustentabilidade, a partir do que preconizam os documentos fundantes, buscando entender como a sustentabilidade é encarada nos relatórios de gestão, no intuito de descrever alguns dos caminhos que a UFSB tem percorrido. Neste contexto, um olhar atento para a sustentabilidade deve ser um ponto relevante dentro deste estudo, já que a universidade nasce com o discurso da sustentabilidade em seus documentos fundantes.

Além da análise documental, concordamos com a afirmação de que poderíamos entender a universidade como um sub-sistema, onde a organização é definida pelas relações e conversas interpessoais que são características do modo de viver da universidade (ANDRADE, L; LONGO, W; PASSOS, E; 2001). Portanto, ao pensar em qual concepção de sustentabilidade que se manifesta institucionalmente na universidade, buscamos no decorrer desta pesquisa inquirir alguns atores que permeiam o processo de construção do PLS, uma vez que o referido plano se trata de um instrumento da política de sustentabilidade da UFSB.

A utilização de entrevistas foram importantes instrumentos de pesquisa, pois, além de estar direcionada aos objetivos específicos do pesquisador, produz o aprofundamento e a riqueza das informações que se espera da metodologia (BRANSKI; FRANCO; LIMA JR s/d). As entrevistas foram abertas e semi-estruturadas, permitindo um maior aprofundamento e riqueza de detalhes (BRANSKI; FRANCO; JR s/d:05). Os participantes da pesquisa que foram entrevistados também puderam apontar documentos pertinentes à construção do PLS ou que abordem a estrutura de gestão da UFSB, subsidiando, dessa maneira, a análise documental, que é parte do arcabouço metodológico de pesquisa. Após realização das entrevistas, passou-se à transcrição das mesmas e a análise de conteúdo. Cabe destacar que o tempo dessas análises demandou um investimento no processamento e reflexão sobre as ideias e concepções postas que nos permitissem trazer análises consistentes sobre o processo de elaboração do PLS. Inicialmente, consideramos fundamentais para a análise documental a carta de fundação da universidade, o plano orientador, as atas de reuniões e demais registros que nos auxiliam nas reflexões sobre a UFSB e a elaboração do PLS.

Devido à pandemia do Sars Cov 2, o trabalho de campo da presente pesquisa (entrevistas e atividades de construção o PLS-UFSB) ocorreu de forma remota por meio de reuniões em plataformas digitais de *web conferência*. A participação no GT de Educação Ambiental e colaboração na organização de eventos voltados para a elaboração do PLS foram enriquecedores para as reflexões e desdobramentos da pesquisa através de observação participante. Todavia, antes mesmo da pandemia, as reuniões do PLS já aconteciam de maneira virtual no intuito de facilitar a comunicação entre os 3 *Campi* (Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas) da UFSB.

A participação (passada e atual) em cargos da alta gestão (Reitoria e Pró-reitorias) e de cargos relacionados à construção da Política e dos Instrumentos de Sustentabilidade (Diretorias e Coordenações) da UFSB, bem como a participação nos Grupos de Trabalhos criados para a Construção do PLS-UFSB foram os critérios utilizados para a delimitação do universo amostral utilizado para a identificação das pessoas a serem entrevistadas. Este recorte se justifica pelo fato de que de gestores e/ou ex-gestores são atores/testemunhas privilegiadas da cena em análise, no caso, o processo de construção de políticas e de instrumentos institucionais. Adicionalmente, como (co) responsáveis pelo ritmo deste processo as percepções e concepções destes atores sobre o tema da Sustentabilidade e Educação Ambiental podem influenciar o mérito e a forma em que as decisões são tomadas. Foram entrevistadas durante a pesquisa 7 pessoas diretamente ligadas à gestão da Universidade e/ou que estão à frente da construção do PLS. Dentro do recorte amostral estabelecido, os entrevistados foram escolhidos de acordo com

sua atuação na instituição e por indicações que foram surgindo durante a investigação-ação e análise documental, buscando identificar atores fundamentais no processo de elaboração do PLS-UFSB.

Antes de iniciar as entrevistas, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE foram apresentados e disponibilizados às/aos participantes de modo digital, conforme projeto submetido e aprovado na Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos através do nº do parecer 4.979.765. Após recolhimento da ciência e concordância do (a) participante com o TCLE, a entrevista era iniciada. Por fim, a garantia do sigilo e da privacidade foi mantida durante todas as fases da pesquisa. Nesse sentido, os nomes de participantes que eventualmente apareçam na escrita dos resultados e na análise dos dados serão fictícios, por meio de técnicas qualitativas.

Durante a construção do percurso metodológico de investigação, optamos por estratégias de pesquisa que trouxessem uma visão mais interdisciplinar para o trabalho, de maneira que desse conta de abranger uma linguagem mais acessível e atrativa para a construção da dissertação e que facilitassem a comunicação dentro da universidade. Inicialmente, a ideia foi trazer uma forma de facilitação gráfica nas atividades desenvolvidas no GT de Educação Ambiental e em outras oportunidades de apresentação do trabalho, ambicionando a construção de uma participação democrática e convidativa, para os espaços de construção da política de sustentabilidade e na elaboração do PLS da UFSB.

No entanto, ao me deparar com as contribuições que Carvalho e Immianovsky (2017:224) trazem sobre a pesquisa educacional baseada em arte, compreendi que o delineamento metodológico apresentado pelos autores é mais como processo do que como um produto, mais como construção do que como uma receita. Em muitos momentos durante a pesquisa, os desenhos se tornaram como uma forma de processar e digerir os textos, controlar os níveis de ansiedade e as angústias que apareceram no transcorrer da pesquisa de forma muitas vezes até terapêutica.

Alguns estudos demonstram o quão os modos de pesquisar são verdadeiros processos criativos individuais, que trazem um olhar sobre as relações entre arte e pesquisa, ou arte e ciência, ao reconhecer a capacidade de inventar ao pesquisar (CARVALHO; IMMIAOVSKY, 2017:224). Durante o campo de pesquisa, várias intervenções artísticas presentes no processo, como a construção de cordel, desenhos para facilitação gráfica e vídeos curtos, resultaram de processos criativos/reflexivos durante a pesquisa, com destaque em eventos voltados para a elaboração do PLS da UFSB. Evidencia-se o entendimento que a pesquisa educacional baseada em arte estimula a imaginação, a invenção, preenchendo espaços

vazios pelas tramas vivenciadas entre pesquisador, colaboradores e leitores (CARVALHO; IMMIAOVSKY, 2017:226).

O modo de vincular arte e pesquisa no campo da Educação conhecido como Pesquisa Educacional Baseada em Arte-PEBA, está na utilização de procedimentos e/ou produtos artísticos no processo investigativo ou no registro deste, com objetivo de, por meio das artes, expandir a percepção sobre eventos educacionais e permitir novos entendimentos sobre o que pode contribuir em melhorias nas políticas educacionais e práticas educativas. (CARVALHO; IMMIAOVSKY, 2017:226). Portanto, a arte que atravessou a pesquisa foi uma ferramenta de estudo, facilitando o entendimento de conceitos. Outro aspecto importante, foi trazer a arte como forma de compreender até mesmo a minha concepção de sustentabilidade antes e durante o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais - PPGCTA. Uma reflexão importante que me deparei quando reli o trabalho para construir as reflexões finais, foi a de perceber a minha limitação e fragilidade emocional, no final da escrita onde não consigo materializar em um desenho a concepção de sustentabilidade.

Compreender o contexto da construção do PLS da UFSB, traz as motivações, os sonhos, as expectativas, ideologias e utopias que aparecem nesse processo, “a análise/interpretação deve passar pelos planos da história e da cultura, necessariamente” (LONGO; NARITA, 2014:47). Nesse sentido, o método de análise de conteúdo debruçou-se sistemática e quantitativamente sobre o conteúdo manifesto da comunicação (LONGO; NARITA, 2014:47), e as análises no decorrer do trabalho tiveram o objetivo de traduzir alguns eventos. Inicialmente, o conteúdo das lives, reuniões, audiências e demais eventos foi transcrito e, posteriormente, foi analisado buscando compreender através de categorias algumas implicações que possam interferir positiva ou negativamente na construção da Política de Sustentabilidade e do PLS-UFSB.

Consiste em procedimentos de processamento da informação, em que o conteúdo da comunicação é transformado através da aplicação (objetiva e sistemática) de regras de categorização. As inferências possíveis são sobre os emissores, a própria mensagem, e seu contexto de produção. A produção de inferências, objeto da análise de conteúdo, tem por base indicadores precisos. (LONGO E NARITA, 2014: 47 e 48)

Por fim, as análises de conteúdo conforme afirmam Longo e Narita (2014:49) ao citar Bauer (2002), tem objetivo de “captar ou registrar eventos, valores, regras e normas sócio-culturalmente compartilhadas”. É necessário entender que os autores descrevem a análise de conteúdo como um caminho que permite a reconstrução de indicadores, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e sua comparação entre grupos.

A Devolutiva e o Desfecho

Ao final da pesquisa, será realizada uma devolutiva para as IFES que já demonstraram interesse em receber resultados do estudo. Ademais, é desejo da pesquisadora a publicização da pesquisa seja ela em partes, na publicação de artigos científicos ou integralmente em eventos científicos no formato online e quem sabe de forma presencial através de jornadas acadêmicas, seminários, conferências, reuniões e demais eventos que possam contribuir com a divulgação científica do trabalho.

O presente estudo demonstrou peculiaridades no processo de construção de PLS e as diversas concepções que permeiam esses processos de construção. Uma contribuição significativa que dará um tom importante nessa pesquisa é referente a importância da inclusão da Educação Ambiental como tema na elaboração de PLS. A aproximação da Política Nacional de Educação Ambiental contribui com a mobilização e a possibilidade de construção do diálogo, além de carregar novas perspectivas de olhar para a sustentabilidade no contexto da administração pública.

Ademais, este estudo deverá contribuir com possíveis caminhos na elaboração de PLS em IFES e/ou demais instituições públicas interessadas em refletir sobre a construção da sustentabilidade na rotina administrativa, para além da construção de PLS pretende-se contribuir com a construção de diálogos sobre a sustentabilidade e as diversas possibilidades de construção dessa ideia. Por fim, destacamos que as reflexões sobre a sustentabilidade neste estudo consideram a diversidade de concepções que existem dentro do processo de construção de uma gestão direcionada à uma sociedade sustentável.

CAPÍTULO V - ACHADOS DA PESQUISA

Promover a sustentabilidade é um grande desafio e requer um olhar atento sobre os diferentes aspectos presentes na organização social. Buscamos compreender como algumas instituições da administração pública vêm aderindo à sustentabilidade, tendo em vista a sua função de promover a incorporação de posicionamentos. Assumimos a compreensão de que para uma efetiva incorporação das sustentabilidades é necessária uma ruptura com o modelo hegemônico de organização da sociedade humana, se dispondo a encarar mudanças paradigmáticas, ancoradas na construção de sociedades sustentáveis em um contexto de contemporaneidade.

Este capítulo busca ampliar o nosso olhar para outras experiências de construção de Planos de Gestão de Logística Sustentável em IFES. As análises que subsidiam o primeiro capítulo, nos possibilitaram compreender algumas das potencialidades e limites na construção de Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS, entre as várias experiências de elaboração em IFES no Brasil. A seguir, apresentamos o PLS como um instrumento de planejamento, trazendo a discussão das legislações que orientam a sua elaboração.

Mapeamento da elaboração do Planos de Gestão de Logística Sustentável sob a perspectiva da elaboração em Instituições Federais de Ensino Superior - IFES

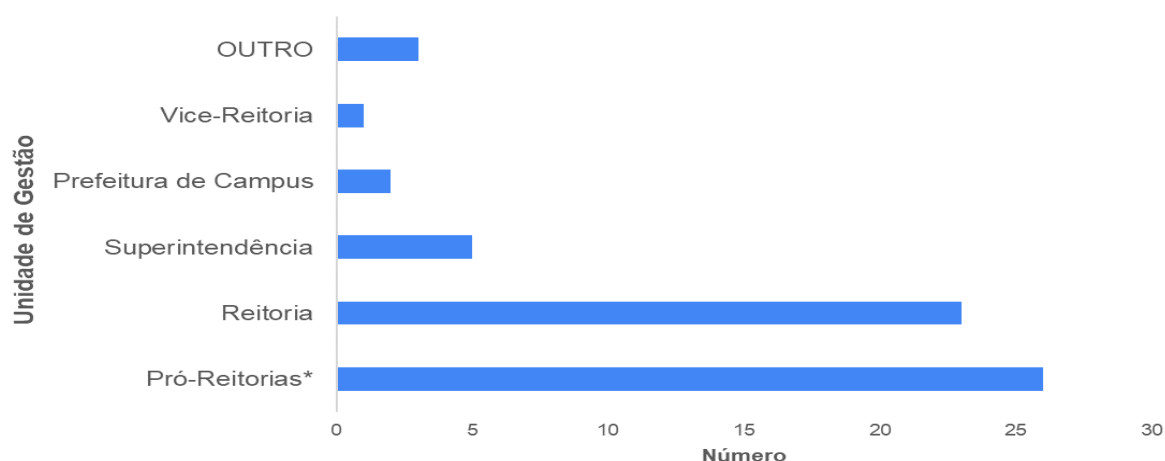
Este estudo compreende que as IFES são centros de formação e potenciais espaços de experiência para atuar na execução, elaboração e nas críticas diante das políticas públicas. Ao pensar em políticas voltadas à sustentabilidade, assumimos a tratativa que as IFES são laboratórios de novas possibilidades para a sociedade.

Do total de 67 instituições federais de ensino superior associadas à ANDIFES e analisadas no presente estudo, 58 (86,6%) responderam ao questionário eletrônico enviado no âmbito desta pesquisa, das quais 42 indicaram dispor do PLS elaborado. Dentre as demais IFES, 14 iniciaram o processo de construção e estão entre as fases iniciais (9) ou finais (5) de elaboração e/ou aprovação pelas instâncias superiores. Apenas duas IFES indicaram que não iniciaram este processo, sendo que as razões para isto não foram identificadas. Neste último caso, uma das IFES demonstrou que alguns planos e projetos apresentam um viés semelhante ao que se pretende com o PLS, a exemplo do “Manual de Boas Práticas no Trabalho”, o “Plano de Coleta Seletiva e Destinação Final dos Resíduos Gerados Dentro das Unidades Físicas”, o “Programa

de Educação em Mobilidade com Incentivo ao Transporte Alternativo” e o “Plano de Ação de Acessibilidade Atitudinal, Arquitetônica, Metodológica, Programática, Instrumental, nos Transportes, nas Comunicações e Digital”, sinalizando a edição de portarias ligadas às respectivas Reitorias com finalidade de criar comitês de governança em sustentabilidade.

Para a maioria dos PLS elaborados (75%), o tempo máximo investido no processo de construção foi de 1 ano. Apenas três IFES apontaram que demandaram um tempo superior a 2 anos, sendo o maior tempo registrado de 4 anos. Cerca de 62% dos PLS elaborados já passaram por processos de revisão, sendo que para 50% foi feita apenas uma revisão e para a outra metade foram realizadas duas revisões ou mais. Pró-reitorias relacionadas às áreas de planejamento, administração e infraestrutura, em especial, ou setores ligados diretamente às reitorias foram apontadas como as unidades que lideraram o processo de elaboração dos PLSs (Gráfico 01). Foi indicado que a maioria das IFES que possuem PLS elaborados (83%) também contam com comissões responsáveis pelo acompanhamento/monitoramento da implementação dos planos de ação, sendo que 57% destas comissões estão ligadas diretamente à Reitoria ou a Pró-Reitorias similares às responsáveis pela elaboração do PLS, enquanto que as comissões das demais IFES são indicadas como tendo uma composição mais diversa, agregando diferentes segmentos e setores, incluindo uma participação multi-campi e gozando de alguma autonomia em relação à gestão central. Cabe destacar que o fato de a gestão dessas comissões pertencer a uma pasta específica, não significa necessariamente que não cumprem com o papel de apresentar uma composição diversa.

Gráfico 1 - Unidades de gestão indicadas como sendo responsáveis pelo processo de construção de PLS em IFES.
(*) As pró-reitorias indicadas foram relacionadas às áreas de administração, infraestrutura e planejamento.

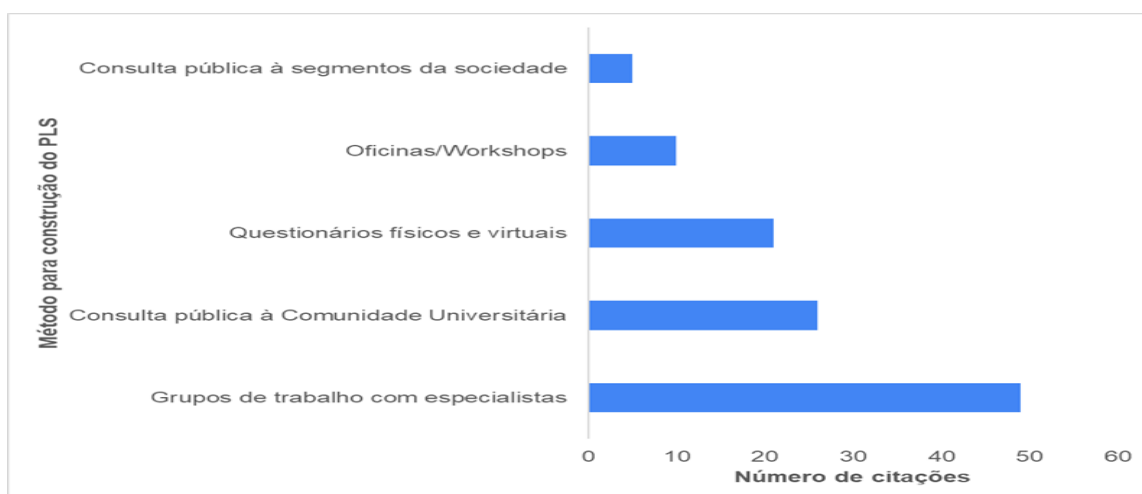


FONTE: Os autores.

Ao observar as unidades que estiveram à frente no processo de elaboração e o panorama da participação indicada pelas instituições pesquisadas, é possível perceber que o tema não cumpriu um papel transversal, visto que em sua maioria a construção tem à frente pró-reitorias ligadas a setores como planejamento, administração e infraestrutura. Os dados refletem diretamente na participação, uma vez que o nível mais alto de participação na construção dos planos é de servidores técnico-administrativos, o que deixa claro que um limitante para a construção dos planos é a baixa adesão e o pouco envolvimento da comunidade acadêmica como um todo.

Entre os instrumentos mais utilizados para a construção do PLS, estão a criação de grupos de trabalho com especialistas dos temas, seguido por consulta pública apenas da comunidade universitária dos questionários físicos ou virtuais e de oficinas/workshops. Poucos foram os casos que indicaram a realização uma consulta pública da comunidade universitária e segmentos da sociedade (Gráfico 02). Contudo, não podemos afirmar veementemente, que foi assegurado um processo participativo de construção, dado que quando observados os níveis de participação da comunidade acadêmica nenhuma das categorias apresenta valores iguais ou acima de 50%. Adicionalmente, as respostas coletadas indicam que não houve uma participação diversa na construção dos PLS, dado que houve a centralização na categoria de servidores técnico-administrativo (engajamento indicado como bom e excelente por 80% das IFES dos que souberam responder), seguido pela categoria docente (engajamento indicado como bom e excelente por 58,4% das IFES dos que souberam responder) e baixa adesão de discentes e colaboradores terceirizados, com engajamento entre bom e excelente inferior a 40% (Tabela 01).

Gráfico 2 - Importância dos principais instrumentos utilizados para a construção dos Planos de Gestão de Logística Sustentável nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras.



FONTE: Os autores.

Tabela 1- Participação na construção de Planos de Gestão de Logística Sustentável.

Escala Likert	Docentes	Técnico Administrativo	Discentes	Terceirizados
0 (não sabe responder)	23,3%	15%	33,3%	48,3%
1 à 3 (Ruim)	18,3%	5%	30%	16,7%
4 à 7 (Bom)	38,4%	31,7%	23,3%	15%
8 à 10 (Excelente)	20%	48,3%	13,4%	0%

FONTE: Os autores.

A falta de engajamento da comunidade universitária, a ausência de sistema de gestão e/ou dados que permitam o diagnóstico e monitoramento adequado dos temas, e a escassez de recursos financeiros foram apontados como os principais entraves para elaboração e implementação dos PLSs (Tabela 02). As respostas sobre este item foram bem variadas. Entretanto, percebe-se que elas podem ser sintetizadas em torno de três eixos estruturantes: 1. Mobilização, 2. Gestão e 3. Diagnóstico. Para os planos que estão em fase de elaboração, a categoria “mobilização” foi a que mais apareceu como um entrave, sinalizando a necessidade de articulação para construção da participação na elaboração dos planos. Adicionalmente, como fruto de um processo mais atual, a “pandemia” também apareceu como um entrave para os PLSs que estavam em fase de elaboração (Tabela 02).

Tabela 2- Lista de principais fatores indicados como responsáveis por dificuldades na elaboração e implementação dos Planos de Gestão de Logística Sustentável das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.

Entraves à elaboração e implementação do PLS	Número de citações
Falta de Engajamento/Interesse pelo tema (construção e execução)	20
Carência de sistema/dados para planejamento das metas e ações	11
Escassez de recursos financeiros	10
Sobrecarga de trabalho da equipe	5
Complexidade Organizacional e Estrutural	4
Pandemia	3
Dificuldade de divulgação e comunicação interna	3
Mudanças na Gestão Central	2
Inexperiência com a proposta (complexidade do tema)	2
Indefinição Metodológica	1

Ausência de órgão coordenador dos trabalhos	1
Não sabe responder	5

FONTE: Os autores.

O engajamento/compromissos da comunidade também foi indicado como fator primordial para o sucesso do processo de construção do PLS, seguido pelos seguintes fatores: “Compromisso socioambiental da instituição”, “Existência de órgão/setor dedicado ao tema da Sustentabilidade/Meio Ambiente” e “Diversidade de formação e expertise/experiência dos (as) servidores com os temas de Sustentabilidade” (Tabela 3). Similar ao que aconteceu para o tema dos entraves, as respostas sobre as características/virtudes das IFES que fomentaram o processo de construção dos PLS foram diversas. Entretanto, percebe-se também eixos estruturantes que sintetizam as respostas apresentadas: 1. Engajamento, 2. Cultura Institucional e 3. Gestão e 4. Experiência/Conhecimento.

Tabela 3 - Lista de principais fatores indicados como responsáveis pelo sucesso do processo de construção dos Planos de Gestão de Logística Sustentável das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.

Fatores que colaboram para o sucesso do processo de construção do PLS nas IFES	Número de citações
Engajamento/Compromisso dos segmentos da Comunidade Universitária	14
Compromisso socioambiental das IES (Cultura institucional)	12
Existência de órgão e/ou comissão específico voltado para a Sustentabilidade	10
Diversidade de formação e expertise/experiência dos(as) servidores com os temas de Sustentabilidade, inclusive a partir do conhecimento gerado pelas próprias IES com as ações de ensino, pesquisa e extensão	8
Apoio/interesse da alta gestão	6
Atenção das IES aos dispositivos legais relacionados à Sustentabilidade	3
Eficiência/Facilidade na comunicação e na obtenção de informações	3
Fomento à Educação Ambiental	1
Compras Sustentáveis	1
Existência de um sistema on-line responsável pelo monitoramento das ações de sustentabilidade	1
Associação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	1
Existência de um planejamento estratégico por parte da IES	1
Possuir cursos de graduação e pós-graduação na área ambiental	1
Não soube responder	8

FONTE: Os autores.

A responsabilidade socioambiental, os trabalhos de docentes no ensino, pesquisa ou extensão foram apontados como pontos fortes durante o processo de elaboração dos planos, demonstrando interesse pela temática e promovendo maior engajamento. A partir das dificuldades apresentadas e do que fomentou a elaboração dos planos, destacamos a importância de combinar uma gestão que veja o tema da sustentabilidade como prioritário, valorizando processos participativos, garantindo a diversidade nas discussões, a transversalidade e interdisciplinaridade na abordagem das ações dentro das IFES. No intuito de compreender as orientações a respeito do processo de elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável, percorremos a seguir os aspectos do decreto presidencial e a Instrução Normativa, que orientam a elaboração de PLS, buscando preencher a lacuna da participação/mobilização, identificada neste estudo como um ponto que requer atenção na elaboração dos planos.

Durante a análise dos PLS nas IFES mapeadas durante a pesquisa, percebeu-se que 87% dos PLS não se limitaram apenas aos conteúdos mínimos definidos pela IN, incluindo outros temas pertinentes às realidades de cada IFES. Destes 42 PLS analisados das IFES, 80% deles trazem a educação ambiental em algum momento citado no corpo dos seus planos. Nota-se que, na maioria das vezes, o termo educação ambiental é tratado como uma ação geralmente atrelada a temas ligados à gestão de resíduos sólidos ou como um meio para alcançar algumas metas propostas. Apenas 15% dos PLSs trouxeram a educação ambiental como um tema dentro do plano e os 5% restantes não trazem qualquer indício de educação ambiental em seus PLSs. Houve dificuldade de identificar o tema da Educação Ambiental sendo conectada com a PNEA e com uma visão mais integrada e plural sobre sustentabilidade, pautada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (ONU, 1992).

De maneira geral, foram identificados alguns temas nos PLS que remetem a princípios e/ou objetivos da educação ambiental, a saber: 1. Ações de divulgação, 2. Conscientização e capacitação, 3. Ações de conscientização, 4. Ações de capacitação, 5. Social e educacional, 6. Educação no uso da energia, 7. Sugestões de boas práticas de sustentabilidade, 8. Implementação e divulgação, 9. Sensibilização e capacitação Incentivo da participação direta dos alunos no projeto de sustentabilidade, 10. Disseminação da cultura da sustentabilidade, 11. Ações de sensibilidade, 12. Comunicação institucional, 13. Ações contra as mudanças climáticas.

Entre os temas listados acima, “ações de divulgação”, “implementação e divulgação”, “disseminação da cultura da sustentabilidade” e “comunicação institucional” estão próximos da PNEA, uma vez que é compromisso da educação ambiental “a difusão, por intermédio dos

meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente” (BRASIL,1999). Ao repetir este exercício para os documentos norteadores da construção do PLS (Decreto e Instrução Normativa), é possível notar que as orientações se restringem a “responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano” e as “ações de divulgação, conscientização e capacitação”, não havendo qualquer orientação que incentive a discussão dos conteúdos. Entretanto, é objetivo da PNEA o “desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações” (BRASIL,1999). Esta compreensão é reforçada pelos princípios da PNEA, a exemplo do que dispõe o inciso II do Art. 4º, a saber: “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade (BRASIL,1999). Neste sentido, assim, embora exista a compreensão de que temas relacionados à “conscientização e capacitação”, “ações de conscientização”, “ações de sensibilização”, “ações de capacitação, sensibilização” e “capacitação” possam ser relacionadas à Educação Ambiental, também não é possível afastar a compreensão de que esta abordagem é superficial. Ao observar a IN, percebe-se que não há mecanismos de condicionamento que restrinjam a elaboração dos PLS apenas aos conteúdos sugeridos, o que se faz é apresentar um caminho mínimo que oriente a construção. Neste sentido, é imperativo que esta abordagem superficial seja superada nas revisões dos PLS das IFES brasileiras.

Art. 4º São Princípios da EA

I - O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - A permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

(BRASIL,1999)

Essa compreensão integrada que compreende o meio ambiente e suas múltiplas relações trabalha no campo das ideias promovendo a sensibilização necessária para o desdobramento dos temas descritos acima. Como é objetivo da política de educação ambiental “envolver aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos” (PNEA,1999), cabe relacionar aos temas: “social e educacional”, “educação no uso da energia”, “sugestões de boas práticas de sustentabilidade”, “incentivo da participação direta dos alunos no projeto de sustentabilidade” e “ações contra as mudanças climáticas”.

Não obstante a importância dos elementos considerados até aqui, especialmente na sensibilização da comunidade em torno de compromissos e consensos voltados à Sustentabilidade, nossas análises apontam que a educação ambiental não é percebida como um objetivo em si por grande parte dos PLS, mas como uma ação que objetiva cumprir uma determinada meta prevista nos planos, tendo caráter meramente prescritivo de atividade pedagógica, o que minimiza o seu papel enquanto política pública. Cabe observar que as políticas públicas representam uma organização de ações integradas do Estado voltada para a solução de problemas ou atendimento de demandas da sociedade (SORRENTINO; TRAJBER; FERRARO, 2005: 06). Desta forma, as políticas públicas não podem ser confundidas com atividades isoladas de sensibilização que, sem desmerecer a sua importância, possuem resultados muitas vezes limitadas no tempo e no espaço.

Conforme critérios estabelecidos por Silva (2007), é possível que a Educação Ambiental Pragmática seja concepção que emerge dos PLS das IFES brasileiras, o que não foi uma grande surpresa, dado que os documentos orientadores (decreto e instrução normativa) também possuem esta concepção. Portanto, a educação ambiental que se apresenta nos planos é desenvolvida a partir da resolução de problemas ambientais, orientada como “atividades-fim que visa unicamente a resolução pontual daquele problema ambiental abordado” (LAYRARGUES,1999:03). Para Layrargues (1999), esse tipo de abordagem da educação ambiental perde a possibilidade da complexibilidade da compreensão das inter-relações entre elementos político-econômicos e socioculturais da questão ambiental.

A educação ambiental desenvolvida a partir da resolução de problemas ambientais orientada como uma atividade-fim, por maior que seja o aprendizado da experiência prática e o desenvolvimento de qualidades dinâmicas e ativas, fomenta a percepção equivocada de que o problema ambiental não está inserido numa cadeia sistêmica de causa-efeito, e que sua solução encontra-se na órbita da esfera técnica. Toma-se a parte pelo todo, e reduz-se a causa pela consequência. Acaba por promover a realização de projetos reformistas, cuja mudança será de ordem puramente comportamental, reduzindo a zero o risco da ameaça de desestabilização da ordem ideológica vigente. O enfoque da resolução de problemas ambientais orientado como atividade-fim não é suficiente como finalidade, partindo-se do pressuposto de que a mudança de valores nos educandos poderá ocorrer por conta própria. Não há garantias

de que resolvido o problema alvo da ação pedagógica, o elemento causador da degradação ambiental não venha a se repetir, pois nessa perspectiva não se instala o potencial de crítica ao status quo. (LAYRARGUES,1999:07)

O resultado descrito acima também está diretamente associado ao fato de que a visão dominante de educação ambiental ligada à concepção de sustentabilidade vigente no país está atrelada ao modelo de desenvolvimento sustentável que, por sua vez, é classificado dentro de uma concepção pragmática. Essa classificação se dá ao fato de que a ideia de desenvolvimento sustentável busca os mecanismos que compatibilizam desenvolvimento econômico e manejo sustentável de recursos naturais (SILVA, 2007:03). A educação ambiental aparece algumas vezes agregando duas dessas categorias, o que em nossas análises pode significar o início de uma transição de concepções, uma vez que apresenta características ligadas a uma concepção mais conservadora e pragmática ou pragmática junto a uma concepção mais crítica, demonstrando uma variedade de concepções que se inserem e se misturam na construção desses planos.

Esse movimento das concepções é interessante principalmente olhando para o contexto das IFES, que são instituições em constante exercício de reflexão sobre o conjunto da sociedade a partir das suas ações de extensão, ensino e pesquisa. As análises acima podem indicar um movimento importante de diálogo que já começa nas IFES a partir da construção desses planos. Essa percepção das múltiplas visões de educação ambiental que aparecem nos PLS das IFES, demonstram claramente que, embora exista uma visão dominante, ela não é exclusiva. Em um contexto em que diversas perspectivas se apresentam em um mesmo cenário, é inegável que as influências se sobreponham diante da construção de PLS, bem como que há um espaço aberto que as concepções sejam trabalhadas em prol de visões mais alinhadas com a ruptura do status quo, a exemplo do conceito de Sociedades Sustentáveis.

Destacamos a importância de priorizar a adoção de um olhar plural da educação ambiental que é definida dentro da política pública, como parte de um processo educativo mais amplo que trás “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade” (Brasil, 1999). Nos princípios básicos da PNEA, o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, também contribui com a construção deste caminho plural, que pode contribuir dentro da elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável, buscando alcançar as especificidades de cada instituição. Adicionalmente, estes princípios da PNEA abrem caminho para uma discussão mais ampla através de uma reflexão a respeito das “responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano” garantindo dentro do processo que as “ações de divulgação, conscientização e capacitação” sejam planejadas de maneira efetiva.

Pensar e realizar uma Educação Ambiental adequada às particularidades de cada pessoa e de cada grupo e seus contextos socioambientais, exige que o processo educador potencialize os atores nele envolvidos, promovendo a ampliação de sua conectividade com instituições educadoras ambientais diversas e o fortalecimento desse processo, possibilitando a sua continuidade (OCA,2010:04)

Dentro desta perspectiva, o processo de inclusão da educação ambiental como uma iniciativa a ser observada no processo de elaboração de PLS facilitará o diálogo entre as diferentes concepções de sustentabilidade que permeiam essa construção. O pluralismo das ideias sempre estará presente em processos de planejamento institucional, uma vez que as instituições são formadas por pessoas, nas quais carregam suas individualidades. Para acolher todas essas possibilidades concepções é necessário um diálogo “como via de acesso a democratização das identidades e saberes diversos (OCA,2010:20) ”. A cinesia que o diálogo provoca é a chave para edificar as articulações internas e externas da instituição, contribuindo com a divulgação que dará voz a todo o processo, iniciando o processo de sensibilização à participação. Neste sentido, o caráter formativo continuado concebido na Educação Ambiental, pode ser um grande aliado dentro de um processo contínuo de construção, diálogo, participação, avaliação dos processos e revisão dos PLS.

Um ponto importante da PNEA, está na vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais, além de garantir a continuidade e permanência do processo educativo reforçando a necessidade de permanente avaliação crítica do processo. Portanto, o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural, compactuam com os objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL,1999).

A elaboração de um plano deve atravessar a rotina institucional, assim os espaços de troca de experiências devem fazer parte desse processo em um movimento crescente envolvendo a maior quantidade de pessoas. Para que essa construção aconteça, devem existir ambientes de

interação e diálogo contínuo, onde os sonhos coletivos se transformam em reflexões e ações efetivas, fortalecendo a inserção de práticas sustentáveis através da adesão de gestores e usuários dos serviços públicos e esse caminho não se dá apenas por decreto, mas com a sensibilização para o diálogo.

Investigar alguns PLSs, auxiliou na compreensão de como se deu a elaboração dos planos em Instituições Federais de Ensino Superior, identificar como a Educação Ambiental aparece nesses planos, uma vez que a referida política pública não é uma iniciativa apontada pela Instrução Normativa 10 de 2012 que precisa ser observada na elaboração de planos de gestão de logística sustentável, com a expectativa de identificar quais concepções aparecem de educação ambiental nesses planos. A constatação da influência que as diferentes concepções influenciam na construção e no direcionamento dos PLS nos motivou a buscar um olhar atento sobre as como a sustentabilidade se apresenta em meio a tantas visões que permeiam o processo de elaboração do PLS da UFSB, justificando a relevância do tema, uma vez que a universidade carrega a sustentabilidade presente desde os documentos fundantes.

A Jovem UFSB: Contexto de Criação

A elevada diversidade cultural e biológica presente no litoral do Brasil demanda ações específicas e integradas que busquem minimizar os conflitos e viabilizem um modelo de sociedade em total consonância com a inclusão social e a conservação da biodiversidade (DIEGUES, 2001). É importante destacar que além de ser fonte de alimento, renda e lazer, os ecossistemas típicos da Mata Atlântica compõem o alicerce da organização social, cultural e espiritual das comunidades locais (CASTELLO et al. 2007). Portanto, a degradação destes ambientes e políticas do tipo top-down tendem a produzir conflitos sociais nas comunidades. Como já mencionado, a crise social e ambiental gerada pela decadência da lavoura cacaueteira mantida no sistema agroflorestal “cabruca” testemunham essas interações. Mais recentemente, as grandes mortalidades do caranguejo-uça (*Ucides cordatus*) que ocorreram em todo o litoral baiano, especialmente na região Sul a partir de 2001 dizimaram as populações deste importante recurso pesqueiro e também produziram crises sociais e ambientais na região, com impactos importantes para as comunidades de coletores de caranguejo (Schmidt et al. 2008). Conhecida como Doença do Caranguejo Letárgico (DCL), provavelmente, esta doença foi gerada por um fungo e levou à redução estimada de 97.6% das populações de caranguejo-uça e a um prejuízo estimado em R\$ 18.000.000,00. É neste contexto de elevada riqueza biológica, social e cultural, mas também de relações socioambientais sensíveis e de baixo desenvolvimento econômico,

com bolsões de pobreza importantes, que a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) se inseriu no território Sul-Baiano a partir de 2013 com a Lei 12.818/2013.

Mesmo antes de sua fundação, o sonho de construção de uma universidade que atendesse as demandas no território Sul da Bahia, em conjunto com as demais IES públicas presentes na região, foi um dos motes que desencadearam as articulações entre diversos segmentos da sociedade (UFSB, 2016). A comissão de implantação foi composta por professores da Universidade Federal da Bahia - UFBA, instituição que apadrinhou o início das atividades da UFSB, assumindo o papel de conduzir as reuniões de apresentação e consulta sobre a instalação da universidade e a sua área de atuação que corresponde a região Sul da Bahia. Entretanto, esta comissão foi logo ampliada por representantes das instituições parceiras e consultores voluntários, cumprindo a sua finalidade numa sequência de reuniões de trabalho. Durante o processo de negociação da instalação da UFSB na região, esta comissão percorreu grande parte dos municípios da Região Sul e Extremo-Sul da Bahia, apresentando o projeto da criação da universidade que chegava no território trazendo para o centro da discussão a viabilidade do modelo de universidade proposto (UFSB,2016).

O trabalho de implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB iniciou-se muito antes da sanção, pela Presidenta Dilma Rousseff, da Lei 12.818/2013, em 05 de junho de 2013, que estabelecia a sua criação, começando a partir de janeiro de 2012, cinco meses após o envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional, através da comissão de implantação instituída pela Profa. Dora Leal Rosa, então Reitora da UFBA. Esta Comissão foi oficialmente designada pelo Ministério da Educação, através da Portaria SESu/MEC no. 108/2012, de 26/06/2012. (UFSB,2016)

Durante o ano de 2012 e parte de 2013 o trabalho da Comissão concentrou-se em visitas a quase todos os municípios da Região Sul e Extremo-Sul da Bahia, debatendo com a sociedade sobre a viabilidade de um modelo de universidade, social e responsavelmente integrado ao território sul-baiano. Esse trabalho intenso e profícuo, contando com irrestrito apoio e tutoria da UFBA, culminou, em junho de 2013, numa reunião geral com as IES públicas que atuam no Sul da Bahia, ao confirmar um amplo consenso sobre a oferta de cursos e atividades acadêmicas distribuídos de modo equitativo e harmônico, sem redundância ou rivalidades institucionais. Nosso reconhecimento profundo à UFBA, nossa tutora, à UFRB – co-irmã que nos tem ajudado sempre que precisamos, à UESC – que nos acolheu desde o primeiro momento, à UNEB – parceira entusiasmada em projetos inovadores, aos IFBaiano e ao IFBA, pelos apoios e incentivos (UFSB, 2016).

O principal produto desta Comissão e de suas negociações foi o Plano Orientador da UFSB, que incluiu subsídios e contribuições coletadas a partir de reuniões executivas realizadas com os prefeitos recém-eleitos, eventos (quadro 1) e consulta pública, sendo estes dois últimos métodos permitindo as manifestações das comunidades acadêmicas das instituições parceiras,

organizações sociais e entidades representativas da sociedade civil, administrações municipais, órgãos e secretarias do Governo Estadual e organismos do Governo Federal (<https://ufsb.edu.br/a-ufsb/apresentacao-ufsb>).

Quadro 1 - Lista de eventos realizados no Território do Sul da Bahia para construção e negociação da implantação da UFSB

Evento	Local	Data
I Seminário de Planejamento Acadêmico	Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus	20-21 de setembro de 2012
Ciclo de Apresentação e Debates	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Uruçuca	21 de setembro de 2012
Ciclo de Apresentação e Debates	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Ilhéus	22 de setembro de 2012
II Seminário de Planejamento Acadêmico	Universidade do Estado da Bahia – Teixeira de Freitas	23 de outubro de 2012
Apresentações e debates em unidades da rede estadual de ensino médio	Itanhém, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Prado, Alcobaça e Itamaraju	24 a 27 de outubro de 2012
III Seminário de Planejamento Acadêmico	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Porto Seguro	01 de novembro de 2012

FONTE: Os autores.

Diante do que é apresentado pelos registros históricos de criação da UFSB, fica caracterizado que o processo de implantação da UFSB no território priorizou uma construção participativa, que envolveu diversos setores da sociedade. A articulação e implantação da UFSB levou em consideração a participação dentro da administração pública, reforçando que o trabalho participativo ganhou o campo da educação no Brasil, uma vez que institucionalizou modelos de tomada de decisões participativos, envolvendo docentes, funcionários, alunos e comunidade (GUTIERREZ, G, 2004).

Se por um lado a UFSB nasce a partir de um contexto de entusiasmo e de fecunda participação, por outro lado a operacionalização desta instituição enfrentou e enfrenta grandes desafios. Ao contrário de algumas jovens instituições brasileiras que nasceram a partir do processo de desmembramento ou reestruturação de instituições já consolidadas, a UFSB surgiu com uma arquitetura acadêmico-administrativa multicampi sem qualquer estrutura pedagógica ou de infraestrutura prévia que servisse de lastro. Se por um lado esta situação abre espaço para a construção de novos processos sem vícios antecedentes, por outro lado, ela também demanda altos níveis de recursos e envolvimento das equipes para a construção de todos os processos e

estruturas que uma IES necessita. Neste sentido, os desafios estão desde a construção de rotinas administrativas de uma instituição pública, que estão relacionadas com a contratação e recepção de servidores, a elaboração e execução de planos, projetos, licitações, contratos e etc.; até a construção e desenvolvimento dos projetos pedagógicos e de rotinas acadêmicas, a exemplo da construção dos componentes curriculares, estruturação de colegiados, desenvolvimentos de ações de ensino, extensão e pesquisa, etc.

Em 2016, dois anos após a instalação da universidade na região, importantes arranjos e parcerias entre as IES baianas foram tomando forma para apoiar o projeto da UFSB (UFSB, 2016). Certamente, essas articulações foram importantes para amparar o início da universidade diante do cenário que se instalava no Congresso Nacional e no Senado Federal, resultando no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A conjuntura política nacional “criou uma ruptura drástica em um período marcado por um projeto de democracia participativa que apostava poder materializar a Constituição Cidadã de 1988” (GIANELLA,2018:92), rompendo com o projeto político que se desenhava no Governo Federal, as instituições públicas foram afetadas diretamente com a instabilidade política e econômica que se agravaram no país.

Além do contexto e desafios supracitados, cabe destacar que a criação da UFSB foi animada em um momento da história brasileira em que se abriu as possibilidades de recriação da educação pública, vista como vetor de integração social e como fator de promoção da condição humana (UFSB,2014). Neste momento, a autonomia universitária ganhou a liberdade da autogestão como um exercício para uma construção mais democrática de gestão traduzido no “exercício de auto normatividade, autogestão e corresponsabilidade social e institucional, concretiza-se na plena liberdade de criação, pesquisa, extensão e ensino-aprendizagem, num ambiente de colaboração, alegria e solidariedade” (UFSB,2013).

A carta de fundação reforça a adoção de “modelos pedagógicos e estratégias de ensino-aprendizagem eficientes e criativos, educando para a responsabilidade social e ambiental” (UFSB,2014:06). Nessa perspectiva, firmam-se os compromissos de “fomentar paz, equidade, solidariedade e aproximação entre gerações, povos, culturas e nações, contrapondo-se a toda e qualquer forma de violência, preconceito, intolerância e discriminação” (UFSB,2014:06). O modelo teórico metodológico proposto baseia-se na concepção ampla de instituição universitária efetivamente e comprometida com a emancipação do sujeito, com a responsabilidade ambiental e com as transformações (UFSB,2014).

A construção da Política e de Instrumentos de Sustentabilidade na UFSB

No ambiente das universidades, as discussões em torno do tema da sustentabilidade só ganharam maior visibilidade a partir da década de 1970, quando pesquisadores passaram a trazer problemas relacionados ao aquecimento global para o ambiente acadêmico e passaram a chamar as universidades à responsabilidade em implantar exemplos de boas práticas e funcionamento sustentável (FELIPE,2019:02). No caso da UFSB, os documentos fundadores da instituição (Carta de Fundação, Plano Orientador e Estatuto) apresentam a Sustentabilidade como um dos pilares e compromissos inegociáveis, a exemplo do que está manifesto no Plano Orientador quando são apontados os princípios político-institucionais da UFSB, a saber: eficiência acadêmica, com uso otimizado de recursos públicos; compromisso inegociável com a sustentabilidade. Neste mesmo documento, o Princípio da Sustentabilidade é definido como “compromisso de proteção da biodiversidade e promoção de consciência ecossocial, com mobilização social e cidadania ativa, incorporado ao próprio processo de formação” (UFSB, 2014). A eficiência acadêmica, que também tem destaque nos documentos fundadores, carrega a ideia de “uso otimizado de recursos públicos, coletivos e naturais” desencadeando processos de mobilização social, articulação interinstitucional de órgãos públicos, fortalecendo e ampliando o diálogo com outros projetos, planos e/ou ações de caráter Regional, Estadual e Federal.

Alguns aspectos compreendidos nos documentos fundantes reforçam a ideia de que há uma busca por um sonho comum ligado à sustentabilidade no processo de construção da universidade, uma vez que a UFSB desde a sua fundação, carrega a expectativa de cumprir o papel de uma nova universidade, democrática, pública e sustentável. Neste sentido, a UFSB parece demonstrar uma preocupação a respeito do alinhamento de discussões contemporâneas relacionadas à responsabilidade das universidades com o desenvolvimento sustentável em sua região (UFSB, 2014). O modelo de sustentabilidade que vem sendo proposto na UFSB, alinha-se a um modelo de sustentabilidade que por exemplo, "defende que as instalações, tanto provisórias quanto as definitivas, ocupem edificações existentes em áreas já antropizadas" (FELIPE,2019:03). Adicionalmente, cabe destacar que UFSB foi concebida para atender às exigências educacionais do mundo contemporâneo, tomando as especificidades culturais, sociais, artísticas e econômicas da Região Sul do Estado da Bahia (UFSB, 2014).

De modo mais geral, esses princípios abrem caminho para um diálogo através do debate acerca da ambientalização universitária que tem sido pauta corrente de movimentos

comprometidos com as questões socioambientais, buscado reorganizar o *modus operandi* das universidades brasileiras, tendo foco na inserção da dimensão socioambiental dentro dos currículos e das atuações do corpo pessoal universitário. De modo mais específico, estes princípios coadunam com a necessidade da construção de instrumentos de promoção da sustentabilidade, como o PLS.

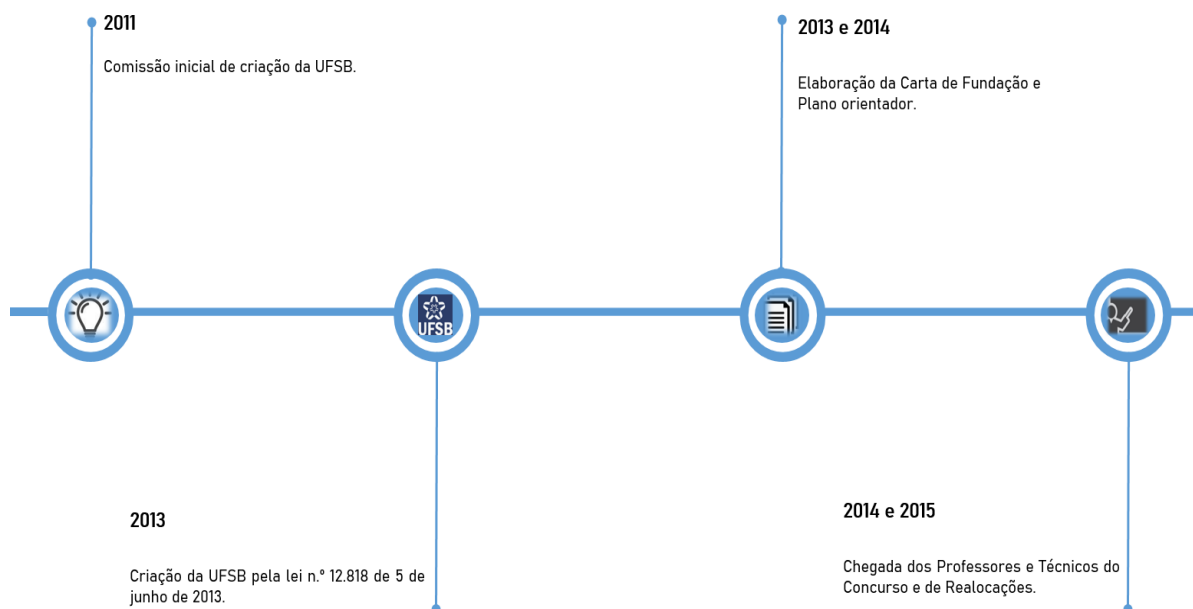
Uma universidade que traz os seus compromissos alicerçados na “solidariedade e no compartilhamento de conhecimentos, habilidades, desejos, impasses e utopias” (UFSB,2014:06) transmitem o desejo de construir uma universidade pública pautada em espaços de trocas de experiências e nos diálogos. Esse desejo de construção do diálogo é o que move essa pesquisa, como articular sonhos, utopias e planos ao caos socioambiental que envolve a contemporaneidade? Como vivenciar a realidade social que estamos inseridos e seguir esperançosos?

Ao tentar compreender as características da sustentabilidade dentro da UFSB, consideramos os vários entendimentos do que vem a ser sustentabilidade e nos perguntamos sobre quais concepções de sustentabilidade que emergem no processo de elaboração da Política e de instrumentos como o Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS da UFSB. Todavia, percebemos ao longo da pesquisa, que há uma diversidade de concepções de mundo presentes em uma comunidade acadêmica, para além constatamos que essas visões influenciam na construção da identidade institucional. Sendo assim, a ideia que vem sendo construída em torno da sustentabilidade na universidade resulta dessa diversidade de atores, entre eles discentes, técnicos, docentes e outros. A ideia de sustentabilidade é um conceito polissêmico, como consequência disto por vezes nos deparamos com diferentes significados de sustentabilidade, gerando confusão e divergências no seu emprego. Para Carvalho (2008) o termo sustentabilidade foi trivializado pela sociedade, provocando uma perspectiva ilusória sobre o consenso de seu uso. Ao ampliar a discussão a respeito da polissemia do termo sustentabilidade, destacamos a relevância em ouvir criticamente quem faz uso desse conceito, percebendo quais os valores, propósitos e intenções no uso deste vocabulário, já que este conceito não é usado com um único significado.

Para compreender algumas das diferentes concepções que permeiam o processo de construção do PLS da UFSB, além de vivenciar o processo de construção deste instrumento através da participação no GT de Educação Ambiental, as entrevistas foram fundamentais nos auxiliando na compreensão de momentos em que não estivemos presentes, como a chegada de alguns servidores e a construção da universidade em si. Neste processo, observamos uma pequena variação de percepção entre os participantes, a qual parece coincidir com o momento

da chegada destes atores na instituição dentro de um marco temporal entre os anos de 2011 e 2015. Um fator importante a ser considerado está relacionado ao fato de que alguns dos entrevistados participaram da comissão inicial de criação da UFSB em 2011, outros estiveram presentes no processo de construção dos documentos fundantes em 2013. Outros dois grupos de entrevistados referem-se aos servidores que ingressam na UFSB no primeiro e no segundo concurso público, respectivamente, realizados em 2014 e 2015. Abaixo, situamos uma linha do tempo como demonstramos abaixo na figura 4. Neste contexto, foi possível identificar, ainda que não de maneira profunda, como as pessoas entrevistadas entendem a sustentabilidade na universidade. Para alcançar respostas pertinentes ao estudo, direcionamos as perguntas primeiro focalizadas em um aspecto mais global relacionado à sustentabilidade dentro da universidade, buscando identificar os olhares e experiências vivenciadas pelos atores dentro da instituição.

Figura 4 -Linha do tempo no contexto de criação da UFSB.



Fonte: Os autores

Ficou claro diante dos dados levantados que, desde a criação da UFSB, a construção da política de sustentabilidade é almejada e a expectativa era de que esta construção fosse pautada em um amplo processo democrático e participativo, com contribuições de servidores técnicos, docentes e estudantes com a expectativa de agregar suas pesquisas, afinidades, experiências, preocupações, ideologias e boa vontade.

As entrevistas também revelaram que os processos de seleção da equipe de servidores da UFSB foram voltados para profissionais com perfil e formação voltados para temas afetos à

sustentabilidade, ampliando a expectativa da composição de uma equipe que fosse capaz de refletir sobre os desafios socioeconômicos, socioambientais e socioculturais do território e propor soluções, refletindo o anseio de uma universidade sustentável. Desde a criação da universidade, alguns compromissos assumidos, entre eles a sustentabilidade, foram incorporados como pilares estruturantes na orientação dos rumos que a universidade deveria e deve tomar. Diante do compromisso assumido, foram e continuam sendo geradas expectativas e frustrações que influenciam diretamente no processo de construção da política de sustentabilidade e na elaboração de seus instrumentos.

Uma jovem universidade necessita muito além de boa vontade dos que dão corpo e voz à instituição. O compromisso nos documentos estruturantes demonstra a importância que o tema da sustentabilidade carrega. Todavia, isso por si só, não torna o caminho mais fácil. Procuramos através das entrevistas, extrair uma caracterização do processo de construção da Política de Sustentabilidade na UFSB e, de maneira ampla, percebemos que “as regras sobre a sustentabilidade não estão claras”. Compreendemos através desta informação que não existe um direcionamento claro dentro da instituição, o qual estabeleça que sustentabilidade a universidade almeja. No entanto, podemos entender que tal direcionamento deve ser construído justamente na política de sustentabilidade que estabelecerá as normas e diretrizes institucionais para o tratamento deste tema.

A impressão que ficou ao analisar as entrevistas é que a polissemia do termo sustentabilidade gera diferentes concepções dentro da comunidade e é um importante entrave ao diálogo e, consequentemente, para a definição de consensos que resultem em uma política institucional voltada para a sustentabilidade. Além de dificultar as articulações institucionais, esta variedade de discursos individuais gera muitas vezes campos antagônicos de opiniões otimistas e pessimistas sobre a construção da sustentabilidade dentro da UFSB. Neste sentido, a polissemia do termo sustentabilidade traz ideologias atreladas às concepções que vão influenciar diretamente no processo de construção tanto da política de sustentabilidade como em seus instrumentos.

Além do caráter polissêmico do tema, as limitações administrativas que envolvem a falta de recursos humanos e financeiros, a comunicação precária, interlocução quase inexistente e a falta de engajamento da comunidade também foram apontados como entraves, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Dificuldades de aplicação e construção da Política de Sustentabilidade e seus instrumentos na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

CATEGORIAS	FRASES
Comunicação	‘A maior dificuldade é a comunicação’; ‘Existe muito ruído de comunicação’;
Engajamento	‘A gente vê nas outras universidades que o problema do engajamento também acontece, mesmo com universidades consolidadas’;
Sucateamento	“Essa questão toda do sucateamento da redução de recursos”;
Autoritarismo	“Em dos métodos de que ele tinha com as pessoas que não o apoiaram integralmente era de silenciar através de não acatar documentos”; “A UFSB tem uma coisa bairrista que me cansa profundamente e tem uma coisa autoritária aí no processo.”

Fonte: Autores.

Os entrevistados apontaram que a comunicação tem sido um entrave não apenas na aplicação de uma proposta de sustentabilidade ou dos instrumentos ligados a essa política na UFSB. Uma das categorias que aparecem nas análises das entrevistas está relacionada diretamente com aspectos de uma comunicação “com ruídos”. Ou seja, provocando interferências indesejadas que distorcem a informação. O grande desafio de construir essa comunicação não aparece apenas nesta questão especificamente, mas quando os entrevistados apontam para a dificuldade em dialogar, na variedade de pensamentos e concepções que permeiam o processo, até na velocidade em que as coisas precisam acontecer. O respondente G destaca a dificuldade que algumas pessoas tiveram em entender como contribuir com alguns processos como o caso da elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFSB. O respondente relatou as reuniões da Comissão de Política de Sustentabilidade – CPS dedicadas à construção do PLS-UFSB, bem como as reuniões dos Grupos de Trabalho – GT temáticos montados para a elaboração deste instrumento, eram marcadas pela necessidade de reforço dos esclarecimentos sobre os objetivos do PLS e das estratégias metodológica escolhidas para este processo de construção. O entrevistado aponta que muitos ali presentes ainda não haviam compreendido o propósito de um PLS, e justificou que faltou um esclarecimento. Em suas palavras, verbalizou que “muitas vezes não por falta de vontade de esclarecer, mas por inexperiência e falta de tato para fazer a coisa acontecer”.

O desafio da construção de uma comunicação eficaz passa pelos novos alunos, novos servidores, novos terceirizados que precisam estar cientes e engajados nos processos. No

entanto, nas entrevistas aparece uma certa desorientação de como essa comunicação poderá ser eficiente. O respondente A esclareceu que, em sua concepção, uma das maiores dificuldades na construção dessa comunicação está em buscar ferramentas que consigam aproximar o público do desafio da sustentabilidade. Este respondente exemplificou esta questão citando que cerca de 3.000 mil alunos chegam todos os anos a UFSB, na maioria das vezes totalmente “verdes” em termos de sustentabilidade, ou seja, o que eles sabem é o que eles ouviram na televisão e no ensino médio, de maneira superficial, sem uma discussão crítica.

O engajamento aparece como uma dificuldade institucional. No entanto, a falta de engajamento não significa necessariamente uma má vontade por parte da comunidade acadêmica e sim como uma consequência da sobrecarga de trabalho, do baixo número de servidores, da escassez de investimentos e, principalmente, do grande desafio que está posto na instituição de construir uma universidade multicampi desde o seu início. Ao exemplificar a dificuldade em estabelecer um engajamento que colabore significativamente com a construção da política de sustentabilidade e seus instrumentos, o respondente C traz as suas angústias relacionadas a questão do sucateamento da universidade pública no Brasil e, consequentemente, a redução de recursos, reforçando que isso não é apenas um problema específico da UFSB, que nas outras universidades o problema do engajamento também acontece, mesmo em universidades já consolidadas.

Outro aspecto significativo que aparece nas categorias de análise sobre as dificuldades de aplicação e construção da Política de Sustentabilidade e seus instrumentos se relaciona com o que alguns entrevistados classificam como autoritarismo. O respondente E trouxe o autoritarismo em algumas experiências relacionadas a construção de alguns instrumentos da sustentabilidade na universidade. Explicou que algumas ideias não tiveram espaço para emergir por falta de apoio político, e que, se não houvesse o apoio integral a gestão universitária, uma das estratégias utilizadas era a de silenciar aquele grupo, não acatando os documentos propostos. Essa forma autoritária de gerir a universidade, aparece também no respondente G quando descreve que a UFSB tem uma característica, classificada pelo entrevistado como bairrista, que cansa profundamente, junto a uma postura um tanto autoritária dentro do processo, onde as pessoas participam não por vontade, mas por obrigação, pois existe o problema da sobrecarga de trabalho, o sucateamento e a falta de recursos humanos e financeiros para tocar algumas agendas dentro da instituição.

Com intuito de identificar os fatores que fomentaram ou que podem fomentar a construção e aplicação da política de sustentabilidade e seus instrumentos desde a criação da UFSB, buscamos extrair dos entrevistados as suas percepções a respeito desse processo. A surpresa ao

analisar essa questão, em especial, foi que o que ficou aparente nas respostas não foi exatamente o que perguntamos, mas sim os inúmeros desabafos e insatisfações que permearam e continuam a permear o processo. Para exemplificar melhor, fizemos alguns recortes de falas que demonstram o descontentamento sobre a discussão da sustentabilidade e sobre o processo que vem sendo conduzido institucionalmente.

Docentes também reclamavam que não estavam sendo devidamente incluídos. Inclusive, teve algum desentendimento, teve alguns conflitos nesse sentido [...]. Por exemplo, quem trabalha com a questão de arquitetura e urbanismo e não foram incluídos nas discussões porque o outro docente tomou espaço e ficou à frente e tomou, aí teve um cargo de gestão que ficou mais elevado, que tinha mais poder de decisão e outros docentes não foram tão incluídos, mas eles tinham uma contribuição também muito importante. A velocidade do processo, a alta gestão querendo fazer as coisas acontecerem o mais rápido possível, e aí teve alguns atropelamentos nesse sentido[...]. Esse diálogo muitas vezes foi muito difícil, foi muito competitivo, o mais difícil também é que tem visões diferentes, porque a sustentabilidade ela traz visões diferentes e aí, em algum momento, você tem que decidir porque são visões antagônicas, não tem como conciliar e, em algum momento, teve que decidir. E eu acho que as decisões que foram tomadas, foram muito acertadas e muito lindas, mas não sei se foram as mais acertadas (RESPONDENTE A).

E eu acho que as pessoas trouxeram visões muito atrasadas...então, a minha visão é muito clara que a UFSB é muito mais insustentável, não por não ter um PLS e sim porque a base já tem um conceito absolutamente equivocado, que vem da implantação dos seus *campi* (RESPONDENTE B).

Sempre houve um discurso, sempre estive no discurso e, para mim, sempre foi um discurso vazio e por eu estar percebendo que esse discurso tinha um viés ideológico diferente do meu [...] identifico mais para frente um esforço de dialogar com as pessoas e fazer as coisas funcionarem, mas a participação nunca aconteceu, sempre foi uma coisa dispersa, sempre foi uma coisa pontual, sempre foi aquela mesma meia dúzia de pessoas quando muito. Acho que existia uma coisa das pessoas estarem sobrecarregadas e de não compreenderem a proposta (RESPONDENTE G).

Separamos no quadro abaixo duas categorias e agrupamos algumas palavras-chave e/ou trechos de frases retirados das entrevistas que descrevem se existe ou existiu algum fator ou processo que dificultou ou dificulta a aplicação de política e instrumentos de sustentabilidade desde a criação da UFSB.

Quadros 3 - categorias palavras-chave

Coluna A	Coluna B
<i>Fomentou a construção da política de Sustentabilidade</i>	<i>Pode fomentar a construção da política de Sustentabilidade</i>

Visão Compromisso Está na pauta cursos e programas de pós-graduação.	Protagonismo Articular institucionalmente Diversidade de pensamentos Esforço em dialogar Participação Política viva Divulgação

FONTE: Os autores.

Na coluna A, que corresponde ao que fomentou a política de sustentabilidade, iniciamos pela palavra “visão”, que está ligada a perspectiva de que alguns docentes trouxeram para dentro dos cursos da universidade na discussão da sustentabilidade, ou seja, “eles já contribuem nessa área, mesmo que eles não tivessem o documento, já estava acontecendo” (respondente A). A palavra seguinte é “compromisso” e “está na pauta”. Na percepção do respondente “C”, o compromisso assumido pela sustentabilidade fomenta a construção da política de sustentabilidade, pois traz a discussão sobre sustentabilidade para as pautas institucionais. Finalmente, temos “cursos e programas de pós-graduação” que estão ligados a sustentabilidade e ao meio ambiente. O respondente D pontuou que enxerga nos cursos de graduação e programas de pós-graduação como uma maneira de fomentar a construção da política e reforça a necessidade de um grande projeto, um grande plano de ação, que tenha o objetivo de articular tudo isso. Este respondente reforçou, muitas vezes, temas institucionais são fomentados por movimentos individuais, interesses pontuais e esses movimentos demandam articulação para institucionalizar e dar prioridade, como uma estratégia institucional.

Na coluna B são listados os pontos indicados na entrevista que podem fomentar o processo de construção da política de sustentabilidade. Dentre eles, o protagonismo que a instituição vem desempenhando em várias frentes de atuação e a articulação dessas frentes teve destaque. Outro ponto levantado foi a necessidade de aproveitar a diversidade de pensamentos que compõe a universidade, bem como da necessidade de escuta e respeito a estas ideias e aos desejos, aspectos estes que são a base para a construção do diálogo e da pactuação de consensos mínimos.

A UFSB passou muito por esse processo de ter uma concepção, mas na hora de colocar em prática, essa concepção se depara com uma série de empecilhos, atalhos, questões que você tem que levar em conta, a exemplo disso são os outros, os desejos e as outras ideias também, que fazem parte desse contexto. Então tudo isso tem que ser levado em conta e na hora que você quiser fazer esses ajustes na questão da sustentabilidade (RESPONDENTE F).

Neste mesmo caminho, o respondente G informou que consegue identificar mais para frente um “esforço de dialogar”, como uma vontade das pessoas em fazer as coisas funcionarem, trazendo a participação como algo que não era testemunhado anteriormente. Enfatizou, porém, que foram processos pontuais, deixando claro o entendimento sobre a importância de uma participação com qualidade para fomentar a construção destes processos, a necessidade do diálogo institucional e divulgação das ações para além dos trabalhos que acontecem na comunidade acadêmica, olhando para a importância de juntar essas ações, projetos e demais iniciativas em um documento que seja referência para a comunicação interna e externa.

“A universidade tem essa velocidade para ela se organizar, apoiar essas coisas que estão acontecendo, captar isso e transformar em um documento e fazer com que isso tenha uma certa união para que as pessoas possam dialogar. O fato de um conhecer a área do outro e saber o que ele está fazendo, saber que aquilo pode ser importante para universidade e para a região, que precisa ser registrado em algum lugar. Uma universidade tem seus documentos elaborados para que alguém que está buscando na internet saber: - ah, aquilo está acontecendo ali! Porque aquilo é a filosofia da universidade... juntar tudo isso, eu acho que é um grande desafio, porque os professores muitas vezes não têm nem tempo de conversar um com o outro, cada um está na sua área trabalhando, está pesquisando, estão criando seus cursos, estão ensinando os alunos, estão assim eles estão todos muito ocupados (RESPONDENTE A).

Em interlocução com a ideia de participação, o PLS aparece nas entrevistas como a materialização de uma política viva, fortalecendo a compreensão de um processo contínuo de construção dos instrumentos, que estão em constante aperfeiçoamento e revisão, a exemplo do que aparece em uma das entrevista “O PLS na verdade é a expressão, é a materialização em um documento de uma Política, essa política só faz sentido se ela for uma política viva, ela é feita de conceitos de princípios, diretrizes, mas também de práticas...” (RESPONDENTE A).

O amadurecimento institucional é necessário para todo processo de construção de uma política e, conseqüentemente, dos seus instrumentos. Neste sentido, o tempo dando suporte para o diálogo parece algo fundamental para a efetivação de uma política. Qualquer que seja o espaço em que a sustentabilidade seja agente de formação e/ou transformação de cultura precisa abranger de maneira transversal a rotina administrativa, os espaços de socialização, as rodas de

diálogo em uma comunicação efetiva envolvendo a comunidade. Quando observamos as falas relacionadas à dinâmica administrativa, que deveria dar suporte a construção da política de sustentabilidade, notamos que a UFSB nasce atrelada com o que se discute no mundo e com os desafios do século XXI. Como já mencionado e reiteramos, o discurso da sustentabilidade é um pilar institucional incorporando as orientações decorrentes dos documentos fundantes, como a carta de fundação (2013) e o Plano Orientador (2014). Esse discurso tem um papel formal em acatar os anseios do mundo contemporâneo que, muitas vezes estão normatizadas em acordos e convenções internacionais sobre o meio ambiente estruturadas por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas - ONU. Entretanto, do que se depreende até aqui é que a construção da Política de Sustentabilidade e seus instrumentos na UFSB apresenta dificuldades importantes que vão desde aspectos administrativos até comportamentais por partes dos atores envolvidos. Estas dificuldades parecem estar travando uma reflexão que permita, inclusive, propostas inovadoras, de modo que, nas entrevistas aparecem alguns questionamentos estão relacionados ao caráter meramente formal que a política de sustentabilidade e seus instrumentos vêm adquirindo ao longo desses 8 anos de universidade, sem uma repercussão efetiva nos fluxos, processos e tomadas de decisão.

Após identificar as percepções dos entrevistados em relação à política de sustentabilidade da UFSB, indagamos sobre o Plano de Gestão de Logística Sustentável, um documento que é considerado como sendo um dos instrumentos desta política, e cuja sua elaboração é central nesta pesquisa. Para facilitar as análises, dividimos inicialmente as informações retiradas das entrevistas em duas categorias denominados de aspectos positivos e aspectos negativos (Quadro 04).

Quadros 4 - Apontamento dos aspectos positivos e negativos sobre o processo de elaboração do PLS.

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
• O PLS é essencial para a universidade; • Tentamos fazer ser participativo; • Definição das temáticas a partir de uma construção participativa; • A nomeação dos GTs é um marco na construção.	• Não existe inovações no processo; • Não tem informações satisfatórias sobre os trabalhos dos GTs no site; • Elaboração do PLS muito demorado (4 anos); • Pouco em relação a participação da comunidade externa; • Capítulo da Educação Ambiental não foi finalizado;

	• Descontinuidade das equipes ao longo da elaboração; • Faltou uma orientação para os GTs;
--	---

Fonte: Os autores

Nesta divisão, percebe-se uma certa expectativa com relação a construção do PLS e o que o documento pode gerar para a universidade, a exemplo do que declarou o respondente F ao descrever o PLS como “essencial, pois ele dá um norte”. Segundo este entrevistado, a sustentabilidade é uma questão educativa e cultural que vai mudando ao longo do tempo e aos poucos as pessoas vão incorporando os princípios e as ações. Outros aspectos positivos destacados pelos respondentes C e D foram as inúmeras tentativas de tornar o processo participativo, a exemplo da, em ordem cronológica, realização de eventos específicos (workshops), nomeação da Comissão de Política de Sustentabilidade (CPS) e a criação de Grupos de Trabalho compostos por representantes dos diversos segmentos da Comunidade Universitária, os quais foram apontados nas entrevistas como um marco na construção do PLS.

Dos eventos citados acima com o objetivo de fomentar a participação, destaca-se o workshop realizado em setembro de 2017 na UFSB e que contou com integrantes dos três segmentos da Comunidade Universitária. Na ocasião foram apresentadas as diretrizes do Decreto 7.746/2012 e os temas mínimos de um PLS, conforme a Instrução Normativa 10/2012. A partir das discussões realizadas ao longo dos três dias de evento, dentre as deliberações aprovadas, optou-se pela inclusão de 5 temas no PLS-UFSB para além dos mínimos estabelecidos pelos documentos orientadores. São eles, em ordem alfabética: Agroecologia, Arquitetura Sustentável, Biodiversidade nos *campi*, Educação Ambiental e Sistema de Gestão Ambiental. Além de pioneiros, estes temas foram escolhidos pela sua identidade com um território que se caracteriza por estar no domínio sensível do Bioma Mata Atlântica, pela identificação da necessidade de construir o PLS-UFSB a partir de reflexões críticas que compreenda as demandas internas e o contexto ao qual a instituição se insere, e pela expertise técnica e intelectual nestes temas de interesse da Sustentabilidade que a UFSB vem construindo desde o início de suas atividades.

A Comissão de Políticas de Sustentabilidade - CPS da UFSB, que é identificada como outro ponto positivo, foi instituída pela Resolução CONSUNI nº 05/2017 como um órgão consultivo e deliberativo da extinta Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social - PROSIS. Atualmente, mediante um processo de reestruturação administrativa da instituição, esta

Comissão, assim como toda a pasta da Sustentabilidade, passou a estar ligada diretamente à Reitoria. A CPS iniciou suas atividades em 04 de julho de 2018, assumindo nesse mesmo ano a definição dos métodos e rotinas a serem adotadas para a elaboração do Plano de Logística Sustentável da UFSB. Cabe destacar, que, dentre as atribuições desta Comissão, consta: assessorar a elaboração da Política de Sustentabilidade da UFSB; promover a implantação dos princípios e das práticas sustentáveis na infraestrutura e gestão dos campi, no ensino, pesquisa e extensão; elaborar, executar, avaliar, monitorar e revisar o Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFSB. É a partir desta Comissão que uma série de ações são desencadeadas, a exemplo de reuniões (Quadro 5) e criação de Grupos de Trabalho, levando em consideração a necessidade de agregar experiências, fomentando uma construção participativa. A CPS orientou que para a elaboração do PLS fossem convidados "experts" em cada um dos temas definidos para o PLS-UFSB, no intuito de contribuir com a elaboração dos planos de ação.

Quadro 5 - Cronograma em que cada tema deverá ser tratado nas reuniões ordinárias da CPS realizadas no ano de 2019.

Data	Tema	Setores
14/03/2019	Gestão de Águas	DSIS/DINFRA/TECLIM
04/04/2019	Gestão de Resíduos Sólidos	DSIS (Seção de Projetos Especiais em Sustentabilidade)
09/05/2019	Sistema de Gestão Ambiental	DSIS (Setor de Gestão Ambiental e Educação para a Sustentabilidade) /DINFRA/PROTIC (Diretoria de Sistemas)
06/06/2019	Arquitetura Sustentável; Gestão de Efluentes em espaços de práticas acadêmicas	DINFRA (Coordenação de Projetos e Obras)/DSIS
04/07/2019	Compras Sustentáveis e Redução do Consumo; Finalização da primeira etapa do PLS para o CONSUNI	DIRAD (Coordenação de Compras e Patrimônio)/DSIS
01/08/2019	Educação Ambiental e integração das práticas de sustentabilidade à formação de Recursos Humanos	Núcleo de Educação Ambiental, DSIS/DGP
05/09/2019	Mobilidade de pessoal; Qualidade de vida no ambiente de trabalho	DACE (Coordenação de Qualidade de Vida)/DSIS/CFCTI/DGP

03/10/2019	Agroecologia	Núcleo de Agroecologia, DSIS, Especialização em Agroecologia
07/11/2019	Biodiversidade nos Campi	Jardim Botânico, CFCAf, DSIS
05/12/2019	Finalização do PLS; encerramento das atividades da CPS em 2019	

FONTE: PROSIS, 2019.

A experiência da CPS em 2019 já apresentava uma proposta de reuniões em formato era meta-presencial que buscou contemplar a participação de membros da UFSB nos três *Campus*: Jorge Amado (Itabuna-Ba), Sosígenes Costa (Porto Seguro-Ba), Paulo Freire (Teixeira de Freitas-Ba). Esta experiência favoreceu a continuidade das atividades de maneira remota através da utilização de videoconferências, principalmente quando em decorrência da pandemia da Covid-19 a universidade teve que funcionar de maneira remota.

No que se refere aos pontos negativos, os relatos colhidos apresentam um grande descontentamento de alguns entrevistados com relação ao processo de elaboração do PLS-UFSB. Neste ponto, destacamos o respondente “B” que avalia o processo com bastante descredibilidade. Segundo este relato, não houve nada de inovador na elaboração do plano, sendo que o processo foi conduzido “da maneira mais banal e simples que tem, não havendo nenhuma inovação no processo, do ponto de vista formal de como se constitui”. A crítica a respeito da maneira como o plano foi elaborado reforça a baixa participação quando salienta que “tem que ser bastante permeável a todos os setores da universidade” ressaltando a necessidade de engajamento da comunidade acadêmica, quando critica a falta de um amplo envolvimento dos setores da universidade na promoção de eventos que abranjam os grupos de trabalho, uma vez que é papel deles produzir documentos que contribuam para o engajamento da comunidade acadêmica ou extra acadêmica.

Ao elencar algumas críticas ao processo de construção do PLS, o respondente “B” expõe que ao buscar informações sobre o processo de elaboração do plano no site da UFSB, não encontrou quase nada em relação aos GTs, reforçando que apenas 1 ou 2 dos grupos tem alguma atualização em relação a produção, registrando desta forma a sua preocupação a respeito do prazo para publicação do plano e o perigo iminente do PLS se tornar mais um documento, um papel e por fim, um arquivo. Os argumentos apresentados pelo respondente “B” trazem preocupações relacionadas à condução do processo de construção do PLS, ressaltando a

fragilidade da participação no caso da UFSB, na qual aparentemente busca cumprir as burocracias institucionais.

O tempo para a construção do PLS foi destacado como um ponto negativo na visão de alguns dos entrevistados, ao argumentarem que o processo se arrasta por 4 anos, descrevendo a construção do plano, como “um movimento arrastado e sofrido”, trazendo mais uma vez a falta de engajamento e participação, gerando sobrecarga aos que estão no processo de construção.

Identificamos nas entrevistas que a falta de ânimo na elaboração do PLS é resultado da sobrecarga de trabalho, como destaca o relato a seguir: “confesso que teve umas reuniões que eu ia e que eu estava lá de corpo presente. A cabeça estava em outro lugar, com outras coisas que eu tinha que estar fazendo naquele momento, mas eu estava lá porque eu percebia naquelas reuniões esse vazio, esse socorro! ” (RESPONDENTE G). O relato se refere à participação em algumas reuniões da Comissão da Política de Sustentabilidade - CPS em 2019, que trouxe como pauta a elaboração do PLS, contudo a sobrecarga de trabalho já naquele período refletiu diretamente na dificuldade em fomentar o engajamento e que gerou uma baixa participação.

A sobrecarga de trabalho e falta de participação ficou evidente também no GT, a exemplo daquele dedicado ao tema da Educação Ambiental. O afastamento por licença saúde, mudança de setor, aumento da demanda de trabalho ou até mesmo demandas para conclusão de trabalhos acadêmicos (curso de graduação e pós-graduação) esvaziou de tal maneira o GT de Educação Ambiental que interferiu na construção do texto referente a ao tema, que não entrou na primeira versão apresentada ao CONSUNI em 2021. É lamentável que os prazos, a baixa participação e as sobrecargas de trabalho tenham sido tão significativos a ponto de faltar uma parte tão essencial no documento e que se não for incorporado arrisco dizer que o PLS perderá um potencial olhar articulador característico da Política Pública de Educação Ambiental fundamental na construção de PLS.

A descontinuidade das equipes ao longo desses quatro anos de elaboração do plano foi apontada como um aspecto negativo por pelo menos 3 dos entrevistados, os quais expuseram as dificuldades em dar continuidade aos trabalhos com as trocas de equipe, o que repercutia, especialmente, na comunicação, gerando uma falha na orientação a respeito do processo de elaboração do plano.

Então eu acho que o processo de construção do PLS foi um processo demorado, não precisava demorar tanto, a própria pandemia que nos levou um ano perdido praticamente e a questão da descontinuidade das equipes. A gente ao longo desses quatro anos, eu estava fazendo um histórico da construção do PLS e percebi que tiveram quatro equipes na frente, então até você voltar e tirar o processo da inércia e

botar ele rolando de novo, isso leva um tempo, então você perde um tempo (RESPONDENTE C).

Outro aspecto negativo apontado nas entrevistas está relacionado com a preocupação com o envolvimento da comunidade externa, uma vez que a UFSB tem impactos nas comunidades do seu entorno que deveria ser envolvida no processo. Essa participação, além de poder garantir parcerias significativas na elaboração de metas e na execução das mesmas, dá a possibilidade de gerar o engajamento na comunidade acadêmica, podendo influir que outros órgãos públicos, empresas, associações e cooperativas busquem a construção de um olhar mais atento para suas práticas, trazendo a sustentabilidade para o centro do debate.

A participação aconteceu só nos grupos e a proposta era ser mais ampla e uma coisa que a gente falhou também é que a gente fez muito pouco em relação a participação da comunidade externa, principalmente do entorno. A gente está ali falando de sustentabilidade, tentando e uma das coisas que a sustentabilidade faz é mitigar os problemas ambientais, culturais, sociais que a gente acaba causando por estar ali presente. O PLS tem como objetivo a sustentabilidade institucional, então a gente deveria conversar com o entorno da universidade e a gente não fez, houveram algumas poucas participações neste sentido em alguns grupos, mas na maioria não houve (RESPONDENTE D).

Quando os questionamentos foram voltados para caracterizar a percepção dos (as) participantes sobre o futuro, por exemplo, como enxergam a UFSB nos próximos 5 anos, foi possível perceber um tom de otimismo, mas também de preocupação com o grande número de ajustes necessários para a construção de uma instituição digna de ser identificada como sustentável. Por exemplo, alguns respondentes identificaram a necessidade de corrigir questões básicas como a construção dos prédios e também a preocupação em que muito do que se discutiu possa ficar só no papel. Todavia a oportunidade de planejar ações voltadas para a sustentabilidade dentro da instituição foi apontada como uma grande oportunidade de transformar a UFSB em um laboratório vivo de sustentabilidade.

A gente tem uma grande oportunidade de ter um planejamento que é o PLS, com todas as suas dificuldades, limitações, falta de padronização na linguagem etc e tal, por mais que a gente tenha isso a gente pelo menos tem algo a servir de orientação. As equipes envolvidas com isso podem olhar para aquele documento e dizer: - eu tenho que correr atrás disso! A gente tem a oportunidade, mesmo que muita coisa desse planejamento, dependa de vontade política, mas o desafio da gente caminhar mesmo sendo poucos com muitas responsabilidades, vamos conseguir dar conta do que a gente disse que é importante ser feito nos próximos 5 anos. O desafio lançado, eu acho que muita coisa ali pode ser feita, muita coisa que foi proposto já vem sendo feito e isso é porque alguns GT não fizeram o diagnóstico se tivessem feito iam ver que aquelas ações já estão sendo realizadas. (RESPONDENTE C)

Na opinião do respondente D “tem tudo para dar certo! ” No entanto, é indicada a necessidade da persistência e da objetividade como elementos cruciais para que as propostas ganhem espaço e possam ser executadas com qualidade. Este respondente afirmou que esse assunto da sustentabilidade é um tema que todo mundo acha importante, mas que requer mudanças de hábitos, reflexões e uma série de mudanças, e destaca que “toda mudança precisa de tempo, de esforço, de se policiar e policiar o outro. Por fim, destaca que se tiver “essas características tem tudo para dar certo nos próximos 5 anos o PLS será um espetáculo”.

Outras falas do respondente F são entusiastas e preveem que nos próximos 5 anos a sustentabilidade estará melhor definida institucionalmente, visto que o Plano de Logística Sustentável já estará em funcionamento, ou seja, estará consolidado do ponto de vista das regras já estabelecidas. Quanto ao processo educativo com as pessoas, o respondente acredita que pode levar mais tempo, pois há uma inércia até que os atores assimilem regras e fluxos. Contudo, o respondente F está seguro que “até lá, já teremos algum efeito, porque as pessoas vão chegando, vão vendo e já tomando conhecimento de como é que funciona e isso ajuda bastante a consolidar” em resumo nos próximos cinco anos segundo o respondente F “as regras estabelecidas e o processo educativo em andamento” pois segundo o mesmo o processo educativo é muito mais longo.

Por fim, entre as entrevistas temos um misto de opiniões, algumas com esperança da formação do que pode ser conceituada como “cultura da sustentabilidade” ou uma forma de “sustentabilidade institucional”. Todavia, nem todas as opiniões levam a acreditar que o PLS, enquanto instrumento da política de sustentabilidade que se estrutura na UFSB, trará grandes transformações em um cenário futuro se não houver a construção de um diálogo e o fortalecimento.

Eu não enxergo, eu simplesmente não enxergo, pois, a minha concepção de sustentabilidade está ligada a essa imbricação de sociedade e natureza, de cultura e natureza a priorização do bem-estar social e da conservação da natureza ao mesmo tempo, eu não vejo isso na UFSB! Principalmente quando você tem uma boa parte das pessoas sem saber o que está fazendo ali, sem entender qual a proposta, eu acho que falta um diálogo mais miúdo mais de perto, uma escuta mais cuidadosa com relação às pessoas (RESPONDENTE G).

Ao pensar nesse futuro buscamos entender se existe um sonho coletivo dentro da instituição, algo que movesse a instituição, que fosse uma direção demonstrando as inclinações e facilitando os processos de tomada de decisão, orientados a partir de sonho partilhado do diálogo entre os atores. De certa forma, durante as entrevistas, alguma expectativa girou em torno da ideia de

que a sustentabilidade dentro da UFSB seria esse sonho comum, tendo em vista que a sustentabilidade é um dos pilares da instituição que aparece nos documentos fundantes. No entanto, esse sonho coletivo está mais próximo do sonho de uma educação pública de qualidade, do que com a sustentabilidade na administração pública.

Então se tem um sonho comum é mais ligado a educação de ter uma educação de qualidade, a educação pública eu acho que é um sonho comum. (RESPONDENTE A).

Nós sonhamos a universidade, era um sonho ou é um sonho construir uma universidade popular, Anisiana, Freiriana, Newtoniana no Sul da Bahia, isso perpassa um pouco nas pessoas que estão aqui é um pouco do perfil, mas dizer que há alguma coisa que nos une em relação a isso, não! (RESPONDENTE B).

Sim, mas não na área ambiental, eu acho que existia no início um sonho comum de ampliar a visão social da universidade com a formação interdisciplinar com a priorização dos jovens menos favorecidos aqueles que nunca entrariam em uma universidade, nesses princípios básicos que são realmente, espero que sejam de fato preservados dentro da UFSB, eu acho que existia um sonho comum, pelo menos até um determinado momento (RESPONDENTE E).

a universidade ela tem crescido, tem se consolidado, enfim com várias questões e problemas naturais para uma universidade tão jovem como a UFSB, mas ela tem crescido né e eu acho que esse sonho comum é um pouco isso é ver assim a gente tomando ganho no mundo, assim tipo, a UFSB existe e ela é reconhecida (RESPONDENTE F).

Alguns dos entrevistados demonstraram ainda não conseguir identificar se de fato existe um sonho comum, mas, sinalizam inclusive a necessidade de um diálogo que traga os sonhos para as pautas como na fala do respondente C, “eu ainda consigo enxergar, a única coisa que eu acho que falta conversarmos exatamente a respeito de que sonho comum é esse”. Por outro lado, na percepção do respondente G não é possível identificar um sonho comum e reforça que “a UFSB sempre foi um cabo de guerra, desde o começo e está aí até hoje desse jeito”, transparecendo mais uma vez a necessidade de construção de um diálogo dentro da instituição. Apenas um entrevistado apontou que documentos como a exemplo do plano orientador, podem apontar para a sustentabilidade em algum momento como um sonho institucional. Para o respondente D, a UFSB é uma universidade que busca a sustentabilidade em suas ações, procura colocar essa demanda em seus processos, que traz o tema da sustentabilidade em seus documentos fundantes.

Ser uma universidade, apesar de que esse é um título muito amplo, mais você ser uma universidade sustentável, uma universidade que realmente tem plantado nos seus processos a questão do meio ambiente e da sustentabilidade de modo geral, não só como meio ambiente mais ética, cultural é um sonho de todos nós, isso está no plano orientador, isso é um orgulho não tem quem não tenha, só que é isso dá trabalho (RESPONDENTE D).

As entrevistas, nos ajudaram a compreender nitidamente que não existe apenas um caminho que apontasse para uma única direção de sustentabilidade, claramente temos concepções diversas de sustentabilidade dentro do processo de construção do PLS da UFSB, tomando Rosana-Silva (2017) como referência para a classificação das concepções de sustentabilidade, buscamos representar no quadro a seguir as dimensões de sustentabilidade que encontramos durante as entrevistas aqui descritas.

Quadro 6 - Dimensões de Sustentabilidade.

Concepções	Dimensão
Pragmáticas	Ser humano-Meio Ambiente: Antropocentrismo Ser humano capaz de usar sem destruir,
	Participação ciência e tecnologia: Ênfase nos resultados
	Valores éticos: Ênfase em comportamentos individuais; Relação direta entre informação e mudança de comportamento
	Dimensão da participação política: O cidadão é o consumidor.
Crítica	Ser humano meio-ambiente: O ser humano pertence a teia de relações sociais, naturais e culturais e vive em interação.
	Participação ciência e tecnologia: Conhecimento científico como produto da prática humana.
	Participação Política: Proposta de cidadania ativa; Fortalecimento da Sociedade Civil; Ênfase na participação Coletiva.
	Participação ciência e tecnologia: Processo de investigação envolve rupturas e mudanças de rumo.
	Valores éticos: Questões controversas são apresentadas na perspectiva de vários sujeitos sociais.

FONTE: Os autores.

Notadamente, uma instituição tão nova como a UFSB precisa de tempo para dialogar sobre quais as expectativas e sonhos cercam a instituição e como torná-las uma realidade, visando construir e reconstruir o planejamento da instituição. É necessário, para isto, olhar para a diversidade de saberes que permeiam o processo de gestão da universidade. Certamente a influência dos olhares e concepções sobre a construção de um planejamento, principalmente

que traz um tema polissêmico como a sustentabilidade, carrega o desafio de construir a proposta de quais sustentabilidades estarão presentes na instituição nos próximos anos.

A descrição acima gera uma preocupação a respeito da sustentabilidade na UFSB, obviamente o desejo daqueles que se empenham para a construção da política de sustentabilidade e seus instrumentos, não desejam que documentos como o PLS da UFSB apareçam apenas como cumprimento estritamente necessário das obrigações legais da instituição. A sustentabilidade é considerada um pilar essencial, estruturante e indissociável da UFSB, como consta nos documentos fundantes, reiterada no seu Estatuto e no Regimento Geral. Todavia, para que uma política direcionada ao tema aflore em uma instituição tão jovem e com tanto potencial, é preciso construir o diálogo principalmente quando se trata de um ambiente novo onde as relações ainda estão em construção.

Os inúmeros desafios institucionais no debate que envolve a proposta de trazer a sustentabilidade para o cotidiano da universidade, exige engajamento, sensibilização para a promoção do diálogo, uma vez que processos exigem tempo de amadurecimento, construção de espaços para dialogar e uma comunicação que ajude a articular pessoas.

O diálogo é o movimento para a construção de um discurso mais plural sobre sustentabilidade, a cinesia permite o caminhar dos processos para que o discurso não se torne raso. Uma vez que existe um compromisso inegociável com a sustentabilidade, entendemos que o diálogo deve estar presente de maneira democrática e em todos os aspectos e espaços dentro da rotina acadêmica. Sem dúvidas a sustentabilidade é um fundamento importante na edificação da UFSB, nessa perspectiva as soluções que subsidiam o plano orientador, compõem um projeto acadêmico orientado pela “interdisciplinaridade e sustentabilidade” (UFSB,2014:06) fortalecendo a ideia de que sustentabilidade não é assunto apenas das ciências ambientais.

O desafio que as universidades trazem também está relacionado com a capacidade de nos manter no verbo esperar, na expectativa de materializar os sonhos e as utopias que ainda acreditamos nos documentos que podem construir uma práxis. A sustentabilidade dentro da UFSB vem ensaiando desde a sua construção diversas maneiras de materializar a ideia de uma universidade que tem como pretensão rumar para alguma sustentabilidade.

Um breve relato sobre observação participante no processo de construção do PLS da UFSB

Em 2019, quando comecei a desenhar este projeto de pesquisa, buscava algo em que eu pudesse olhar para muitas das angústias que vivenciei no decorrer de experiências pessoais e profissionais. Refleti que quando estive no movimento social, tinha muitos sonhos e grande parte desses sonhos mantinha pulsando uma vontade de transformação, mas, que parecia ainda distante. Na sequência, quando trabalhei 5 anos na administração pública, achei que conseguiria chegar mais perto de alguma transformação. No entanto, ainda estava distante, muito distante da mobilização que eu esperava ver para alguma mudança. Contudo, continua sendo desafiador pensar em como a administração pública pode planejar a resolução de algumas questões ainda muito sensíveis para lidar com a sociedade, uma vez que ainda partimos da ideia de desenvolvimentista idealizado pelo sonho capitalista de uma economia forte.

A minha participação no Núcleo de Pesquisa e Extensão de Educação Ambiental - NUPEEA da UFSB, foi marcada em 2019 por um convite feito pela professora Alessandra Buonavoglia para conhecer e contribuir com o processo de construção do PLS da UFSB. A minha lembrança é de como fiquei feliz com a oportunidade de acompanhar um processo como esse dentro de uma universidade pública. Me encantou a possibilidade de poder olhar para uma ferramenta que me ajudasse a compreender melhor a construção de alguns caminhos possíveis rumo a sustentabilidade.

Com o desafio aceito, adentrei no universo das reuniões da CPS que aconteceram de março a dezembro de 2019. No decorrer das reuniões da CPS, os GTs foram sendo formados e, paralelamente às reuniões da CPS, fomos construindo o que seria o GT de Educação Ambiental, mesmo ainda com pouca participação e na expectativa de apresentar em agosto de 2019. Ao montar a apresentação que faríamos na reunião da CPS, as pessoas que estavam na construção do GT de Educação Ambiental entendiam que o desafio de construir o eixo sobre educação ambiental não poderia ser uma tarefa para 3, 4, 5...nem 10 pessoas, precisávamos de grupos mais diversos.

Diante das necessidades de ampliar a participação e no intuito de atingir a comunidade acadêmica, dentro da proposta que foi apresentada pelo GT de EA na reunião da CPS, uma minuta construída pelo GTEA com a estrutura pensada para o capítulo de educação ambiental que iria compor o PLS da UFSB unido a ideia de realizar uma consulta pública na Semana Nacional de Ciências e Tecnologias Ambientais - SNCT. A construção da audiência pública aconteceu de maneira intensa, foram muitos aprendizados e estímulos que fomentaram o

processo criativo, subsidiando a construção do projeto de pesquisa, cabe destacar que a formação do GT de Educação Ambiental foi constituída oficialmente através da portaria nº 032/2019 em 18 de dezembro de 2019.

- **Consulta Pública em 2019**

Figura 5 - Facilitação gráfica da consulta pública.



Fonte: GT de Educação Ambiental PLS/UFSB.

A Consulta Pública do PLS/UFSB, foi realizada em 2019 durante a Semana Nacional de Ciências e Tecnologias - SNCT, e a partir da parceria entre o NUPEEA, Pró-Reitora de Extensão e Cultura - PROEX e a Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social - PROSIS. O planejamento do evento e mobilização foi sendo construído coletivamente, tendo como principal objetivo estimular a participação da comunidade acadêmica para a construção do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS nos três *campis*, simultaneamente.

O evento ocorreu de forma híbrida, de modo a permitir que as pessoas presentes nos três *campi* da UFSB interagissem, fortalecendo a comunicação e troca de experiência na universidade. A programação foi realizada em 2 dias. O primeiro foi dedicado ao relato de experiências da comunidade acadêmica. Neste dia, cada participante recebeu um material, no qual apresentava um pequeno referencial teórico de cada tema que iria compor o PLS da UFSB, cada participante escolhia o tema por afinidade. Após a leitura do material de referência, foram formados grupos com os presentes que tinham como contribuição listar as atividades relacionadas aos 11 temas que compunham a proposta de PLS da UFSB. Os participantes

trouxeram atividades, ações e quaisquer iniciativas que já haviam vivenciado ou de alguma forma sabiam que aconteciam nos espaços da universidade.

Destacamos que este momento foi fundamental para o levantamento participativo das ações que correspondiam aos temas do PLS da UFSB. A partir daí, foi possível mapear alguns projetos e ações dentro do território de atuação da universidade. Os três *campi* trabalharam na construção de propostas de ações dentro dos eixos temáticos do PLS. Essas propostas foram, posteriormente, compiladas com intenção de serem publicizadas pelo GT de Educação Ambiental.

Figura 6 - Facilitação gráfica dentro da consulta pública na SNCT.



Fonte: GT de Educação Ambiental PLS/UFSB.

No segundo dia, ocorreu a apresentação de indicadores de Política Pública de Educação Ambiental da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental - ANPPEA, com participação de Maria Cristina Vieira (Tita) que representou a ANPPEA. O objetivo de trazer esses indicadores foi de contribuir com a avaliação e o monitoramento do PLS/UFSB. Nesta perspectiva, os indicadores da ANPPEA foram aprovados com unanimidade pelos presentes, que acharam pertinente a utilização do instrumento para auxiliar no processo de construção e elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFSB.

A ANPPEA apresenta 8 dimensões: Dimensão Diagnóstica, Dimensão da Participação e Construção Coletiva, Dimensão da Formação Dialógica, Dimensão da Intervenção Socioambiental, Dimensão Indivíduo/ Subjetividade, Dimensão da Complexidade, Dimensão da Comunicação, Dimensão Institucional (ANPPEA, 2018; Figura 7).

Figura 7 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Política Pública de Educação Ambiental.



Fonte: ANPPEA. Sumário Executivo - Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. Brasília/ DF, 2018. Disponível em: http://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2018/10/sumarioexecutivoindicadores_05_12.pdf

As dimensões propostas pela ANPPEA tiveram boa aceitação, por apresentar dentro de cada dimensão um método que permite enxergar os passos para a execução que consistem em elaborar um diagnóstico, em construir uma mobilização, fomentar processos de formação, avaliar os processos uma vez que se propõe construir uma participação que fortaleça o cenário de construção de políticas públicas. O PLS ou mesmo a política de sustentabilidade da UFSB podem encontrar suporte para sua execução nesses indicadores, uma vez que a discussão a respeito das dimensões propostas pela ANPPEA traz a Política Pública de Educação Ambiental para o debate. Cabe destacar que, na ocasião, a preocupação que fez emergir a referida consulta pública está ligada diretamente a preocupação em tornar o processo de construção do PLS verdadeiramente participativo.

Em 2020, com a Formalização dos GTs, priorizamos a organização dos dados da audiência pública através de uma compilação construída coletivamente e socializada durante as reuniões do GT de Educação Ambiental. Esse trabalho resultou em um produto do GT de Educação Ambiental, ainda não publicado em fase final de revisão final, que recebe o nome de “Compilado da Consulta Pública do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal do Sul da Bahia”.

Figura 8 - UFSB Sustentável



Fonte: GT de Educação Ambiental PLS/UFSB.

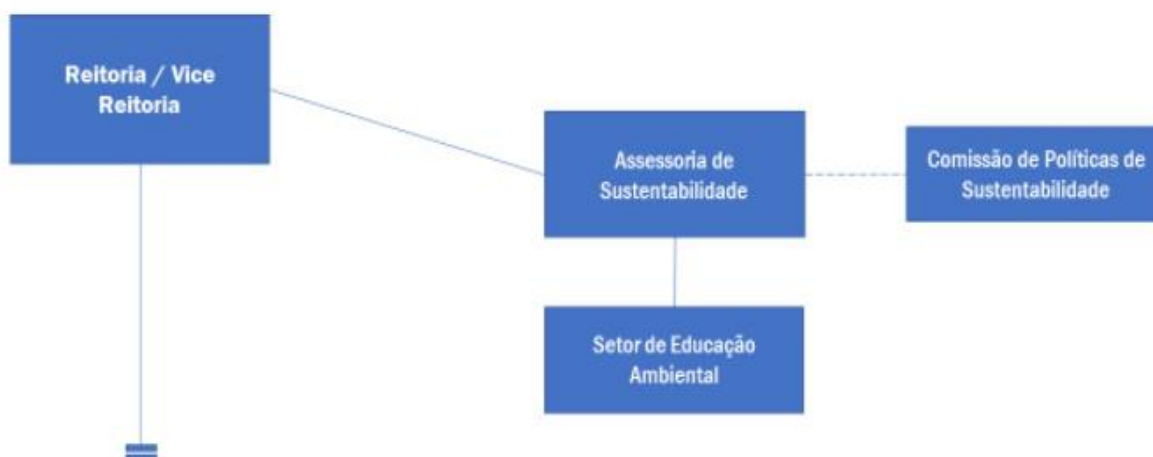
As reuniões do GT de Educação Ambiental a partir de março de 2020 seguiram ocorrendo quinzenalmente, às sextas-feiras com pautas específicas: a compilação da SNCT, discussão de artigos relacionados a Educação Ambiental e o diagnóstico das ações de educação ambiental que já acontecem na Universidade dentro do ensino, extensão e da pesquisa que tem papel de subsidiar a elaboração do eixo de educação ambiental do PLS da UFSB. O GTEA pautado na Política Nacional de Educação Ambiental, buscou nas suas ações envolver os outros GT's, com o objetivo de formar um debate sobre o processo de construção do Plano de Gestão de Logística Sustentável, um dos eventos realizados pelo GTEA em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental - NUPEEA, Pró-Reitora de Extensão e Cultura - PROEX e a Assessoria de Sustentabilidade - ASSUS, mobilizou o público para o evento em formato remoto chamado “Ambientalização Universitária para Construção de Sociedades Sustentáveis: Pensando o Plano de Logística Sustentável da UFSB”, realizado em 18 de setembro de 2020, com a participação do Professor Marcos Sorrentino (ESALQ/USP/OCA) e Miguel Cooper (ESALQ/USP).

Na ocasião, a gestão da universidade passou por um processo de mudança na gestão, onde a Sustentabilidade que anteriormente estava como responsabilidade da Pró-reitoria de Sustentabilidade e Integração Social - PROSIS, sendo responsabilidade da Assessoria de Sustentabilidade ligada diretamente à Reitoria. Uma das justificativas para a criação da Assessoria de Sustentabilidade - ASSUS estaria nas dificuldades que a PROSIS enfrentava com atendimento de demandas específicas da integração social, principalmente diante de um cenário

de pandemia, e que ASSUS, teoricamente teria mais fôlego para as pautas específicas da sustentabilidade na UFSB.

A UFSB desde a sua fundação, tem a sustentabilidade como prioridade, uma vez que esse tema está nos pilares da universidade, desde o processo de criação, instalação e execução da Universidade construir a sustentabilidade institucional traz grandes desafios. A ASSUS “foi criada com o objetivo de formular, coordenar e acompanhar a política, planos, programas e atividades de sustentabilidade da instituição” com uma perspectiva voltada para o “trabalho conjunto, intercooperativo, participativo e voluntário (por adesão) com a comunidade acadêmica e com o território de inserção da UFSB”. O organograma abaixo demonstra a preocupação da assessoria em garantir o espaço ao Setor de Educação Ambiental, a Comissão de Políticas de Sustentabilidade - CPS em caráter consultivo, assumindo um papel importante diante da realização das atividades da Assessoria.

Figura 9 - Organograma ASSUS



Fonte: <https://ufsb.edu.br/a-ufsb/assessorias/assus>

Foi neste contexto de transição de PROSIS para ASSUS que o evento de Ambientalização Universitária Pensando o Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal do Sul da Bahia foi pensado. O GTEA junto ao NUPEEA, PROEX, Pró-reitoria de Tecnologia da informação - PROTIC trabalharam no evento que mobilizou representantes dos GTs e demais interessados para participar do evento.

- **Ambientalização Universitária e o Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal do Sul da Bahia**

O evento “Ambientalização Universitária Pensando o Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal do Sul da Bahia” reuniu diversos representantes dos Grupos de Trabalho que compõem o PLS da UFSB. Esses grupos como já abordamos anteriormente, são responsáveis pela elaboração dos textos dos eixos temáticos que irão compor o plano da Universidade. Neste contexto, o evento trouxe uma apresentação do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFSB, que consistia em um breve relato sobre o processo de construção do plano na universidade, proporcionando além de uma maior aproximação do tema despertou na comunidade acadêmica um momento de troca de experiências e reflexão a respeito do processo, que deve ser considerado no contexto da elaboração do PLS da UFSB. Devido a pandemia do Sars-cov 2, o evento foi transmitido pelos canais de comunicação *YouTube* e *Google Meet*, no qual o público geral acompanhou pelo *YouTube* e os membros dos GTS/PLS e organização pelo *Google Meet*. A dinâmica das falas que o evento adotou foi apresentação dos convidados e posteriormente eram abertos blocos de perguntas recolhidas no *YouTube* e *Google Meet* pela organização do evento (monitores) e respondidas pelos convidados, animando dessa forma o debate e a troca de experiências.

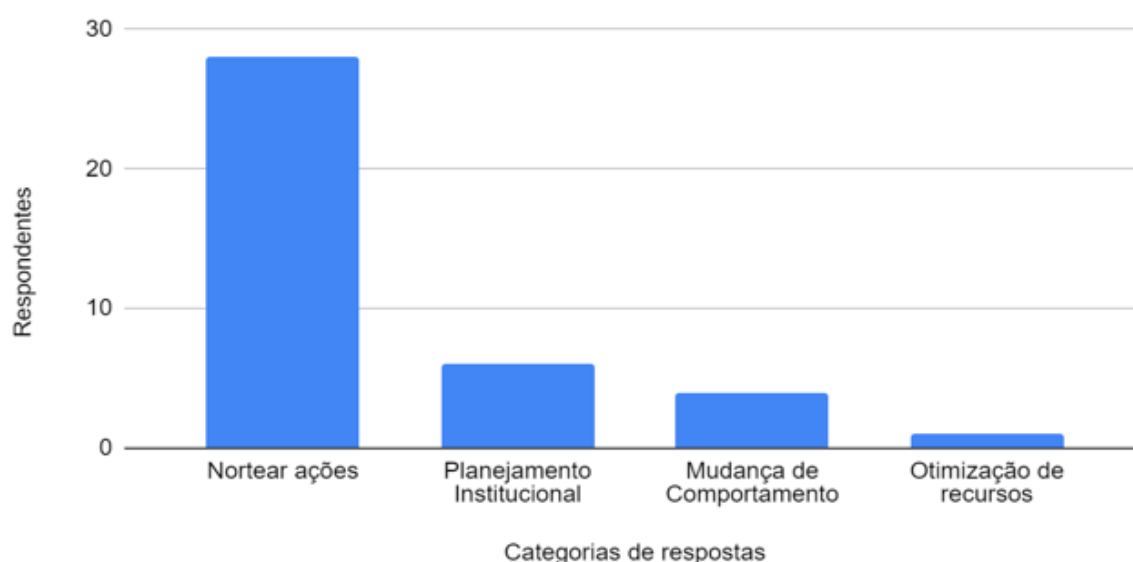
Cabe destacar que o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental da UFSB (NUPEEA/UFSB), a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), a extinta Pró-reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (PROSIS), a Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) participaram ativamente na organização dos eventos supracitados que contribuíram para subsidiar o processo de construção do PLS da UFSB. A organização do evento de “Ambientalização Universitária para a construção de Sociedades Sustentáveis: pensando o PLS da UFSB” contou com uma importante coleta de dados que buscou compreender de que forma os GTs do PLS estavam caminhando com os trabalhos, para isso foi elaborado de maneira colaborativa (NUPEEA, PROEX, GTEA) um questionário encaminhado para os membros dos GTs totalizando 43 respostas. Dois (02) respondentes foram excluídos das análises, uma vez que não responderam a questão 1 que consistia em concordar ou não em responder às questões. O questionário era composto por 5 questões apresentadas abaixo:

- De quais GTs você faz parte?;
- Como você acha que o PLS (Plano de Logística Sustentável) contribui para a sustentabilidade da instituição?;

- Qual é o seu papel no processo de elaboração do PLS?
- Como está o andamento dos trabalhos do GT que você participa?

As análises das respostas às questões acima contribuíram para a compreensão da dinâmica dos demais GTs. A partir daí foi possível dimensionar, por exemplo, que 9 dos respondentes estão em pelo menos 2 GTs, o que demonstra engajamento por parte de alguns servidores e indica sobrecarga de trabalho dos mesmos. A partir da questão 3, nota-se que a maior parte dos respondentes compreendem que o PLS deve orientar ações que conduzam a instituição à Sustentabilidade (gráfico 03), em conformidade com o Decreto nº 7.746, de 5 de jun. de 2012 e a Instrução Normativa Nº 10, de 12 de nov. De 2012, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável.

Gráfico 3 - Como você acha que o PLS (Plano de Gestão de Logística Sustentável) contribui para a sustentabilidade da instituição?



FONTE: Os autores.

Dando continuidade às análises das questões, quando questionados sobre o seu papel dentro dos GT's, 32 dos respondentes sinalizaram suas contribuições em diversos aspectos, seja coordenando os GTs, no levantamento das legislações pertinentes ao tema, levantamento de dados para a fase diagnóstica, contribuindo com as suas expertises visando o desenvolvimento do documento e até ouvindo a comunidade acadêmica e propondo dentro do GT ações que irão compor o plano. Entretanto, pelo menos 9 pessoas responderam que não participaram de nenhuma reunião do GT ou que não sabem informar sobre seu papel no GT. Donde percebe-se

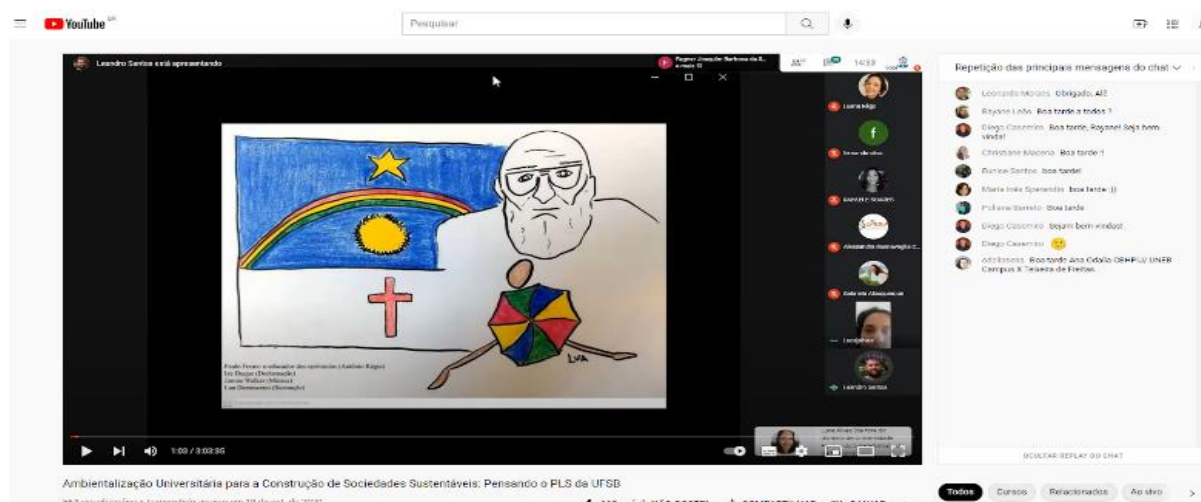
que a maior parte dos integrantes dos GTs trabalhou ativamente na elaboração de seu capítulo do PLS.

Finalmente ao chegar nas análises referentes à questão 5, quando questionamos como estava o andamento dos trabalhos do GT que o respondente participava, 15 deles não souberam responder ou foram inconclusivos nas suas respostas ou por não participarem ativamente do grupo ou por demonstrar não ter certeza do que estavam dizendo, entretanto dos que souberam responder com exatidão demonstraram que o GT Água e efluentes estava em fase Inicial de estruturação do capítulo e o GT de Agroecologia em processo de Conclusão da fase Diagnóstica. Cabe destacar que alguns respondentes sinalizaram atraso nos trabalhos dos GTs nos quais participavam, devido a pandemia do Coronavírus, entre eles estão: energia elétrica, resíduos sólidos, água e efluentes; compras, contratações sustentáveis e redução do consumo; e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Nesse movimento a construção do PLS demonstrou até aqui um desejo de que pouco a pouco, a visão ingênua acerca dos problemas ambientais dentro da universidade ganhe força, o que se espera dentro do espaço acadêmico são oportunidades de refletir de forma mais profunda, fundamentada e alicerçada em pressupostos teórico-epistemológicos, que viabilizem o alcance de valores sociais voltados à construção de uma sociedade de direitos, socialmente justa e sustentável (GUERRA; FIGUEIREDO,2014:02).

Os convidados como o Prof. Miguel Cooper e o Prof. Marcos Sorrentino, com atuação na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP, falaram sobre as suas experiências de construção de planos participativos, das dificuldades em colocar a sustentabilidade como um debate a ser construído no cotidiano da universidade. O evento de ambientalização contou com boa participação dos grupos de trabalho do PLS, com um número de 118 curtidas percebe-se uma avaliação positiva do público que assistiu o evento através da plataforma *YouTube*, mas não conseguimos um quantitativo exato das visualizações, na plataforma do *Google Meet* 22 participantes dos GTs do PLS estiveram presentes.

Figura 10 - Ambientalização Universitária para a Construção de Sociedades Sustentáveis: Pensando o PLS da UFSB.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=e-VSLg4t5z0&t=950s>

Concordamos que ambientalizar a universidade abre possibilidades desenvolver familiaridade com temas relacionados à sustentabilidade, “abrindo caminhos para discussões, tomadas de decisão e compromisso com a implementação de ações de responsabilidade socioambiental” (GUERRA, et al., 2015:13). O caminho da ambientalização é fundamental na construção de PLS, já que garante a liberdade de construção sem a pretensão de encontrar uma receita pronta, “o importante é identificar potenciais características para a inserção da temática e iniciar processos que tenham como fim a ambientalização, pois a universidade não vive isolada no contexto; ela é parte integrante da sociedade” (GUERRA, et al., 2015:16).

Se identificarmos as potenciais características da sustentabilidade no contexto de criação e implantação da UFSB, parece fácil a incorporação da sustentabilidade no contexto de uma universidade federal que já nasce com a perspectiva de incorporar a sustentabilidade no cotidiano da instituição. No entanto, são inúmeros os desafios de construir um plano, que passa pelo sonho de que universidade queremos na região sul da Bahia nos próximos 2 ... 3... 5 ... ou 10 anos, é urgente a mobilização da comunidade acadêmica para a edificação de diálogos que podem construir o futuro da instituição.

Aqui chegamos em um ponto, onde é importante observar que condições que vêm sendo construídas para viabilizar o diálogo dentro dos espaços da UFSB, entendemos até o momento que essa universidade se instalou no território Sul da Bahia, foi sonhada e desejada na perspectiva não apenas de estar presente, mas no intuito de atender às exigências do mundo contemporâneo. Para entender as relações no ambiente de trabalho dentro da instituição, teremos que entender sobre as concepções que circulam esse diálogo da sustentabilidade.

CAPÍTULO VI: REFLEXÕES FINAIS

Ao observar o processo de construção do PLS da UFSB, diversos olhares sobre as perspectivas do que vem a ser sustentabilidade apareceram de maneira plural, durante o desenvolvimento da pesquisa a sustentabilidade se apresentou de diversas formas, ângulos, visões e caminhos, em alguns momentos achei que pudesse estar perto de encontrar um caminho que me trouxesse com exatidão por onde poderíamos caminhar. Enxergar a complexidade na experiência de investigação/observação das amarrações que circundam o processo de construção de Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS, ampliou significativamente o nosso olhar para compreender que as dificuldades que se enfrenta hoje na construção de um planejamento voltado para sustentabilidade na Universidade Federal do Sul da Bahia não destoa de outras IFES no Brasil.

Quando olhamos para os compromissos assumidos sobre sustentabilidade na Universidade Federal do Sul da Bahia, foi necessário um olhar atento sobre os documentos fundantes, em relatórios de gestão e em algumas entrevistas, que nos levam a compreensão de que a sustentabilidade se apresenta como um ponto relevante na caminhada institucional de construção e implantação da UFSB. Identificar como a construção da sustentabilidade na UFSB vem sendo conduzida, nos ajudou a traçar um entendimento mais consistente sobre o processo de elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da referida universidade. Contudo nesse percurso achamos pertinente buscar compreender o estado da arte de planos de gestão de logística sustentável em outras instituições de ensino superior, ambicionando encontrar elementos que nos ajudaram a refletir e que subsidiaram as análises desta pesquisa para depois retomar o caso específico da UFSB e o desenrolar da construção do plano na rotina dos *campi*.

Neste contexto, ao olhar outros processos de construção de PLS em IFES, percebemos 2 pontos de extrema relevância para o desdobramento deste estudo: 1. A presença da educação ambiental na construção dos PLS e 2. As diferentes concepções de educação ambiental e de sustentabilidade que permeiam o processo de construção desses planos. O primeiro ponto, está relacionado à percepção de que a maior parte dos planos trazem a Educação Ambiental descrita no PLS, o que reforça a ideia de que a Política Nacional de Educação Ambiental, deveria ser apontada na instrução normativa que orienta a construção de Planos de Gestão de Logística Sustentável como uma iniciativa a ser observada. O segundo ponto está diretamente relacionado às diferentes concepções de sustentabilidade e educação ambiental, que permeiam a construção dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, sabendo que a diversidade sociocultural está

diretamente relacionada com a maneira como a comunidade acadêmica está estruturada e a sua influência no processo de elaboração do plano.

O PLS não é uma ferramenta de transformação de uma instituição em uma referência de sustentabilidade, talvez seja um caminho para planejamento e diálogo sobre novas maneiras de pensar a gestão pública. Ampliar o debate, a mobilização, o engajamento e o diálogo é uma tentativa de construção de caminhos possíveis em meio à crise socioambiental que enfrentamos, todavia não devemos criar grandes expectativas no que se refere a mudança paradigmática apostando em uma ferramenta burocrática como o PLS. Devemos ter claro que o objetivo de uma ferramenta como o PLS não é a construção de uma visão crítica de sustentabilidade, mas da promoção do desenvolvimento sustentável, ou seja, garantir a redução de impactos nas compras e quem sabe a longo prazo reduzir algumas despesas.

Independente dos objetivos por trás de um planejamento “sustentável” é importante sensibilizar para a construir ou incorporar qualquer proposta no cotidiano de uma instituição, o processo é exaustivo e desafiador, como constatei na observação participante, onde acompanhei a instituição de perto, enquanto estudante e também como integrante do GT de Educação Ambiental, no contexto de elaboração do PLS. Através da escuta e registros em reuniões, eventos e demais espaços que favoreceram a troca de saberes e o diálogo que me proporcionaram uma aproximação importante na perspectiva da comunidade acadêmica que forma a UFSB.

Ao longo deste estudo, seja olhando para todas as IFES ou apenas para o estudo de caso da UFSB, nota-se que os dilemas para a construção de Sustentabilidades são muito similares, o que indica que estes dilemas não estão necessariamente relacionados ao tempo de existência da instituição ou mesmo da sua maturidade acadêmica/administrativa. Em um primeiro momento, nota-se que estes dilemas refletem o que se observa na própria sociedade, onde a polissemia em torno do conceito e as dificuldades em torno do estabelecimento de consensos mínimos interditam o diálogo entre os atores. Num segundo momento, nota-se que estes dilemas se agravam quando características presentes hoje na administração pública se apresentam, a exemplo do sucateamento das instituições que geram falta de recursos e sobrecarga de trabalhos que atrapalham a construção e implementação de políticas públicas e de seus instrumentos.

Encontramos grande dificuldades em encontrar publicações acadêmicas a respeito da elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável na administração pública, mesmo 10 anos após a publicação do decreto 7.746/2012 e da Instrução Normativa nº 10/2012. Neste sentido, entendemos a importância de outros estudos e experiências que questionem o que temos como caminho, reinventem e modifiquem o olhar sobre o que temos como certo, que

abram a participação o diálogo sobre o que estamos construindo, pautada na liberdade de buscar novos rumos para a construção de uma administração pública e nos demais espaços que almejem novas possibilidades de sustentabilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil : caminhos trilhados, desafios e possibilidades / Organizadores: A.Ruscheinsky, A.F.S.Guerra, M.L.Figueiredo, P.C.S.Leme, V.E.L.Ranieri, W.B.C.Delitti. São Carlos : EESC/USP, 2014. [350] p. ISBN 978-85-8023-021-5

Ambientalização e sustentabilidade nas universidades: [recurso eletrônico] subsídios, reflexões e aprendizagens/ Antônio Fernando Silveira Guerra (org.). - 1 ed. - dados eletrônicos. - Itajaí: Ed da UNIVALE, 2015.

Adams C (2000). As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia 43(1): 145-182.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: adjetivo ou substantivo?. Perto da natureza: entendendo a relação sociedade-natureza. 2011. Disponível em: <<https://pertodanatureza.wordpress.com/2011/06/17/sustentabilidade-para-leonardo-boff/>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, vol. especial, dez 2008.

CARVALHO, Isabel C.M. Educação para Sociedades Sustentáveis e Ambientalmente Justas, Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. especial, dezembro de 2008.

DOWBOR, Ladislau. A difícil transição para sociedades sustentáveis, Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis/ Marcos Sorrentino; Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Simone Portugal; Fernanda Corrêa de Moraes; Rafael Falcão da Silva (org). Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017. 344 p. Vários autores.

FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). : Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3 Brasília: MMA/DEA, 2013.

MCCORMICK,, John, 1964- M429r Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista / John McCormick; tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992.

GIANELLA, V. Perspectivas e desafios da participação em tempos de crise democrática. ISSN - 2237-7840. Revista NAU Social - v.09, n.16, p. 91 – 106 Maio 2018 / Out 2018

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.

LIMA, Gustavo .F.C EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: Possibilidade e falácias de um discurso, 2002.

LAMIM-GUEDES, Valdir. Pegada ecológica: consumo de recursos naturais e meio ambiente. Revista Educação Ambiental em Ação, n. 38, set. 2018.

VIEZZER, M. L.; OVALLES O. Manual Latino Americano de Educ-Ação Ambiental, São Paulo: Gaia, 1994.

FOLADORI, Guillermo Avanços e limites da sustentabilidade social, R. paran. Desenv., Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

COSTA-PINTO, Alessandra B. Educação Ambiental, Construção de Sociedades Sustentáveis e os Afetos em Espinosa. ISBN 978-972-8827-95-3 De Oriente a Ocidente: estudos da Associação Internacional de Lusitanistas Volume IV – Estudos da AIL sobre o Brasil, Coimbra, 2019

BRASIL. PNMA. Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília-DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acesso em 15 out. 2020.

BRASIL. CF. Constituição da República Federativa do Brasil, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 15 out. 2020.

BRASIL. PNEA. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília-DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 01 out. 2020.

BRASIL. Portaria no 217, de 30 de julho de 2008. propõe a inserção de critérios socioambientais na gestão dos serviços públicos em todos os níveis de governo. Ministério do meio Ambiente. Brasília, DF.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 4a. ed. [S.l.]: [s.n.], 1999.

BRASIL, SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Instrução Normativa nº 10, Brasília - DF, 2012.

Marchioro GB, Nunes MA, Dutra GF, Moura RL, Pereira PG (2005). Avaliação dos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e adjacências. Megadiversidade 1(2): 225-310.

MENGA LUDKE E MARLI E. D.A. ANDRÉ Pesquisas em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, v. III, 1986.
BRANSK, R. M.; FRANCO, R. A. C.; LIMA Jr., O. F. Metodologia de Estudo de Casos Aplicada à Logística, Salvador - Ba: 2010.

MMA (2002). Zona Costeira e Zona Marinha. In: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável dos benefícios da biodiversidade dos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF. p. 267-340.

Marchioro GB, Nunes MA, Dutra GF, Moura RL, Pereira PG (2005). Avaliação dos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e adjacências. Megadiversidade 1(2): 225-310.

Moura RL (2003). Brazilian reefs as priority areas for biodiversity conservation in the Atlantic

LIMA, Gustavo .F.C O Debate da Sustentabilidade na Sociedade Insustentável. Política & Trabalho, 1997.

BRASIL. Decreto nº 7.746/12. Brasília-DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em 20 Mai. 2021.

Ocean. Proceedings of the 9th International Coral Reef Symposium 9: 917-920.

Oliveira, Jose A. P. Rio+20: What we can learn from the process and what is missing Cad. EBAPE.BR, v. 10, no 3, artigo 2, Rio de Janeiro, Set. 2012.

LAYRARGUES, Philippe P. A Resolução de Problemas Ambientais Locais Deve Ser um Tema-Gerador ou a Atividade-Fim da Educação Ambiental?, ResearchGate. 1999 Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/237652397_A_resolucao_de_problemas_ambientais_locais_deve_ser_um_tema-gerador_ou_a_atividade-fim_da_educacao_ambiental_1 Acesso em 13 out. 2020.

Rocha, Lurdes Bertol. A região cacauieira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa : saga, percepção, representação / Lurdes Bertol Rocha. – Ilhéus : Editus, 2008.

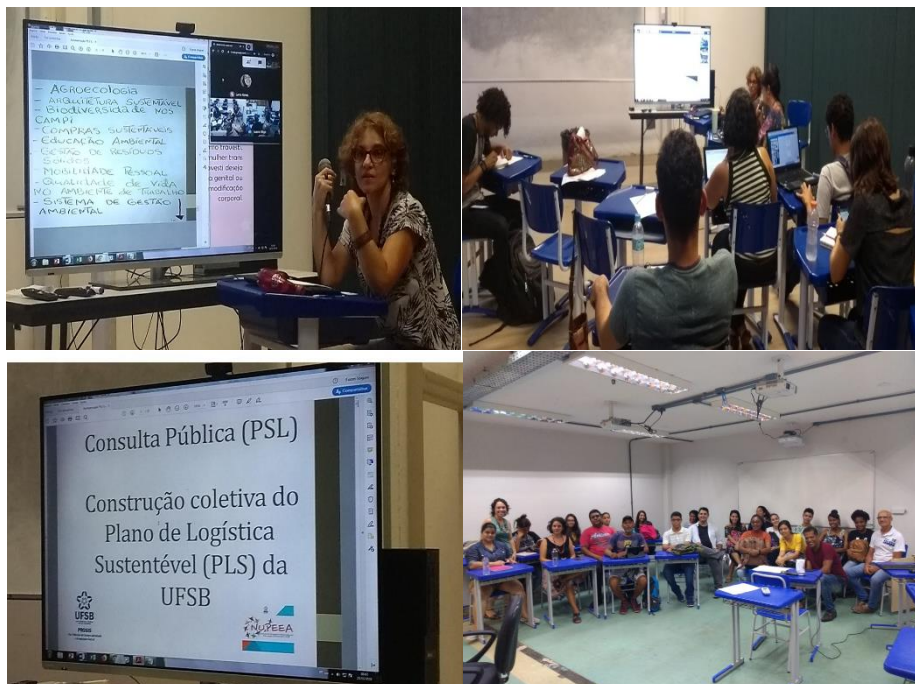
MATERIAL SUPLEMENTAR

Anexo I - Cartaz consulta pública



Mais detalhes da divulgação no site:
<https://ufsb.edu.br/prosis/dsis1/informes-dsis/341-audiencia-snct-pls-2019.html>

Anexo II -Imagens/registros consulta pública na SNCT 2019/UFSB.



QUESTÕES APLICADAS AOS GRUPOS DE TRABALHO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFSB.

- 1- Diga se concorda responder as questões abaixo, sabendo que sua identidade não será revelada
- 2 - De quais GTs você faz parte?
- 3- Como você acha que o PLS (Plano de Logística Sustentável) contribui para a sustentabilidade da instituição?
- 4 - Qual é o seu papel no processo de elaboração do PLS?
- 5- Como está o andamento dos trabalhos do GT que você participa?

UF: BA **Município:** TEIXEIRA DE FREITAS
Telefone:
(73)3291-2089 **E-mail:** cep@ufsb.edu.br

Página 05 de 06

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB

Continuação do Parecer: 4.979.765

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TEIXEIRA DE FREITAS, 16 de Setembro de 2021

Assinado por:
Ana Paula Pessoa de Oliveira
(Coordenador(a))

Avenida Getúlio Vargas, nº 1732 A
Endereço:
Bairro Monte Castelo
Bairro: CEP: 45.996-108
UF: BA **Município:** TEIXEIRA DE FREITAS
Telefone:
(73)3291-2089 **E-mail:** cep@ufsb.edu.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS
Nº466/2012 e Nº510/2016, MS.**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa que tem como título “Uma Análise do Processo de Elaboração do Plano de Logística Sustentável da Universidade Federal do Sul da Bahia à luz da Educação Ambiental”, sob a responsabilidade da pesquisadora Marilua Áurea Damasceno Barbosa e que conta com as orientações do Prof. Dr. Leonardo Evangelista Moraes e Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto. Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFSA com as lentes da Educação Ambiental Crítica, vislumbrando a construção de Sociedades Sustentáveis. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista semiestruturada, com perguntas sobre o processo de elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal do Sul da Bahia com um tempo médio de duração de 60 minutos. Se o (a) Senhor(a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir com processos de elaboração de planos voltados para a sustentabilidade de outras Instituições de Ensino Superior e/ou quaisquer órgão público que ambiciona a construção de uma política voltada a sustentabilidade institucional, ou mesmos pesquisadores interessados no tema em questão.

Quanto aos benefícios da pesquisa, esperamos contribuir com a discussão da sustentabilidade dialogando com a construção da ideia de sociedades sustentáveis que não tem um conceito prescritivo do que vem a ser uma sociedade sustentável mais que vislumbra inúmeras possibilidades que permeiam o universo de concepções e entendimentos direcionados para uma nova maneira de pensar o mundo contemporâneo. Embora acreditemos que o presente trabalho apresenta riscos mínimos, cabe ressaltar que os (as) participantes terão a garantia de desistir de participar a qualquer momento da pesquisa, caso sintam-se impossibilitados(as), sem prejuízo algum para si.

As entrevistas serão agendadas com antecedência mínima de 1 semana e ocorrerão exclusivamente de maneira meta-presencial preferencialmente pela plataforma google meet, gravadas com prévia autorização do entrevistado (a). Não haverá remuneração ou custo algum para os (as) participantes. Se depois de consentir sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Devido a pandemia de COVID-19, todas as entrevistas deverão ser realizadas de maneira remota, não gerando qualquer risco de contaminação aos participantes, talvez algum constrangimento, alguns participantes poderão sofrer danos decorrentes da participação na pesquisa, a exemplo do desconforto em participar de entrevista ou ao apresentar informações do seu ponto de vista sobre a gestão da UFSA, contudo os participantes estarão cientes de que possuem o direito de se retirar da pesquisa interrompendo a participação a qualquer momento, sem nenhuma penalidade participante.

Quanto à garantia do sigilo e da privacidade, a identidade dos (as) participantes da pesquisa será mantida em sigilo durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação. Nesse

sentido, nomes de participantes que eventualmente apareçam na escrita dos resultados e na análise dos dados serão fictícios. Os dados da pesquisa serão analisados por meio de técnicas qualitativas, como o Análise de conteúdo, transcrição das entrevistas com o intuito de uma compreensão profunda dos fenômenos estudados, respondendo aos objetivos da pesquisa.

Para esclarecimento de dúvidas ou qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no seguinte endereço: Rua Bohemia, casa 03, Taperapuan, Porto Seguro, CEP: 45810-000, pelo telefone (73) 99917-7745, e-mail: lua.tucuxi@gmail.com. Também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), pelo endereço:

Av. Getúlio Vargas, nº 1732, Bairro Monte Castelo CEP: 45.996-108, Teixeira de Freitas, Bahia, telefone: (73) 3291-2089, e e-mail: cep@ufsb.edu.br. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa.

Agradeço a disponibilidade em participar dessa pesquisa!

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO/LEITURA

Eu, _____,
fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias, as quais serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Instrumento para as entrevistas semiestruturadas com gestores e ex-gestores da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB.

1- Identificação da entrevista

Data:

Número da entrevista:

Número do Entrevistado:

Nome do Entrevistador:

2- Roteiro para o levantamento socioeconômico

2.1 Sexo: () Feminino () Masculino () Transgenero

2.2 Idade:

2.3 Profissão:

2.4 Escolaridade:

2.5 Observações extras (Realizadas pelo entrevistador)

3- Roteiro para o levantamento sobre Gestão da UFSB

3.1. Desde quando você atua na UFSB?

3.2. Como você caracteriza o processo de construção da Política de Sustentabilidade da UFSB?

3.3. Desde a sua criação, você identifica algum fator da UFSB que fomentou ou pode fomentar a construção e aplicação de política e instrumentos de Sustentabilidade? Poderia descrever?

3.4. Desde a sua criação, existe algum fator ou processo que dificultou ou dificulta a aplicação de política e instrumentos de Sustentabilidade? Poderia descrever?

3.4. Você identifica um sonho comum na instituição?

3.5. Como você vê a construção do Plano de Logística Sustentável na Universidade?

3.6. Como você enxerga a sustentabilidade no cotidiano na UFSB nos próximos 5 anos?

Questionário para validação de informações referentes à elaboração de Planos de Logística Sustentável em IFES ligadas a ANDIFES.

Prezado(a) Gestor(a),

Meu nome é Marilua Damasceno e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias (PPGCTA), curso interinstitucional suportado pelo Instituto Federal da Bahia e Universidade Federal do Sul da Bahia. A minha dissertação intitulada Uma Análise do Processo de Elaboração do Plano de Logística Sustentável da Universidade Federal do Sul da Bahia à luz da Educação Ambiental é orientada pelo Prof. Leonardo Evangelista Moraes e pela Profa. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto, e tem o objetivo de Analisar a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFSB com as lentes da Educação Ambiental Crítica, vislumbrando a construção de Sociedades Sustentáveis.

Neste sentido, uma das etapas da minha pesquisa consiste em identificar e caracterizar os Planos de Logística Sustentável construídos nas IFES associadas à ANDIFES.

Diante do exposto e com base na Lei de Acesso à Informação (LEI Nº 12.527/2011), gostaria de convidá-lo(a) a responder este questionário, o qual é composto por 21 questões e o seu tempo médio de preenchimento é de 10 min.

Agradecemos a atenção e colaboração com a nossa pesquisa.

Att,

Marilua Damasceno (lua.tucuxi@gmail.com)

Leonardo Evangelista Moraes (leomoraes@ufsb.edu.br)

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto (alessandra.nupee@csc.ufsb.edu.br)

Informações básicas sobre a IFES

1. Qual o nome da Instituição?
2. Qual o ano de criação da Instituição?
3. Qual unidade de gestão é responsável pela criação e coordenação da Política de Sustentabilidade da Instituição?
4. A unidade de gestão responsável pela Política de Sustentabilidade da IES é ligada à Reitoria ou à Pró-Reitoria? Qual Pró-Reitoria?

Informações sobre o PLS

1. A Instituição tem um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) elaborado?

() Sim
() Não

2. Caso tenha respondido não para a questão anterior, identifique a alternativa mais próxima do atual status do PLS na instituição.

() em apreciação final pelas instâncias superiores da instituição

☐ em fase avançada de elaboração para envio às instâncias superiores

☐ em fase inicial de elaboração

☐ os trabalhos para a construção do PLS não foram iniciados

outros: _____

3. Qual o órgão/unidade da Instituição que liderou/a o processo de construção do PLS?

4. Quanto tempo foi investido para em todo o processo até a conclusão da elaboração do PLS?

☐ 6 meses

☐ 1 ano

☐ 2 anos

☐ 3 anos

5. O PLS já passou por alguma revisão?

☐ Não

☐ Sim, uma vez.

☐ Sim, duas vezes.

☐ Sim, mais de duas vezes

6. Existe alguma Comissão de Acompanhamento/Monitoramento da implementação do PLS?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não, o PLS ainda está em construção

☐ Não sei responder

7. Em resposta afirmativa à questão anterior, a Comissão de Acompanhamento/Monitoramento está associada a qual Unidade de Gestão da IES?

8. Qual(is) método(s) utilizados na construção do PLS?

☐ Consulta pública apenas da Comunidade Universitária

☐ Consulta pública da Comunidade Universitária e segmentos da sociedade

☐ Oficinas/workshops

☐ Criação de Grupos de Trabalho com especialistas dos temas

☐ Questionários físicos ou virtuais

9. Numa escala de 1 a 10, onde 1 representa o mínimo e 10 o máximo, identifique a participação do corpo de servidores docentes na construção do PLS. Caso não saiba responder esta pergunta, marque o número 0 (zero).

10. Numa escala de 1 a 10, onde 1 representa o mínimo e 10 o máximo, identifique a participação do corpo de servidores técnico-administrativo na

construção do PLS. Caso não saiba responder esta pergunta, marque o número 0 (zero).

11. Numa escala de 1 a 10, onde 1 representa o mínimo e 10 o máximo, identifique a participação do corpo discente na construção do PLS. Caso não saiba responder esta pergunta, marque o número 0 (zero).

12. Numa escala de 1 a 10, onde 1 representa o mínimo e 10 o máximo, identifique a participação do corpo de servidores terceirizados na construção do PLS. Caso não saiba responder esta pergunta, marque o número 0 (zero).

13. Qual a maior dificuldade a instituição enfrenta ou enfrentou na elaboração do PLS?

14. Qual a principal característica/virtude que a instituição possui que fomentou a construção do PLS.

15. Se a instituição possuir PLS elaborado adicione um link para acesso ao documento.

16. A instituição tem interesse em receber os resultados finais desta pesquisa?

☐ Sim

☐ Não

17. Caso tenha algum comentário adicional que julgue útil à nossa pesquisa, por favor, registre ele neste espaço.